

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 11 de Janeiro de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1154 • Director: Carlos Brito

A privatização da velhice (II)

• Artigo de Edgar Correia

Pág. 18

Jerónimo de Sousa retira candidatura e faz apelo do PCP

DERROTAR CAVACO CONCENTRAR VOTOS

EM SAMPAIO

Jerónimo de Sousa anunciou, na passada segunda-feira, a desistência da sua candidatura às Presidenciais e apelou ao voto em Jorge Sampaio



Hoje em Lisboa

TODOS AO COMÍCIO

Com Carlos Carvalhas e Jerónimo de Sousa
Pav. Carlos Lopes, 21.30 horas



«De Cuba traigo um cantar»

• José Casanova

Pág. 19

ALENTEJO É preciso clareza

• António Murteira



Pág. 21



Jerónimo de Sousa anuncia desistência e apela ao voto em Sampaio

RESUMO

3 Quarta-feira

Jerónimo de Sousa desloca-se ao distrito de Coimbra onde participa em várias iniciativas de campanha eleitoral ■ O Governo português propõe o aumento de 4% nos salários da Função Pública, rejeitado pelos sindicatos ■ O PCP apresenta na Assembleia da República um diploma defendendo a possibilidade dos autarcas das juntas de freguesia exercerem o seu mandato a tempo inteiro ■ A Quercus anuncia que vai processar a Parque Expo por ter construído um oleoduto antes de proceder a um estudo ambiental ■ A associação dos Amigos do Coliseu do Porto estabelece um acordo com a seguradora Aliança/UAP que lhe garante a aquisição da sala de espetáculos ■ O governo angolano e a UNITA retomam contactos oficiais visando a saída para a actual crise nas negociações militares entre as duas partes ■ A empresa norte-americana AT&T despede 40 mil empregados ■ Israel pede ajuda à União Europeia para financiar os projectos económicos comuns que poderão ser lançados com a Síria após a conclusão de um acordo de paz entre os países ■ O Presidente Clinton, dos EUA, e os líderes republicanos não chegam a acordo sobre o orçamento federal ■ A «Aliança da Liberdade», de Silvio Berlusconi, anuncia que vai tentar provocar a queda do governo italiano liderado por Lamberto Dini.

4 Quinta-feira

É aprovado na Assembleia da República o diploma, com os votos contra do PSD, que possibilita ao Tribunal de Contas a fiscalização dos processos de privatização e das sociedades anónimas de capitais públicos ■ A CGTP argumenta que as posições governamentais da "concertação a curto prazo" e do "reforço da competitividade das empresas" são claramente desequilibradas em favor do patronato ■ Bósnios, croatas, e sérvios reúnem-se para discutirem uma redução das forças armadas na ex-Jugoslávia ■ São libertados 13 muçulmanos bósnios que se encontravam detidos pelas autoridades sérvias de Sarajevo ■ A Direcção-Geral dos Assuntos Sociais da União Europeia anuncia que vai financiar 12 projectos portugueses de combate à exclusão social ■ Uma equipa científica anuncia ter descoberto um anticorpo que destrói as células infectadas pelo vírus da sida, podendo ser a possibilidade de um novo tratamento.

5 Sexta-feira

Jerónimo de Sousa e Álvaro Cunhal participam num Comício no Porto ■ O "Público" revela que o projecto de Orçamento do Estado para 1996 prevê um corte generalizado das despesas de funcionamento de todos os ministérios ■ A direcção da Confederação do Comércio apresenta ao Governo as suas propostas para esta área, pretendendo principalmente mais insenções e menos contribuições ■ O primeiro-ministro japonês, Tomiichi Murayama apresenta a sua demissão depois de 555 dias de governo e de um forte aumento de impopularidade ■ Na Rússia, Boris Ieltsin aceita a demissão do ministro dos Negócios Estrangeiros, Andrei Kozirev ■ Abílio Araújo encontra-se com Suharto, em Jacarta, com quem discute o negócio de uma barragem indonésia em Timor.

6 Sábado

O candidato presidencial do PCP realiza sessão pública, em Lisboa, onde participa também Carlos Carvalhas ■ Decorre, na Figueira da Foz, o I Congresso Regional de Jovens Empresários, com a participação da Ministra para a Qualificação e Emprego ■ O Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte reúne-se no Porto, em congresso extraordinário ■ Realiza-se em Albufeira, o Fórum da Educação para o distrito de Faro ■ A extracção do Totoloto revela uma bola a mais, com o algarismo zero, o que põe em causa o prémio atribuído, apesar de o júri ter homologado a chave do concurso.

7 Domingo

No âmbito da campanha eleitoral o candidato Jerónimo de Sousa e o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, participam numa festa-comício, em Almada ■ Um «anónimo» espanhol é candidato a comprador da Torralta, e promete também investir 31 milhões de contos, em Tróia.

8 Segunda-feira

Jerónimo Sousa anuncia publicamente a sua desistência à candidatura presidencial e apela ao voto em Jorge Sampaio ■ A CERC de Lisboa assinala o seu 20º aniversário com a realização de um congresso internacional no auditório da FIL ■ O Presidente Mário Soares inicia uma visita de Estado à República Popular de Angola a convite de José Eduardo dos Santos ■ François Mitterrand morre, em Paris, aos 71 anos ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros chileno, José Miguel Insulza, inicia uma visita a Cuba, a primeira de um chefe da diplomacia chilena desde há 25 anos ■ A coligação dos três partidos maioritários no Japão, designam Ryutaro Hashimoto, presidente do Partido Liberal Democrata, como candidato a primeiro-ministro.

9 Terça-feira

O Ministro Marçal Grilo anuncia a substituição das chamadas provas específicas por exames nacionais, no acesso ao ensino superior ■ O mau tempo continua em todo o país, com as cheias e inundações a fugitarem principalmente o Norte e o Ribatejo ■ Mário Soares, em visita a Angola, discursando na Assembleia Nacional, presta homenagem aos combatentes angolanos pela liberdade e aos soldados portugueses mortos durante a guerra colonial ■ Manuel Monteiro, do PP, admite que poderá votar em branco nas eleições presidenciais, distanciando-se da candidatura de Cavaco Silva ■ Cavaco Silva e os seus apoiantes dramatizam a campanha e acusam o candidato Sampaio de conluio com os comunistas ■ O antigo primeiro-ministro italiano Andreotti volta ao tribunal, para responder às acusações de ligação à Mafia ■ Rebeldes chechenos lançam nova operação de sequestro num hospital ameaçando matar reféns.

EDITORIAL

A candidatura e os votos

Jerónimo de Sousa não vai a votos, mas a sua candidatura constitui um dos factos mais relevantes das eleições presidenciais de 1996 e vai influenciar decisivamente a votação.

J Impõe-se antes de tudo salientar que, apesar dos ataques caluniosos que sobre ela foram lançados, desde o primeiro momento, por Cavaco Silva e os seus apaniguados, a candidatura comunista, pela linha de rumo que escolheu e por mérito da intervenção do candidato, foi capaz de se impor à atenção da comunicação social, ao respeito do país e ao apreço influente em toda opinião democrática.

Num quadro especialmente ingrato, marcado por duas candidaturas muito fortes no terreno, a candidatura comunista abriu espaço, prestigiou-se e prestigiou o PCP.

Para este resultado foi essencial a frontalidade com que a candidatura foi apresentada, primeiro pelo Comité Central do PCP, depois e continuamente pelo candidato, nunca se escondendo que o seu grande objectivo era contribuir para a derrota do candidato da direita e para dar mais força à luta pela mudança.

Foi o próprio Jerónimo de Sousa que o lembrou, na declaração em que anunciou a retirada da sua candidatura, salientando: «A minha candidatura assumiu perante o povo português com total clareza os objectivos políticos fundamentais que a determinaram e que estão condensados na palavra de ordem que constantemente nos acompanhou: Vencer a direita - lutar pela mudança».

Alicerçado nesta posição clara, o candidato comunista percorreu o país, não pedindo votos, mas espalhando esclarecimentos sobre o que está em causa nas eleições e sobre a situação do país, desmascarando os objectivos revanchistas da direita e da candidatura de Cavaco Silva, pondo em evidência as diferenças da sua candidatura em relação à candidatura de Sampaio, salientando as posições e as propostas do PCP em relação aos grandes problemas nacionais.

Ao mesmo tempo, ouvindo e inteirando-se dos problemas, Jerónimo de Sousa soube dar voz às angústias, aspirações e esperanças do nosso povo e especialmente de todos aqueles que foram mais duramente atingidos por dez anos da política cavaquista de subordinação a Bruxelas e de concentração capitalista, com relevo para o quase meio milhão de desempregados e outras vítimas da desindustrialização, da regressão das pescas e do afundamento da agricultura.

A candidatura comunista não se distinguiu, porém, apenas por ser aquela que mais ideias e problemas trouxe para a campanha eleitoral, mas distingue-se também pela influência determinante que vai ter no resultado final da eleição.

Como lembrou Carlos Carvalhas, na sessão pública do Tivoli, «o PCP e o seu eleitorado sempre deram uma contribuição decisiva para a derrota das candidaturas da direita. Foi assim com Soares Carneiro e Freitas do Amaral e será assim com Cavaco Silva».

É este saber, provado pela experiência, de que os votos comunistas contam mesmo e até decidem do resultado final, que põe a direita fora de si e tanto perturba Cavaco, como este mostrou quando a candidatura foi apresentada e especialmente agora quando ela se retira e faz apelo à concentração de votos em Jorge Sampaio.

Impõe-se antes de tudo salientar que, apesar dos ataques caluniosos que sobre ela foram lançados, desde o primeiro momento, por Cavaco Silva e os seus apaniguados, a candidatura comunista, pela linha de rumo que escolheu e por mérito da intervenção do candidato, foi capaz de se impor à atenção da comunicação social, ao respeito do país e ao apreço influente em toda opinião democrática.

É por esta evidência que nada contaram na opinião pública os reles ataques do candidato da direita e do seu pessoal mais agressivo contra a direcção do PCP, que procedeu em completa conformidade com as leis da República, de forma politicamente transparente e do modo que é comum em qualquer democracia.

Os argumentos da ética viram-se por inteiro contra Cavaco Silva, ele sim que nunca olhou a meios para tentar enganar o povo português, como tem feito com a sua própria candidatura, desde o famoso «tabu», passando pelos «pezinhos de lá» com que se apresentou como candidato presidencial, até ao clima provocatório que está a instalar em torno da sua campanha, suscitando acidentes e atritos para atribuir a responsabilidade aos adversários. Mas isso os portugueses também já perceberam.

Para quem no campo democrático tivesse dúvidas sobre o acerto da orientação seguida pelo PCP nas presidenciais, esta perturbação angustiada que ela tem provocado nas hostes da direita é um sinal bastante evidente da sua, justiça.

A justa orientação seguida pelo PCP teve, assim, o desenlace que, desde o início, se afigurava como o mais provável para dar eficácia ao objectivo de «Vencer a direita - Lutar pela mudança», isto é, a retirada da candidatura de Jerónimo de Sousa e apelo à concentração de votos em Jorge Sampaio.

Todo o esforço desenvolvido exige agora, para ser plenamente concretizado, a ida às urnas, em massa, no dia 14, para votar Jorge Sampaio, que é a única forma de derrotar Cavaco Silva.

As eleições para a Presidência da República ocupam, na agenda política de 1996, um lugar de grande relevo e de grande importância para o futuro da democracia no nosso país, mas outras importantes batalhas estão inscritas para o ano presente e algumas em pleno curso.

As posições do Governo na «Concertação Social», designadamente a tentativa de protelar quase indefinidamente a entrada em vigor das «40 horas», bem como as inaceitáveis pretensões governamentais nas negociações com a «Função Pública», apontam crescentemente para a necessidade de uma enérgica resposta dos trabalhadores.

A par destes inquietantes sinais, as notícias que vêm a público sobre o Orçamento do Estado parecem confirmar o prosseguimento por parte do Governo PS de uma política que privilegia o grande capital e descarrega sobre os ombros dos trabalhadores e outras camadas laboriosas os custos da cega obediência aos critérios de Maastricht.

Se assim for, o Governo só pode contar com um sério revigoramento da acção oposicionista e a intensificação da luta popular.

Que não haja qualquer ilusão por parte do Governo: a derrota da direita nas presidenciais e a eleição para Belém de um democrata isento e respeitador da Constituição, há-de ser entendida no mundo do trabalho e no campo democrático como a confirmação de que é necessário mudar de política e romper com as opções de direita que nos têm governado e como um grande encorajamento a prosseguir a luta para que tal seja concretizado.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soares Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Mala
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)
50 números: 6 750\$00
25 números: 3 487\$50

ESPANHA
50 números: 13 300\$00

EUROPA
50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU
50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Basta! Saia do palco!

Quando há dias encontrei mais uma carta de Aníbal Cavaco Silva na minha caixa do correio pensei para comigo: já é perseguição!

Desta vez, o antigo primeiro-ministro bate-me à porta tratando-me por «caro cidadão» e afirmando, são palavras suas: «que é meu dever (dele Cavaco) explicar-lhe pessoalmente o programa da minha candidatura».

Desconfiado com tanta simpatia, da parte de alguém que sempre fez uso da maior arrogância no exercício do poder, fui ver o fim da carta para perceber o queria de mim.

Ora lá estava com todas as letras a pretensão do Cavaco.

Assim: «É essencial vencer esta eleição com o seu apoio aos ideais da minha candidatura.»

Não queria mais nada, apeteceu-me dizer em voz alta.

Lembrei-me então de que tinha guardado, entre os meus papéis, uma outra carta que Aníbal Cavaco Silva dirigiu aos portugueses, em Setembro de 1993, e que foi profusamente distribuída pelo país dentro dos jornais e revistas de maior tiragem e que por isso ficou conhecida pelo nome de encarte.

Cavaco era então primeiro-ministro, o fracasso da política governamental comprometia o

«oásis», a situação económica do país estava a deteriorar-se, o cavaquismo dava os primeiros sinais de crise e aproximavam-se as eleições autárquicas.

Essa carta de Cavaco, a primeira de uma intensa actividade epistolar, pretendia conter o descontentamento do eleitorado e evitar a derrota nas autárquicas. Não o conseguiu, foi também a primeira derrota.

Vale, no entanto, a pena conferir a esta distância as promessas então feitas por Cavaco.

Ele anunciava, nada menos, que nove programas para a recuperação da economia, a criação de 100 mil novos postos de trabalho, a modernização das empresas e infra-estruturas, a redução dos desequilíbrios regionais, etc.

Sabe-se no que deu tudo isto...

A vida do país é que representa o melhor desmascaramento da «obra» de Cavaco, mas para quem tenha dúvidas basta pegar numa das suas cartas para sem dificuldade se inteirar sobre quem é que tem mentido e andado a tentar enganar os portugueses.

Na que agora dirigiu ao «caro cidadão», insiste na «credibilidade», na «modernidade», na «estabilidade», na «solidariedade», no «equilí-

brio de poderes», enfim, nos slogans que usou ao longo de dez anos, para servir os grandes senhores do dinheiro à custa do desemprego em massa, da ruína da actividade produtiva, da regressão social e cultural.

Numa entrevista que concedeu ao «Expresso», em Março do ano passado, Cavaco reconheceu em certo momento que «é muito difícil sair do palco».

Realmente, se se olhar para a sua campanha presidencial, desde o ar bonzinho que arvorou no início até às provocações a que começou a dedicar-se quando concluiu que estava tudo perdido, vê-se bem do que este homem é capaz de fazer para se manter no palco.

Com generosidade observou Jerónimo de Sousa que não queria que acontecesse pior mal a Cavaco Silva que o regresso ao banco ou à universidade.

É esse seguramente o caminho que o eleitorado lhe vai apontar em 14 de Janeiro, como o público costuma fazer aos canastrões: Basta! Saia do palco!

■ Carlos Brito

Toda a gente sabe...

Por entre as vagas de falácias, fingidas vitimizagens, maquilhagens, dramatizações, truques mesquinhos e rancores de fundo reaccionário em que tem ondulado a campanha de Cavaco Silva, tem-se destacado como principal argumento estruturante desta candidatura a denúncia dos «perigos» da «concentração de poderes» numa mesma cor política ou família ideológica.

A resposta, em tom sério, a esta linha central e fundamental da campanha de Cavaco Silva tem sido acertadamente dada pela concreta demonstração que estas preocupações do candidato da direita são uma mera construção táctica ditada pelas circunstâncias e estão nos antípodas do que o PSD e Cavaco Silva sempre defenderam. Com efeito, é justo recordar que foi ainda Cavaco Silva que, em Fevereiro do ano passado, levou ao Congresso do PSD e nele fez aprovar uma moção de estratégia que fixou como objectivos fundamentais do PSD renovar a sua maioria absoluta no Parlamento, continuar a deter o Governo do País e eleger um militante do PSD (ou um candidato apoiado pelo PSD) para a Presidência da República. No mesmo registo ainda sério, pode também anotar-se que não foi certamente para evitar a «concentração de poderes» numa mesma área política que em 1980, quando existia uma maioria absoluta da «AD» na AR e um Governo da «AD», que Cavaco Silva apoiou e votou no sinistro candidato presidencial da «AD», General Soares Carneiro.

Até ao passado dia 5, também era possível dar a esta linha da campanha de Cavaco Silva um tratamento pelo lado da ironia, perguntando, por exemplo, se este actual horror laranja à «concentração de poderes» quer dizer que, se

o PSD tivesse ganho as legislativas, Cavaco Silva estaria agora a fazer campanha contra a eleição de um candidato apoiado pelo PSD e a favor da eleição de Jorge Sampaio como única forma realista de evitar a tal concentração. Acontece, porém, que uma reportagem inserida no «Diário de Campanha» transmitido na noite de dia 5 pela TVI sequeu a utilização dessa ironia, uma vez que Fernando Nogueira esclareceu definitivamente a questão.

Foi, de facto, um momento politicamente inesquecível, ver e ou ouvir o líder do PSD, num jantar de apoio a Cavaco Silva em Bicesse, começar por dizer inflamadamente que «a eleição de um Presidente da República que integre ou pertença à mesma família ideológica de quem domina praticamente todos os poderes políticos [aqui esqueceu-se que o PS, apesar de tudo, não tem maioria absoluta] não pode servir, nem serviria, como elemento moderador e estabilizador da vida em sociedade e do sistema político em Portugal». E, logo de imediato, ver e ouvir o mesmo Fernando Nogueira a declarar energicamente que «toda a gente sabe que o PSD, ainda que tivesse ganho as eleições legislativas, estaria do mesmo modo e com a mesma força a apoiar o Prof. Cavaco Silva a Presidente da República», ou seja, resumindo e concluindo, que o PSD estaria agora a bater-se denodadamente pela nefanda «concentração de poderes» na sua família ideológica.

Assim sendo, é caso para dizer que toda a gente fica a saber que, além do seu projecto de revanche política, também a falta de escrúpulos na consciência e de vergonha na cara de Cavaco Silva e dos seus apoiantes deve ser castigada e derrotada no próximo domingo.

■ Vítor Dias

Ética, democracia e liberdade de voto

No mesmo dia e no mesmo discurso, Fernando Nogueira, seguindo as pisadas de Cavaco Silva, assumiu esta semana uma curiosa contradição. Primeiro, rotulou como «eticamente inaceitável» a retirada da candidatura de Jerónimo de Sousa e o apelo do PCP para a concentração de votos em Jorge Sampaio, arrumando logo na 1ª volta a eleição presidencial. E logo a seguir, criticou o PP por não apoiar abertamente Cavaco Silva e dar «liberdade de voto» aos seus militantes.

Há nisto um conjunto de questões que merecem reflexão.

Liberdade de voto: quem a deu, em Portugal, foi o 25 de Abril. Os eleitores não têm, nem podem ter, qualquer compromisso ou obrigação de voto - que é, aliás, secreto, como se sabe.

O que o PP quis dizer, na sua, foi que, devido às profundas divisões na sua direcção, não foi capaz de dar uma indicação de voto aos seus militantes, como não foi capaz de promover uma candidatura. Falar, no caso, em liberdade de voto é

prova não só de hipocrisia como de grande incultura política.

Mas dar indicação de voto aos seus militantes e aos eleitores que em si confiam - é, não só, um direito, mas um dever político dum partido responsável.

O PCP não fugiu a essa responsabilidade. E fê-lo intervindo activamente no processo eleitoral, designadamente através da promoção de uma candidatura própria, a de Jerónimo de Sousa, e usando, legitimamente, todos os meios que a Constituição e as leis democráticas lhe permitem.

O presidente do PSD, que já antes baralhara a teoria dos ovos e cestos ao afirmar que Cavaco Silva deveria ser Presidente mesmo que o seu partido tivesse ganho as eleições, mais uma vez baralhou aqui as mãos, metendo dois pesos e duas «éticas» diferentes no mesmo cesto.

Grande falta de ética política e cultura democrática demonstra Cavaco Silva ao insultar rasteiramente a candidatura de Jerónimo de Sousa.

Uma campanha eleitoral não é só um despiques de ganhadores. É tam-

bém um processo de intervenção cívica, de participação e esclarecimento político. Processo que, para ser verdadeiramente aberto e livre, deve garantir condições de expressão dos vários sectores e forças políticas. É isso que uma legislação eleitoral democrática deve garantir e permitir. Foi nesse quadro que a candidatura de Jerónimo de Sousa e o PCP intervieram.

Altamente preocupante, nestas condições, são as declarações que têm vindo a ser feitas por Cavaco Silva, contestando e atacando essa legislação eleitoral democrática.

É com efeito inaceitável que um candidato à Presidência da República ataque e ponha em causa as leis que um Presidente, no quadro das responsabilidades que lhe são atribuídas pela Constituição, deve ser o primeiro a respeitar e fazer cumprir.

Ao atacar leis que asseguram as condições para uma mais ampla participação pluralista nos processos eleitorais, Cavaco Silva confirma os seus reais objectivos de redução dos direitos democráticos (objectivos que esconde, numa atitude, essa sim, ética

e politicamente reprovável). Confirma também a sua real inadequação para as funções de Presidente da República.

Compreende-se que Cavaco Silva e o PSD preferissem que o PCP se tivesse deixado marginalizar nestas eleições, sem intervenção activa e eficaz, sem dar aos seus militantes, apoiantes e eleitores indicações de voto politicamente esclarecidas, deixando-os entregues ao abstencionismo e aos expedientes demagógicos, como a teoria dos ovos e cestos. Ou pelo menos, gostaria de poder contar ainda com uma 2ª volta, que lhe permitisse aproveitar «algumas semanas mais», como Cavaco confessou desejar, sem dúvida para intensificar a perigosa manobra dos incidentes e dos «clics psicológicos» que o seu mandatário preconizava para recuperação de última hora de eleitores.

Foram esperanças por água abaixo. No próximo domingo, os nossos votos contarão, para a derrota de Cavaco Silva. No pleno exercício do direito de voto livre e esclarecido que o 25 de Abril trouxe a Portugal.

■ Aurélio Santos

Turquia e Arábia Saudita A CUMPLICIDADE do Ocidente

Estes dois grandes países muçulmanos gozam de um estatuto especial aos olhos dos EUA e dos outros países ocidentais. A barreira de protecção que o «Ocidente» ergueu em torno destes «gigantes» «impede-o» de ver o modo como cada um deles à sua maneira espezinha os mais elementares direitos humanos.

A Turquia, membro da NATO, ocupa militarmente e em violação do direito internacional há mais de duas décadas o Norte de Chipre.

Em Março de 1995 invadiu o Iraque curdo para tentar aniquilar o movimento guerrilheiro curdo que luta pelos seus direitos nacionais.

De acordo com a Fundação dos Direitos do Homem da Turquia, a tortura é empregada como método de interrogatório e como intimidação. Para além das bastonadas, outros métodos usados são a ameaça de morte, a suspensão do corpo pelos braços, a privação de comida e água, assédio sexual, os choques eléctricos na planta dos pés.

Mantém-se em vigor o famigerado artigo 8º da «lei antiterrorista» que prevê a limitação da liberdade de expressão.

Foi neste contexto que o Parlamento Europeu ratificou o Acordo da União Aduaneira entre a União Europeia e a Turquia, o que levou a que os eurodeputados do Partido Comunista Português e os eurodeputados do Grupo Confederado da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica votassem contra. Mas Lucas Pires, do PSD, José Apolinário, do PS, António Capucho, do PSD, e outros eurodeputados portugueses votaram a ratificação... Que santa aliança! Passado menos de uma semana da ratificação, um jornalista do quotidiano «Ogur Ulke» foi condenado a seis meses de prisão por ter comparado o dirigente do PKK a Garibaldi...

Neste quadro «democrático» realizaram-se eleições cujas características «democráticas» estão bem patentes na regra que impõe aos partidos um mínimo de 10% para terem representação nacional, conseguindo desta forma afastar do Parlamento turco o Partido que luta pela democracia e defende os direitos nacionais do povo curdo.

Arábia Saudita é um exemplo acabado da cumplicidade do «Ocidente» com o Reino mais obscurantista do planeta.

Neste país produtor de petróleo e de famílias multibilionárias os sauditas e os estrangeiros estão completamente privados dos mais elementares direitos.

Nas universidades as autoridades proíbem o estudo do evolucionismo, de Freud, de Marx, da música e da filosofia ocidentais.

O governo censura toda a forma pública de expressão artística. Proíbe o cinema, o teatro e a música em locais públicos, à excepção do folclore. Não há igualdade dos cidadãos perante a lei. Os juizes não têm poder para obrigar os membros da família real a responder nos tribunais.

A severidade e crueldade da justiça dita islâmica do Reino Saudita exerce-se apenas contra os mais fracos, contra o povo. Entre 15.05.92 e 15.05.93, 105 pessoas foram executadas, 4 vezes mais que em 1991. Em 1995 até 14 de Abril já tinham sido executadas 90 pessoas.

Os membros da família real, para melhorar a imagem internacional do país, compraram a agência noticiosa UPI, o jornal árabe Al Hayat. O governo assinou um contrato com a Rádio Monte-Carlo-Próximo-Oriente. A BBC a partir de 1994 lançou um plano para emitir um serviço de televisão em língua árabe com o apoio financeiro de um membro da família real. Em 20.07.95 Berlusconi cedeu 4,1% do capital do seu grupo FINIVEST ao príncipe Al-Walid Blutatal.

O ex-Secretário de Estado da Defesa dos EUA, James Schlesinger, colocou o problema de modo claro: «(...) queremos nós mudar seriamente as instituições da Arábia Saudita? A resposta só pode ser não.» Não podia ser mais claro. A democracia, o multipartidarismo, os direitos humanos são elementos de pressão dos EUA sobre alguns regimes para lhes impor outra orientação de seu agrado.

O apoio à Turquia e à Arábia Saudita revelam toda a hipocrisia dos valores que os governos ocidentais dizem defender, mostrando que o que conta são os negócios.

■ Domingos Lopes

PRESIDENCIAIS



Jerónimo de Sousa

No distrito de Setúbal

A campanha de Jerónimo de Sousa andou por terras de Setúbal, durante a passada semana, onde se realizou um conjunto de iniciativas com o candidato. Na quinta-feira, Jerónimo almoçou na cidade sadina com mulheres apoiantes. A mesa foi dirigida por Helena Gordo, da Comissão Concelhia de Setúbal. Perante cerca de 60 pessoas, afirmou que se o candidato da direita «conseguisse iludir o eleitorado, a faceta da arrogância e do autoritarismo regressaria de imediato, agora na Presidência da República». Reavivando a memória dos governos liderados por Cavaco Silva, Jerónimo de Sousa recordou que «significaram um retrocesso significativo na igualdade e nos direitos alcançados pelas mulheres com o 25 de Abril de 1974 e com a sua luta ao longos dos anos».

«A situação vivida pelas mulheres no mundo do trabalho tem-se vindo a degradar nestes últimos anos: são as primeiras a serem despedidas e as últimas a serem admitidas; acentua-se a discriminação nos salários, nas carreiras e na formação profissional; ao mesmo tempo que se observa o acentuar da degradação das condições de trabalho, o aumento da exploração e do trabalho precário».

Depois do almoço, Jerónimo de Sousa encontrou-se com trabalhadores da Renault, uma iniciativa que teve de ser realizada fora das instalações da empresa, já que a administração não permitiu a entrada da Comunicação



Almoço com mulheres, em Setúbal



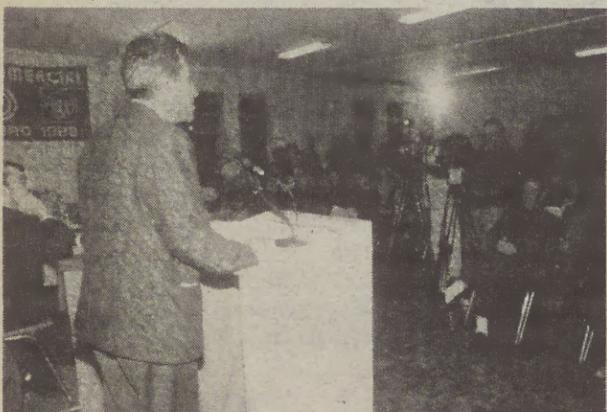
À porta da Renault, com trabalhadores da empresa

Social. Em representação da Comissão de Trabalhadores falou Manuel Véstias, enquanto dezenas de trabalhadores se concentraram, na rua, à volta de Jerónimo de Sousa.

A jornada prosseguiu depois em Alcácer do Sal, onde teve lugar um jantar com centena e meia de pessoas, dirigido por Luís Piçarra, da DORS do PCP, tendo intervindo, além do candidato, Rogério de Brito, presidente da Câmara e membro da DORS.

Jerónimo de Sousa aproveitou a iniciativa para abordar em particular os problemas do Alentejo, região onde se «criou um ciclo vicioso de atraso». Para o candidato, «o desenvolvimento regional assume o carácter de um autêntico problema nacional», cuja resolução terá de assentar «no aproveitamento dos recursos naturais e humanos».

O dia acabaria com uma sessão comício em Grândola, com cerca de 200 pessoas, sessão que foi dirigida por Cristina Vieira, presidente da Junta de Freguesia e em que interveio também Pedro Pedreira, vereador da Câmara Municipal.



Sessão em Grândola

PRESIDENCIAIS

Em Almada e Baixa da Banheira «Para que nenhum voto falte»

No domingo, o salão de Festas da Incrível Almadense, em Almada, encheu literalmente para a sessão com Jerónimo de Sousa e Carlos Carvalhas. O candidato presidencial seguiu depois para a Baixa da Banheira, onde participou num comício, que contou com a presença de Álvaro Cunhal, realizado na colectividade «Os Alentejanos».

Jerónimo de Sousa voltou a chamar a atenção para a importância destas eleições, considerando-as como uma «batalha pelo esclarecimento, pela derrota da direita e em defesa duma mudança efectiva, por uma política de esquerda para o nosso país».

(...) «Agora que vamos entrar nos dias decisivos da campanha eleitoral, mais indispensável se torna que todos os comunistas, todos os democratas, tomem em mãos o esclarecimento e a mobilização do eleitorado que ainda é necessário realizar. Para que nenhum voto falte à concretização do objectivo político que nos propomos, de vencer a direita e lutar pela mudança.»



Sessão em Almada com Carlos Carvalhas



Comício na Baixa da Banheira, com a presença de Álvaro Cunhal

Carvalhas em Almada

«Uma candidatura que incomodou»

Na sessão em Almada, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, proferiu uma intervenção, da qual publicamos as partes mais significativas:

Dentro de uma semana, a vontade soberana dos portugueses decidirá quem vai ser o Presidente da República nos próximos cinco anos.

Nesta ocasião, em nome do PCP, queremos aqui renovar, não apenas perante todos os que apoiam e confiam no PCP, mas mais largamente perante a opinião democrática do País perante todas as portuguesas e portugueses, o nosso apelo para uma lúcida compreensão da importância destas eleições e do seu desfecho para a evolução próxima da vida nacional.

Com a candidatura de Cavaco Silva, a direita quer recuperar parte do poder que perdeu em 1 de Outubro e quer conquistar a Presidência da República para, a partir daí, contrariar ao máximo a aspiração e a exigência de uma mudança real que percorre a sociedade portuguesa.

Por isso vamos assistir a tudo por parte dessa candidatura no sentido de ver se ainda consegue alguma viragem do eleitorado.

Vamos assistir, para mobilizar o seu eleitorado, às afirmações de que vai ganhar, tal como nas anteriores eleições, dizia que tinha elementos seguros que davam a maioria absoluta ao PSD. Vamos assistir às dramatizações, às falsificações, às falsas preocupações com os desprotegidos, excluídos e marginalizados.

Vão aumentar os ataques à candidatura de Jerónimo de Sousa, vai aumentar o seu anticomunismo caduco, à encenação dos perigos do frentismo, do autoritarismo e tudo isto da parte de quem revelou enquanto primeiro-ministro uma mentalidade e uma prática autoritária e antidemocrática.

Essa candidatura gostaria de pescar no eleitorado comunista ou então que este fugisse para a abstenção que se desinteressasse e não contribuísse decisivamente para a sua derrota.

E por isso numa primeira fase até namorou esse eleitorado, até se gabou de ter alguns apoiantes e até vestiu o fato de conciliador, de tolerante, de dialogante, numa desesperada tentativa de mistificação da opinião pública.

Mas os comunistas não lhe fizeram o jeito. Nem deixaram de intervir com a sua voz própria, nem deixarão de votar no dia 14 de Janeiro. E é isso que dói à direita. É isso que a desespera. É isso que agora lhe impulsiona uma nova dose de anticomunismo deixando estalar o verniz e cair a máscara.

Com a candidatura de Jerónimo de Sousa, o PCP tem honrado as suas responsabilidades e tem cumprido os seus deveres com a grande causa da demo-

cracia portuguesa. E está exercendo um inalienável direito democrático de intervenção e de participação, que só pode ser contestado pelos que vêem a democracia pelo estreito ângulo dos seus interesses e conveniências.

Se a nossa candidatura servisse os interesses e as conveniências da candidatura da direita, imediatamente a candidatura de Jerónimo de Sousa passaria a ser considerada por Cavaco Silva, como democrática, legítima e patriótica. Mas nós não precisamos dos elogios ou das avaliações da direita. Estamos no regime democrático que muito ajudámos a construir, por direito próprio e intervimos com voz própria, continuando a desmascarar a direita e a levantar as bandeiras de Abril e as bandeira da esquerda.

É uma realidade que a candidatura de Jerónimo de Sousa tem dado voz a problemas e aspirações de que ninguém mais fala, tem defendido ideias e propostas diferentes de todas as outras candidaturas, tem contrariado uma concepção redutora da vida política portuguesa, tem defendido um pensamento humanista e um projecto progressista para Portugal que tem raízes na realidade viva do país e, por isso, influenciarão o presente e o futuro da nossa vida colectiva.



A candidatura de Jerónimo de Sousa tem incomodado porque tem lembrado as injustiças sociais, os despedimentos, o trabalho sem direitos, as reformas de miséria, a destruição do aparelho produtivo, lado a lado com a concentração da riqueza e o apoio às actividades especulativas e parasitárias.

A candidatura de Jerónimo de Sousa tem incomodado porque, sem papas na língua, tem lembrado quem votou em Soares Carneiro, quem limitou e retirou direitos aos trabalhadores, quem limitou o direito à

greve, quem alterou a legislação do trabalho, quem concretizou uma política em que os rendimentos do trabalho, pesam cada vez menos no Rendimento Nacional, quem não cumpriu a Lei das Finanças Locais, retirando milhões às autarquias...

A candidatura de Jerónimo de Sousa marcou as diferenças, apresentou propostas e soluções, deu a conhecer o texto constitucional e as suas potencialidades na defesa dos interesses do povo e do País.

Nós não nos desviaremos do objectivo essencial que definimos para estas eleições...

É voltados para a frente e para o futuro, com grande serenidade e confiança, que vivamente apelamos a todos quantos confiam no PCP, para o voto no dia 14 de Janeiro e ao prosseguimento depois dessa data de uma intervenção dinâmica, forte e empenhada na luta por uma nova política, na luta por um Portugal de progresso e justiça, numa Europa de paz e cooperação.

Com Carlos Carvalhas no Tivoli

«Já valeu a pena»

Intervindo numa sessão pública, realizada no passado sábado no cinema Tivoli, com a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa sublinhou que «valeu a pena o PCP ter apresentado a candidatura», decisão que considerou «inteiramente justa», cujos objectivos políticos foram «já em grande parte cumpridos e serão integralmente atingidos com a derrota de Cavaco Silva do próximo dia 14 de Janeiro», disse.

Manifestando apreço pelo trabalho dos profissionais da comunicação social que «por todo o país têm assegurado a cobertura informativa na nossa campanha eleitoral», o candidato sublinhou que «independentemente de quaisquer conteúdos informativos ou opinativos, creio que a grande maioria dos órgãos de comunicação social soube compreender a importância desta candidatura, conferindo-lhe um tratamento digno e idóneo que é uma prova de maturidade da nossa democracia».

Contudo, Jerónimo de Sousa não deixou de referir a excepção à regra, protagonizada pela SIC: «para além de se permitir violar

a lei, não transmitindo os tempos de antena de qualquer candidatura, tem vindo a assumir uma atitude de total silenciamento da candidatura do PCP e das suas iniciativas. Claro que o PCP e a minha candidatura são directamente prejudicados. Mas o maior prejuízo é para a democracia. Porque é muito perigoso para a democracia, que uma estação de televisão que utiliza um espaço radioeléctrico que lhe é cedido pelo Estado Português, se permita ignorar direitos fundamentais que têm de ser respeitados por entidades públicas e privadas, violar leis da República, ignorar o dever de pluralismo que a lei da televisão

- à qual a SIC deve a sua própria existência - impõe a todas as televisões e se arrogue o direito de escolher, de entre as candidaturas apresentadas, as que promove e as que silencia.

«No tempo do fascismo, ficou célebre uma circular de um tal major Tártaro, então responsável pela Censura, de que não poderia haver notícias sobre o PCP porque o PCP não existia. É muito triste e perigoso que 21 anos passados sobre o 25 de Abril venha a direcção de um canal de televisão assumir atitudes que lembram as de tal personagem. Não sei como será a nossa democracia se um dia os directores ou proprietários das televisões decidirem, pelos seus incontestáveis critérios, que só uma candidatura é merecedora de tratamento informativo. Mas, camaradas, quer o sr. Balsemão e o sr. Rangel queiram ou não queiram, a nossa candidatura existe e a acção dos comunistas não deixará de ser decisiva neste processo eleitoral».

Depois de passar em revista



alguns montentos da sua campanha, Jerónimo de Sousa alertou que «a última moda da campanha de Cavaco Silva para a qual devemos estar muito atentos, é a da vitimização. Há uns tempos atrás, o mandatário nacional de Cavaco Silva, consciente da falta de apoio popular ao seu candidato, afirmava que faltava na campanha um «clik emocional». Não há dúvida que, na falta do tal clik, tentam desesperada-

mente inventá-lo, recorrendo a manobras de baixa política. Se há notícia de jornal que possa embaraçar Cavaco Silva foram as outras candidaturas que a inventaram. Se há apupos a Cavaco Silva foram as outras candidaturas que mandaram.

«Tem de ficar muito claro, que repudiamos todos e quaisquer actos que ponham em causa o civismo e o clima de liberdade e tolerância em que

deve decorrer a campanha eleitoral. Tal como repudiamos quaisquer manobras que tenham como objectivo criar situações de instabilidade e de tensão nesta campanha eleitoral, propícias a dramatizações artificiais, a operações de autovitimização de Cavaco Silva, à criação do tal clik emocional que a candidatura cavaquista desesperadamente anseia», esclareceu o candidato comunista.

Da intervenção de Carlos Carvalhas, no Cinema Tivoli, no sábado passado, publicamos o seguinte excerto



No desenrolar da pré-campanha e da

campanha oficial, a candidatura de Jerónimo de Sousa deu um inegável contributo positivo para o debate das ideias, e para a mobilização do eleitorado. A sua presença tem incomodado. E tem incomodado sobretudo à candidatura da direita, aos seus cortesãos e plumitivos que muito gostariam que o PCP não contasse, que não apresentasse propostas, que não se referisse aos comandos constitucionais e aos direitos sociais aí consagrados e que não denunciasse a política de direita, que não lembrasse as malféitorias do candidato Cavaco Silva.

Mas o PCP e o seu eleitorado sempre deram uma contribuição decisiva para a derrota das candidaturas da direita.

Foi assim com Soares Carneiro e Freitas do Amaral e será assim com Cavaco Silva. E é isso que custa e dói à direita.

A candidatura de Jerónimo de Sousa colocou desde a primeira hora o seu principal objectivo e deu expressão a todos quantos dão justa importância aos ideais de esquerda e aos generosos valores da solidariedade, da justiça social e do trabalho.

E sempre afirmou desde o primeiro dia da pré-campanha que não se revia nas candidaturas em presença, reconhecendo naturalmente importantes e significativas diferenças entre elas.

A candidatura de Jerónimo de Sousa deu voz ao Portugal que trabalha, cria, constrói e que aspira a uma mudança verdadeira.

Uma candidatura que não percorreu o país a inaugurar sedes e a apresentar mandatários, que não percorreu o País acompanhado de vorazes clientelas recentemente desalojadas do acesso ao poder e da mesa do Orçamento. Jerónimo de Sousa sem rodeios deu expressão às justas reclamações e aspirações dos agricultores, dos pescadores, dos empresários, dos trabalhadores e desempregados, dos moradores, das mulheres, dos alunos e professores, dos intelectuais, mostrando o papel que pode e deve desempenhar o Presidente da República no quadro dos importantes poderes que lhe confere a Constituição da República Portuguesa.

A candidatura de Jerónimo de Sousa trouxe para o debate os graves problemas com que o país está confrontado quer os relativos ao desenvolvimento económico e social, quer os da integração europeia com eles directamente ligados.

«O que dói à direita»

Marcou as diferenças e apresentou soluções, mostrou e exemplificou que o que faz falta a Portugal não é menos democracia, mas pelo contrário, mais democracia e teve ocasião de sublinhar em relação a outras candidaturas, que os comunistas não concebem a democracia somente na importantíssima vertente da democracia política, mas também na democracia social económica e cultural. E que é no aprofundamento da democracia em todas as suas vertentes que se podem encontrar as respostas e os caminhos de um Portugal de progresso e justiça, numa Europa de paz e cooperação.

Do que Portugal precisa, reafirmamos é de mais democracia e não de autoritarismo ou de violações à Constituição da República Portuguesa.

Que valor acrescentado?

Há um candidato que diz que com ele haverá valor acrescentado na Presidência da República.

Seria o valor acrescentado para a política que foi derrotada em Outubro nas urnas, de concentração de riqueza num pólo e da miséria, do desemprego, do trabalho sem direitos no outro.

Seria o valor acrescentado para o próprio que tendo fugido ao julgamento do seu governo queria agora regressar ao poder pela porta das presidenciais.

Não basta mudar de casaco, colocar uma camisa mais desportiva, ensaiar um sorriso para a fotografia e encenar simpatia de consumo eleitoral, para fazer esquecer a sua política, o seu carácter autoritário, a sua ambição de poder e de desforra.

Por isso estamos convencidos que o povo português no dia 14 de Janeiro lhe vai dizer, com clareza, que faça bom proveito do seu «valor acrescentado», da sua «presunção e água benta», porque são cada vez mais os que o conhecem de «ginjeira».

Também de nada lhe valerá o fazer-se de vítima e menos ainda arvorar-se em notário da democracia, pois não tem tal legitimidade quem nunca levantou sequer um dedo contra o fascismo e tinha na altura boa idade para o fazer.

Aliás, esse candidato dá-se mal com o regime democrático e quando se enerva, lá deixa vir à tona da água o seu anticomunismo larvar, a sua ambição de mando, o seu desconforto ao ser contrariado. O mesmo desconforto que manifestou, quando era primeiro-ministro, acerca do exercício normal do Tribunal Constitucional, quando ousou considerar contrários à Constituição posições que o seu governo quis dar força de Lei, ou acerca do Tribunal de Contas quando este não foi discreto como convinha à então maioria e se pronunciou acerca de violações da legalidade financeira, ou quando o Provedor de Justiça sublinhou perante a opinião pública violações de direitos dos cidadãos ou ainda quando o Procurador-Geral da República reclamava mais recursos para promover em melhores condições o respeito da legalidade e a expressão

das suas violações. Um desconforto que se revelou provocatório quando o Presidente da República, com toda a legitimidade, vetou legislação inconstitucional do Governo. Eram as forças de bloqueio. Agora o candidato à Presidência da República quer branquear e fazer esquecer os procedimentos de um governo que inclusivamente se furtou a cumprir sentenças dos Tribunais, a rectificar erros e violações que lhes eram declaradas e a reparar prejuízos por que foi responsável.

Esse candidato nunca compreendeu ou nunca quis compreender que a democracia não é o regime que assegura às violações da Constituição e da Lei, o segredo, a opacidade das situações, a ausência de consequências públicas e políticas, mas sim o regime que assegura a transparência, a contestação, o controlo, a maior projecção e todas as consequências públicas e políticas, aos atropelos à legalidade, ao clientelismo, às violações da lei por parte de quem governa.

Esse candidato pode agora dizer mesmo nos cartazes, que com ele haverá «estabilidade e equilíbrio», mas a memória dos portugueses e das portuguesas não esqueceu a desestabilização que a sua política criou a milhares de trabalhadores que foram lançados para o desemprego, a milhares de estudantes e professores, a milhares de empresários, de agricultores e pescadores.

É preciso que se recorde que o candidato à Presidência da República, Cavaco Silva, enquanto Primeiro-Ministro, revelou e manifestou não só uma clamorosa hostilidade a valores, regras e princípios fundamentais do regime Constitucional e do Estado de direito democrático, como uma chocante mentalidade autoritária e autocrática.

A mesma mentalidade e o mesmo carácter que se exprime quando revela que os comunistas seriam óptimos, pacíficos e democráticos se nele votassem para passarem a ser péssimos, perigosos e antidemocráticos porque precisamente o querem derrotar. Sobre o combate contra o autoritarismo, a ditadura, a repressão e a prepotência não lhe reconhecemos nenhuma autoridade ou legitimidade democrática. Nós não aparecemos em 1980 saídos do conforto dos gabinetes do Banco de Portugal. Combatemos a ditadura, somos fundadores do regime democrático saído do 25 de Abril e orgulhamo-nos de continuarmos a luta pelo aprofundamento da democracia, da tolerância, da independência e da soberania nacional.

Mas nem o anticomunismo, nem o dramatismo que ainda venha a encenar desviarão o nosso empenho e o nosso esforço no sentido da mobilização serena e confiante do eleitorado comunista em relação ao objectivo que definimos para estas eleições.

Por isso dizemos a todos os que, na sua diversidade social e política, aspiram a uma vida melhor num Portugal democrático, a todas as portuguesas e portugueses que partilham da aspiração de profundas mudanças na sociedade que podem contar connosco e com a mobilização do nosso eleitorado, nas eleições de 14 de Janeiro e na luta que prosseguirá com o povo pelo progresso, a justiça social a democracia e por Portugal.

Declaração de Jerónimo de Sousa

«Portugal e a Integração Europeia»

PRESIDENCIAIS



Jerónimo de Sousa

Na passada sexta-feira, Jerónimo de Sousa apresentou, num hotel da capital, uma declaração abordando as questões da integração europeia e a defesa dos interesses nacionais, cujo texto transcrevemos de seguida.

O XIV Congresso do PCP, realizado em Dezembro de 1992, previu que a eleição do Presidente da República a realizar em 1996 assumiria «uma grande importância para a derrota dos projectos da direita de se apropriar do controlo desse órgão».

A necessidade de intervir no sentido de assegurar a contribuição indispensável do PCP para a eleição de um candidato democrático que dê garantias de se empenhar em defesa da liberdade, do regime democrático e da afirmação das potencialidades do sistema misto parlamentar-presidencial, defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa, constitui o nosso grande objectivo.

Em conformidade com estas razões políticas e com o objectivo fundamental que a determina, a minha candidatura investe no esclarecimento e abordagem de questões como o exercício pleno das atribuições constitucionais do Presidente da República, designadamente enquanto garante da independência nacional e do debate de ideias em torno dos novos problemas e desafios com que o País está confrontado, por exemplo a Revisão do Tratado da União Europeia e as Conferências Intergovernamentais previstas para 1996.

Em defesa dos interesses nacionais, a minha candidatura opõe-se a uma construção europeia ditada por dogmas do neoliberalismo em que a dimensão social do desenvolvimento ou é esquecida, ou é transformada num elemento decorativo; opõe-se a uma Europa em que as relações entre Estados sejam marcadas pela dominação dos mais fortes; opõe-se a processos decisórios que sacrificam os pequenos países na sua soberania; opõe-se à desvalorização do papel dos parlamentos nacionais. Há outro caminho para construir uma Europa de paz e cooperação, sem sacrificar os povos e em particular os trabalhadores.

Esta situação é tanto mais relevante, na sociedade portuguesa, tendo em conta as recentes decisões relativamente à «moeda única», que representando também uma enviesada forma de caminhar num sentido federalista põe em causa a independência e soberania nacional, o que dá coerência ao posicionamento da minha candidatura e à exigência de clarificação das outras candidaturas nesta matéria.

É que, na nossa perspectiva, a opção ultraliberal e monetarista de obrigar as políticas nacionais a cumprir critérios de convergência nominal como forma de

se impor uma política monetária que serve as transnacionais, é contrária a um processo de integração europeia que, no respeito



pelas soberanias nacionais, privilegiasse a coesão económica e social, a melhoria e aproximação do nível de vida dos povos dos Estados-membros.

É evidente e indiscutível o atraso da dimensão social e a acentuação das desigualdades, com os trabalhadores portugueses com salários e condições de trabalho bem distantes de outros cidadãos da União, com regiões em processo de desertificação e

abandono com a quase completa liquidação de sectores produtivos. Entretanto, assiste-se a espectáculos ou «jogos do empurra» que, objectivamente não fazem mais do que adiar decisões urgentes, veja-se o que se passa com a Barragem do Alqueva. Prosseguem políticas completamente contrárias aos interesses

um sério revés para o importante segmento da pesca industrial, sector que em poucos anos perdeu quarenta unidades de pesca. Mais uma vez os interesses nacionais não foram defendidos, mais uma vez foram países e interesses que não os nossos que de tais Acordos saíram beneficiados.

nacionais de que é um bom exemplo o que se passa em relação à actividade pesqueira nacional.

Os acordos celebrados entre a União Europeia e Marrocos e o recente Acordo para a Zona da NAFO (Atlântico Norte) significaram, no primeiro, importantes prejuízos para a nossa indústria conserveira e para a actividade agrícola e, no segundo, com a irrisória quota que nos foi distribuída para a pesca da palmeta,

Neste quadro e contrariamente à expressão de algumas manifestações de satisfação já avançadas, a integração de Portugal na Política Comum de Pescas a partir de Janeiro deste ano, num acto de antecipação de seis anos, medida aprovada no Parlamento Europeu com os votos dos deputados do PS, PSD e do CDS/PP, constitui motivo de forte preocupação e não menor contestação.

No que respeita às Conferências Intergovernamentais, a propalada «comunitarização» dos 2º e 3º pilares deve ser questionada em termos de soberania e de independência nacionais, é indispensável o seu acompanhamento por parte do Presidente da República, a par da informação à Assembleia da República e à opinião pública.

O Presidente da República pode tomar a iniciativa, se e quando tal entender útil, de chamar e ouvir deputados portugueses no Parlamento Europeu, separadamente ou simultaneamente com membros do Governo participantes dos Conselhos de Ministros, sobre questões em que o interesse nacional esteja em causa, exercendo uma verdadeira magistratura de influência e promovendo uma articulação de representação de Portugal na União Europeia.

Como Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, o Presidente da República terá que ter um papel interveniente na definição e execução de uma política de defesa nacional. O caso do envio de tropas portuguesas para a Bósnia levanta com grande acuidade este problema.

Esta é a nossa firme posição, como coerentes defensores de uma Europa democrática e social, de uma Europa de desenvol-

vimento, renovação ecológica, justiça social, bem-estar e solidariedade. Continuaremos por esta via, lutando pela efectiva cooperação entre os Estados, pela criação de empregos, pelo progresso social, combatendo a intolerância, o racismo e a xenofobia.

Portugal não está condenado a ter um papel secundário, sem voz activa, dependente, com o aparelho produtivo desmantelado e os sectores da agricultura e das pescas em completa ruína.

Somos por uma outra construção europeia. Uma Europa de Estados soberanos em cooperação, e com toda a prioridade para a vertente social.

O Presidente da República deve patrocinar a consulta aos portugueses, nos termos previstos no artigo 118º da Constituição, por via de referendo, sobre as questões da integração europeia, antecedido por uma real informação e um verdadeiro debate sobre a Revisão dos Tratados.

A minha candidatura mostra compreender e não se cansa de sublinhar a importância do futuro nas próximas eleições. Tem sido por isso, uma voz necessária e interveniente, no sentido do respeito pela democracia e pela garantia do exercício independente do cargo.

Jerónimo de Sousa no Porto com Álvaro Cunhal

«A pele de cordeiro caiu...»

Apesar da noite chuvosa e a quadra festiva convidar ainda à comemoração da noite de reis, cerca de um milhar de pessoas encheu o cinema do Terço, no Porto, para participar no comício de apoio à candidatura de Jerónimo de Sousa à Presidência da República, na passada sexta-feira.

A entrada do candidato e do presidente do Conselho Nacional do PCP, Álvaro Cunhal, foi entusiasticamente saudada pelos presentes e deu o tom da iniciativa, que seria marcada por longos aplausos da assistência, significativos do seu apoio e confiança na orientação do Partido nas eleições de 14 de Janeiro.

A primeira intervenção pertenceu ao Mandatário Distrital, Jorge Sarabando, que afirmou que «alguns gostariam de ver o PCP afastado para um discreto segundo plano, sem poder influir decisivamente numa batalha política tão determinante para o regime democrático. Não lhes agrada, incomoda-os, que a esquerda esteja presente, que o modelo de integração europeia seja frontal mas responsabilmente questionado, que a estabilidade de emprego seja defendida, que o quadro político constitucional seja valorizado, que a paz e a

independência representem valores tão altos que possam justificar outra decisão que não uma intervenção militar portuguesa na Bósnia. É essa voz diferente, patriótica, democrática, solidária que está presente na candidatura de Jerónimo de Sousa. É essa voz que gostariam de poder ignorar. Por isso ela se tornou indispensável.

No dia 14 é dia de votar. E os comunistas e quantos os acompanham, que não viram a cara à luta, também não hão-de virar a cara ao voto, pois é de votos que se trata no próximo dia 14».

O discurso de Álvaro Cunhal incidiu sobre a duplicidade do candidato Cavaco Silva, cujo Governo se caracterizou pela arrogância e o autoritarismo, pelo afrontamento de vários órgãos de soberania, desprezo pelos direitos dos trabalhadores, de violação da Constituição e que agora se apresenta como conciliador, dialogante e o melhor dos democratas. «É preciso desmascarar Cavaco Silva», disse, no que seria um dos momentos altos do comício.

A terminar, Jerónimo de Sousa, referindo-se ao candidato de direita, afirmou que «o verniz estalou, a pele de cordeiro caiu. E eis agora o verdadeiro Cavaco

Silva em acção, fazendo da agressividade, da intimidação, da chantagem e da ameaça os seus principais argumentos.

Não se pode deixar passar em branco o comportamento e os métodos de actuação que estão a ser seguidos pela sua candidatura. Em vez de debate de ideias e de confronto de propostas e projectos para os problemas do país, Cavaco Silva está a procurar fazer destas eleições uma campanha de chicana política, de intimidação e perturbação da opinião pública e do eleitorado. Actua como uma candidatura de expedientes, que baseia a sua intervenção em manobras de falsa dramatização do ambiente político e eleitoral, em mentiras e acusações desonestas, com que procura atizar a agressividade laranja. Trata-se de um comportamento perigoso, que demonstra bem a inadequação de Cavaco Silva para um comportamento cívico de respeito pelo normal funcionamento da vida democrática - e, mais ainda, para as responsabilidades de um Presidente da República».

Mais à frente, o candidato a Belém comunista focou as incoerências e contradições das declarações de Cavaco Silva: «Repisa a teoria dos ovos e dos cestos, ele que foi o porta-voz e execu-

tor das concepções das maiorias absolutas do poder laranja, das forças de bloqueio, da governamentalização de todos os órgãos do poder, das teorias de «nós ou o caos». Grita que os direitos dos cidadãos estão em perigo, ele que fez dos atentados aos direitos dos cidadãos e dos trabalhadores um dos objectivos principais dos seus dez anos de governação. Tenta assustar, falando dos «perigos de se instalar aqui uma ditadura», ele que tanto fez para reduzir as liberdades, direitos e garantias alcançadas com o 25 de Abril e que nada fez contra a ditadura fascista, porque, diz, «tinha de estudar» e de «tratar da vida».

E acrescenta: «Espalha pelo país cartazes gigantes a prometer «estabilidade e equilíbrio» sobre um céu azul e um mar tranquilo, mas confessou os seus objectivos de desforra, dizendo que se candidatou porque o PSD perdeu. E, por parte dos seus mais destacados apoiantes e mais altos dirigentes do PSD, já foram tornados públicos conselhos de que Cavaco deveria, se fosse eleito Presidente, dissolver o mais rapidamente possível a Assembleia da República - conselhos que ele nunca repudiou.»

Especulação imobiliária ameaça Oliva

Ano e meio depois de os comunistas de S. João da Madeira terem denunciado a grave situação vivida na empresa Oliva, não se registaram nenhuns avanços positivos e permanece a incerteza em relação ao futuro dos postos de trabalho naquela unidade.

Na altura, o PCP afirmava «não perceber» como uma das mais antigas e maiores fábricas do país no sector metalúrgico, que ainda recentemente facturava perto de cinco milhões de contos, apresentando lucros consideráveis até 1992, mergulhou de repente num acentuada crise financeira, com um passivo na

ordem dos sete milhões de contos, em dívidas aos fornecedores, instituições de crédito e Segurança Social, para além de acumular um prejuízo em 1994 de cerca de 1,4 milhões de contos.

A história da Oliva complica-se ainda mais quando é sabido que, nos anos de 1993 e 94, realizou penhoras e hipotecas de terrenos e edifícios no valor de três milhões de contos, para além de se ter aventurado na compra de empresas com problemas, com actividade em ramos diversificados. A empresa-mãe foi assim descapitalizada e progressivamente desmembrada.

Em simultâneo, a administração foi reduzindo postos de trabalho e começaram-se a verificar atrasos no pagamento de salários.

Os comunistas alertaram de imediato para as consequências da destruição da empresa, co-responsabilizando a Câmara Municipal por permitir, através do Plano Director Municipal, a especulação imobiliária na zona onde a Oliva está instalada.

Em defesa da viabilização da empresa, intervieram os deputados comunistas na Assembleia da República, em 20 de Setembro transacto, e, ainda nesse mês, o eleito da CDU na Assembleia Municipal de S. João da Madeira

apresentou uma proposta de recomendação para que o Executivo camarário procedesse à revisão do PDM no sentido de inviabilizar qualquer tentativa imobiliária na zona e mativesse essa preocupação na elaboração do Plano Geral de Urbanização.

Apesar da aprovação da quase totalidade da Assembleia, passados seis meses, o PCP continua a exigir que a Câmara «assuma a recomendação» viabilizando a alteração do PDM. A concelhia comunista reitera a necessidade de viabilizar a empresa e os postos de trabalho, assim como reclama o pagamento, a tempo e horas, dos salários.

DOREV exige cumprimento das finanças locais

Reunida no passado sábado, a DOREV do PCP analisou a grave situação económica e social que se vive no distrito, apontando designadamente «as crescentes dificuldades que enfrentam muitas empresas, os pequenos e médios agricultores e comerciantes, tendo como consequências o aumento do desemprego e instabilidade laboral».

A Regional de Évora manifesta deste modo as suas preocupações «ao verificar que o actual governo procura dar continuidade, no essencial, às políticas do Governo PSD», reclamando

«uma mudança de política» que «assegure o desenvolvimento e a criação de riqueza, na perspectiva do aumento efectivo do emprego».

Neste sentido, considera necessário concretizar o anunciado Plano de Emergência para o Alentejo e assegurar um programa de desenvolvimento para toda a região. O PCP exige ainda que o Alentejo seja incluído desde o início na aplicação do rendimento mínimo garantido.

A DOREV exige igualmente que o Governo, no próximo orçamento do Estado cumpra a Lei das

Finanças Locais, transferindo o valor do FEF para as autarquias, as quais devem ser compensadas pelas insenções anteriormente decretadas. O FEF deve ainda ser acrescido do valor correspondente às competências transferidas para as autarquias de modo a repor a sua capacidade financeira.

Na reunião foi também destacada a resolução do Governo no sentido de avançar com o empreendimento do Alqueva, que representa «uma clara vitória da luta do povo Alentejano».

A estrutura eborense definiu os principais objectivos e o

calendário de iniciativas para o ano em curso, que visa o reforço da estrutura partidária junto dos trabalhadores e de outros sectores sociais do distrito e da população em geral.

São de destacar as acções dedicadas ao 75º aniversário do PCP e ao 65º aniversário do «Avante!», estando ainda previstas realizações importantes caso do Encontro Distrital de Évora da JCP, da 4ª Assembleia da OREV; bem como a participação no Congresso da JCP, na 20ª Festa do «Avante!» e no 15º Congresso do PCP.

CM de Viseu condenada por remoção de propaganda

Reunida pela primeira vez neste ano de 1996, a DORV do PCP congratulou-se com a decisão do Tribunal Administrativo de condenar a Câmara Municipal de Viseu pelas tentativas repetidas de impedir os comunistas de colocarem a sua propaganda na Praça da República.

Recorde-se que o processo judicial desencadeado quando a edilidade removeu arbitrariamente

faixas colocadas em árvores, anunciando a realização da 4ª Assembleia da Organização Regional de Viseu do PCP.

Na reunião foi ainda analisado o desenvolvimento da campanha eleitoral para a Presidência da República, sublinhando-se o importante papel da candidatura do PCP, que «conseguiu trazer para o debate público os problemas dos trabalhadores e

outras questões nacionais e regionais».

A DORV debateu igualmente o processo de regionalização, com base nos projectos de lei recentemente apresentados na AR pelo grupo parlamentar do PCP, realçando que a importância económica, social e cultural do distrito de Viseu deverá ser levada em conta em qualquer solução de divisão administrativa.

A estrutura aprovou por fim o calendário de iniciativas para o ano em curso, no qual se destacam as comemorações do 75º aniversário do Partido, a participação na Festa do «Avante!» e a preparação do 15º Congresso do PCP.

Neste âmbito, está previsto para o primeiro semestre um amplo conjunto de actividades, designadamente plenários regionais e sectoriais de quadros sobre o trabalho camponês, sindical, autárquico, sobre a juventude e questões orgânicas. A DORV anuncia para o primeiro trimestre a realização um debate público sobre a Regionalização, sob o lema «Viseu - Presente e Futuro».

Alqueva Vale a pena lutar!

O Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP congratula-se com recente decisão do Governo de «avançar inequivocamente» com o projecto do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva.

Como sublinha o organismo, trata-se de uma «importante decisão» que corresponde às numerosas acções que o PCP tem vindo a desenvolver no sentido de «dar combate à campanha contra o Alqueva, às dúvidas, vacilações e incertezas, que declarações de membros do Governo alimentaram nos últimos meses».

Afirmando que vale a pena lutar, os comunistas alentejanos observam que «aquela decisão «não serão alheias as iniciativas promovidas na Assembleia da República, nos órgãos de poder local e junto da comunicação social», bem como outras acções e importantes «movimentações promovidas por parte de instituições e organizações económicas e sociais de que é exemplo significativo o debate sobre a situação de Alqueva promovido pelo Conselho da região Alentejo, nas instalações do NERBE, em Beja, no próprio dia da decisão governamental: 4 de Janeiro de 1996».

Alertando os alentejanos de que «é preciso não adormecer sobre os resultados alcançados», o OIRA do PCP insiste na necessidade de garantir «todas as valias do empreendimento, em particular a valia agrícola», e recusa desde já qualquer amputação do projecto «em nome de uma eufemística reorientação».

Os comunistas querem que o Empreendimento de Fins Múltiplos seja «uma realidade ao serviço do desenvolvimento de todo o Alentejo», exigindo para tanto que nos estudos previstos pelo Governo seja «assegurada a participação e tida em conta a opinião do poder local, estruturas económicas e sociais da região», entidades que, «mais do que ninguém, estão em condições de avaliar o que é bom e mau para o Alentejo».



Novo Centro de Trabalho no Algarve

O PCP vai inaugurar no próximo dia 21 um novo Centro de Trabalho Regional, situado no nº 44 da Rua de Portugal, na cidade de Faro. Nas novas instalações irão funcionar a DORAL, a Comissão Concelhia do PCP, bem como a Direcção Regional da JCP.

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, irá estar presente na abertura oficial do centro, que tem início marcado para as 12 horas. Após uma visita às instalações, terá lugar um período de intervenções, a que se seguirá um almoço-volante. Durante a tarde realiza-se um convívio com música popular portuguesa, prevendo-se a actualização, entre outros, de Zé Maria e Afonso Dias.

CAMARADAS FALECIDOS

António da Rocha Correia

Faleceu na cidade francesa de Lyon, onde se deslocara em visita à família, António da Rocha Correia, que contava 73 anos de idade. Escultor pela Escola de Belas-Artes de Lisboa, dedicou grande parte da sua vida ao ensino, como professor na Escola António Arroio, de Lisboa.

Luís Duarte da Piedade

Faleceu no passado dia 4, com 73 anos de idade, Luís Duarte da Piedade. Era natural e residia na Freguesia da Brogueira, em Torres Novas, a cuja organização pertencia, tendo-se destacado como grande impulsor do movimento associativo e cooperativo na sua terra.

★

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Anadia e Mealhada reúnem comissão

As organizações de Anadia e da Mealhada reuniram, no passado dia 15 de Dezembro, pela primeira vez, a Comissão Inter-Concelhia, organismo de direcção e coordenação destes concelhos da Bairrada.

Como principais conclusões desta reunião, onde se perspectivaram medidas para a dinamização da actividade partidária, destaca-se um calendário de iniciativas a concretizar durante o próxi-

mo ano, e que prevê a realização de debates, a comemoração do 75º aniversário do PCP, do 25 de Abril e do 1º de Maio, um encontro de activistas da CDU sobre as questões autárquicas, a participação na Festa do «Avante!» e a preparação do Congresso do PCP.

A Comissão promove ainda um debate público sobre a regionalização, que terá lugar no próximo mês de Fevereiro.

Recusando ruptura unilateral nas negociações Frente Comum não aceita 4 por cento e promessas frágeis

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública considerou na semana passada que a proposta salarial do Governo de actualização dos salários e pensões para o sector "é ainda inaceitável".

Carlos Mamede, dirigente da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública e da Frente Comum, falava aos jornalistas durante um intervalo da cimeira realizada sexta-feira, num hotel de Lisboa, para avaliar o processo negocial em curso desde 6 de Dezembro e delinear a estratégia para a continuação das negociações com o Executivo.

O dirigente sindical, citado pela agência Lusa, disse que a Frente Comum - que congrega 31 organizações sindicais filiadas na CGTP e independentes - considerou que as propostas governamentais "não correspondem às expectativas que os trabalhadores criaram quando reflectiram o sentido de mudança das últimas eleições legislativas, em que haveria finalmente a inversão da degradação dos salários da Administração Pública".

Na cimeira foi referido que "a proposta do Governo não dá garantias de que o salário mínimo da Administração Pública (índice 100 do regime geral) será equiparado ao salário mínimo nacional, nem de que o adi-



A Frente Comum reúne as estruturas sindicais mais representativas de todos os sectores da Administração Pública (na foto, um momento da cimeira da passada sexta-feira)

cional de dois por cento será integrado no índice 100". Carlos Mamede adiantou que a proposta do Governo não dá sequer garantias de que haja um início da recuperação das perdas salariais, que foram muitas nos últimos anos.

Quanto às chamadas "matérias de regime", houve "importantes ganhos, resultantes da aceitação pelo Governo das propostas avançadas pela Frente Comum", no sentido de se constituírem mesas negociais para matérias fundamentais, como as carreiras, o emprego, a negociação colectiva e a formação profissional. Carlos Mamede voltou a considerar indispensável que, nas próximas reuniões, o Gover-

no avance no sentido de consolidar, definir, aceitar o conteúdo proposto pelos sindicatos para as mesas negociais.

A Frente Comum continua a considerar que os quatro por cento de aumento salarial propostos pelo Governo são manifestamente insuficientes e não aceita o encerramento unilateral das negociações, que o Governo pretendia efectuar na reunião marcada para ontem.

Sul e Açores

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores considerou segunda-feira que a última proposta

salarial do Governo "não é susceptível de conduzir a um acordo" entre as partes. Em comunicado, o STFPSPA defende que os quatro por cento de aumento salarial, propostos pelo Executivo, continuam a ser um "valor extremamente baixo", que não permite recuperar as perdas salariais verificadas em anos anteriores.

O sindicato alega que a proposta do Governo, para além de não oferecer respostas às questões do emprego precário e da negociação colectiva, não integra em todas as tabelas salariais o adicional de dois por cento criado em 1992. O Governo, reclama-se no documento, deve comprometer-se claramente a rever a

lei da negociação colectiva, de modo a assegurar a efectiva negociação de todas as matérias relacionadas com os trabalhadores da Função Pública.

É também necessário "estabelecer com clareza a forma e o espaço de tempo, para colocar, até ao final do corrente ano, o índice 100 do regime geral em valor não inferior ao salário mínimo nacional".

Assim, a possibilidade da proposta governamental ser aceite está também dependente da aplicação da reestruturação das carreiras profissionais - a partir do dia 1 de Outubro - e também da adopção de medidas capazes de resolver com rapidez as questões do trabalho precário. O STFPSPA propõe que os trabalhadores actualmente com recibo verde ou a prazo, entre outros "sem título jurídico adequado" que ocupem postos de trabalho correspondentes a emprego efectivo (sujeição à disciplina e hierarquia, horário de trabalho completo, cumprindo necessidades permanentes dos serviços) sejam objecto de contratação em regime de contrato administrativo de provimento de pessoal; estes serão candidatos "únicos e obrigatórios" a concursos internos de ingresso na categoria-base da carreira correspondente às funções desempenhadas.

Disponíveis como antes

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte criticou na semana passada o Governo por "não-anular as execuções da Lei dos Disponíveis decretadas pelo anterior executivo". Um comunicado do STFPN refere que em finais de Dezembro, "já com este Governo em plenas funções", foram publicadas em Diário da República "listas nominativas que excluem trabalhadores dos quadros da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais".

"O processo continua a decorrer como se o anterior Governo continuasse em funções", refere o sindicato, que, face à "gravidade da situação", pediu já "com carácter de urgência" uma audiência ao ministro do Equipamento Social.

De acordo com o comunicado, as listas de disponíveis publicadas "têm a agravante de incluir o dirigente sindical Vieira Mendes, por desempenhar funções ligadas ao sindicato".

A organização considera "estranho" o facto de Vieira Mendes, engenheiro de profissão, ser considerado disponível num organismo "com funções exclusivamente técnicas e cujo quadro vai ficar, assim, limitado a dois engenheiros".

Siderurgia fecha Trem Médio e ameaça 200 postos de trabalho

«Para que serviu a mudança de 1 de Outubro?» - pergunta a Comissão de Trabalhadores

Duas centenas de trabalhadores passaram para o quadro de excedentários da Siderurgia Nacional e estão desocupados desde o princípio do ano, devido ao encerramento do Trem Médio. Esta medida, anunciada na altura do Natal em cartas a cada uma das pessoas envolvidas, foi tomada «no cumprimento do que foi aprovado a nível governamental e comunitário» e para dar execução ao Plano Estratégico de Reestruturação Global - como denunciou a Comissão de Trabalhadores da SN-Produtos Longos, numa nota de imprensa em que afirmava que «os habituais votos de Boas Festas e Feliz Ano Novo deixaram de ter sentido para cerca de 200 trabalhadores».

No seguimento da luta cerada contra uma reestruturação que apenas significa despedimentos, desmembramento e encerramento de sectores com o objectivo de facilitar a privatização, a Comissão de

Trabalhadores da SN-Longos pronunciou-se contra o encerramento do Trem Médio, «uma das principais instalações industriais da SN, com grande interesse económico e social», alertando para o facto de o seu encerramento prejudicar a economia nacional

(provocando desindustrialização e aumento das importações) e os trabalhadores.

«Num quadro de desemprego crescente a nível nacional, particularmente preocupante na Península de Setúbal, qual será o futuro destes trabalhadores, há 20 ou mais anos na

SN» - questionava a CT, no documento divulgado a 29 de Dezembro e em que, depois de frisar que «diálogo é muito importante, mas qual o diálogo possível com trabalhadores atirados para o desemprego», exigia que o Governo assumia as suas responsabilidades.

A CT completava com o seu protesto reclamando a continuação da laboração do Trem Médio e «uma posição firme» do Governo «em defesa a produção nacional de aço, face aos apetites de grupos siderúrgicos europeus».

«Eventuais acordos subscri-

tos pelo Governo de Cavaco Silva e por Bruxelas terão de ser reequacionados e renegociados, de acordo com o interesse do País. Caso contrário, para que serviu a mudança de 1 de Outubro?» - concluía a nota da Comissão de Trabalhadores.

Por que foi adiado o Congresso do STSN

O congresso extraordinário do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte, inicialmente marcado para sábado no Porto, foi desmarcado devido a um "erro técnico" na convocatória, esclareceu sexta-feira à Agência Lusa o presidente da Mesa do Congresso.

Segundo Justino Santos, devido à alteração dos estatutos do sindicato, torna-se necessário realizar uma nova eleição

de delegados ao congresso, enquanto a convocatória distribuída era feita ao abrigo dos estatutos anteriores. "Decidimos desmarcar o congresso para evitar que alguém viesse depois a impugná-lo", explicou.

Nos termos estatutários, os delegados eleitos para um congresso ordinário do sindicato, mantêm-se em funções até ao congresso seguinte, sendo, por

isso, considerados também delegados aos congressos extraordinários que se realizem entre os dois.

O congresso extraordinário previsto inicialmente para sábado tinha como único ponto em agenda a discussão e aprovação da alteração do âmbito de acção do STSN, que deverá passar a ser nacional.

Justino Santos adiantou que, "ainda durante o primeiro

semestre deste ano, serão realizadas as eleições para os delegados ao congresso". "Depois da eleição dos delegados, será marcado um congresso ordinário e, no mesmo dia e local, um congresso extraordinário para aprovar o alargamento do âmbito do sindicato", explicou.

Segundo aquele responsável, este alargamento é "pacífico" entre os membros do STSN, salientando que "todos os asso-

ciados o desejam". A hipótese de se criar uma federação entre o Sindicato dos Trabalhadores dos Seguros do Norte e o seu homólogo do Sul e Regiões Autónomas - ambos filiados na UGT - "não é viável", uma vez que "em cada um dos sindicatos, há elementos que não estão de acordo com a política seguida pelo outro", considerou Justino Santos.

CGTP espera melhores propostas na Concertação Projectos do Governo suscitam «grande apreensão»

A CGTP-IN manifestou sexta-feira "grande apreensão" relativamente ao conteúdo de dois documentos apresentados dois dias antes por representantes do Governo numa reunião sectorial da Comissão Permanente da Concertação Social.

Em conferência de imprensa, o coordenador da *Inter* referiu que esses documentos têm "um conteúdo que procura responder, e até assumir, o essencial das posições patronais em áreas importantíssimas". Carvalho da Silva realçou, a propósito, dois aspectos em que a matéria dos documentos "é chocante": os ganhos de produtividade e as 40 horas semanais.

O dirigente da CGTP anunciou ter enviado "uma carta de alerta" ao primeiro-ministro, António Guterres, a manifestar o desagrado e a preocupação da central sindical, solicitando um "encontro urgente" para analisar

o assunto. "É preciso pôr travão a estes andamentos" no processo de concertação social, defendeu.

Segundo Carvalho da Silva, nos documentos apresentados por responsáveis do Governo são colocadas várias condicionantes aos trabalhadores para a partilha dos ganhos de produtividade, o que, nas suas palavras, é "um recuo" inaceitável.

O dirigente da central mostrou-se ainda "chocado" com o facto do conteúdo dos documentos "não estar de acordo com aquilo que o Governo prometeu na campanha das legislativas" sobre as 40 horas semanais. A CGTP reafirma a sua reclamação de que seja, sem mais delongas, fixado por lei o limite máximo das 40 horas semanais, com efeitos a 1 de Janeiro deste ano. O Governo aponta para a fixação legal do limite de 42 horas em 1997, e de 40 horas só em Janeiro de 1998.

Se as posições contidas nos documentos apresentados aos parceiros - "Concertação a curto prazo" e "Reforço da competitividade das empresas" - forem transformadas em posições do Governo, tal será "um sinal da submissão do poder político ao poder económico" e a frustração das expectativas criadas pelos resultados eleitorais de 1 de Outubro, afirmou Carvalho da Silva. Entre alguns pontos positivos contidos nos documentos, referiu as questões ligadas à Segurança Social, onde é visível "alguma reflexão".

No entender de Carvalho da Silva, o conteúdo global dos dois documentos mais parece uma proposta da CIP (Confederação da Indústria Portuguesa) do que do secretário de Estado do Trabalho, Monteiro Fernandes. Indo ao encontro das exigências patronais, apontam para a desregulamentação do traba-

lho e para a flexibilização dos horários, entre outros pontos preocupantes, e reflectem uma tentativa de esvaziamento do conteúdo da negociação colectiva.

Na reunião marcada para ontem, o Governo deveria apresentar uma proposta em concreto. Carvalho da Silva reafirmou a intenção da CGTP de procurar o consenso, embora rejeitando todas as imposições que sejam contrárias aos interesses dos trabalhadores portugueses. Na sua opinião, seria indesejável que o Governo "não respondesse às expectativas" daqueles que constituem a base do seu eleitorado, e não apresentasse medidas no sentido do crescimento significativo dos salários, do combate ao desemprego e da criação de mais emprego, do aumento do salário mínimo e do abono de família.

Pelas 40 horas já este ano

Metalúrgicos vão estar quarta-feira na AR

No próximo dia 17, quando subir a plenário o projecto de lei do PCP para que a duração máxima legal do trabalho seja fixada em 40 horas semanais, com efeitos a partir do primeiro dia de 1996, representantes dos trabalhadores metalúrgicos e mineiros vão estar nas galerias da Assembleia da República.

Esta presença foi anunciada na véspera da reunião do secretariado da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, que reuniu terça-feira em Lisboa e onde a luta pela consagração da semana de 40 horas esteve em realce.

Num intervalo dos trabalhos, os dirigentes sindicais desloca-

ram-se à Assembleia da República, onde entregaram milhares de assinaturas, moções e pareceres de apoio aos projectos de lei 2/VIII (40 horas), 3/VIII e 8/VIII. Estas posições reflectem o facto de existir «em todo o sector» - afirma-se na nota de imprensa distribuída pela FSMMP - «a expectativa de que as 40 horas vão ser uma realidade, que só um qualquer cataclismo frustraria».

Na reunião estiveram em análise os processos reivindicativos no ramo de actividade, nomeadamente «medidas para a dinamização da negociação colectiva e das reivindicações de empresa».

Esperando, tal como a CGTP,

que as propostas governamentais apresentadas na Concertação sejam «iniciativas pessoais do secretário de Estado do Emprego, Dr. Monteiro Fernandes, que não virão a ser acolhidas pelo Governo», a federação considera que elas «são uma afronta à liberdade de negociação e afrontam direitos que, inclusive, vêm de 1969 e 1971, como a organização do horário de trabalho e o direito a uma profissão e o respeito por esta».

O secretariado da FSMMP estudou «as posições e medidas mais adequadas ao apoio à posição que a CGTP-IN vier a tomar e às decisões de luta que eventualmente vier a ter que deliberar, face a objectivos cuja gravidade

não merece sequer discussão e que se espera sejam abandonados na sequência da reunião que a CGTP solicitou com urgência ao primeiro-ministro» - adianta a nota.

O projecto do PCP que volta dia 17 ao plenário da AR merece, no final da anterior legislatura, os votos favoráveis do PS. No projecto governamental, apresentado na semana passada e que justificou o protesto da CGTP, o secretário de Estado aponta para a concretização da semana de 40 horas apenas a partir de 1998.

Patronato «irredutível» no calçado de Aveiro e Coimbra

As negociações para o contrato colectivo de trabalho na indústria do calçado de Aveiro e Coimbra encontram-se num impasse. O Sindicato dos Operários da Indústria do Calçado daqueles distritos acusou na semana passada a associação patronal do sector, a APICCAPS, de manter uma "posição irredutível" de recusa a negociar as propostas apresentadas pelos representantes dos trabalhadores - afirma-se num comunicado citado pela Lusa.

O sindicato, que toma esta posição após "dois meses de negociações" com a APICCAPS, refere que a associação patronal "coloca como questão prévia para as negociações: a aceitação de uma cláusula de flexibilização brutal dos horários de trabalho". "O primeiro objectivo dessa cláusula é transformar as horas extraordinárias em horas simples, reduzindo ainda mais os

magros rendimentos dos trabalhadores, pretendendo também institucionalizar horários de mais de 53 horas por semana", denuncia o comunicado.

O sindicato tinha marcada para quinta-feira, dia 4, uma "reunião de conciliação" com a associação patronal, no Ministério do Emprego, no Porto, onde iria "exigir o desbloqueamento das negociações e a apresentação pelo patronato de propostas salariais".

Devido às fortes chuvas, foi adiada uma assembleia geral de trabalhadores do sector, convocada para o passado sábado, na sede do sindicato, em São João da Madeira. Um dirigente sindical confirmou anteontem ao «Avante!» que se mantém o impasse nas negociações e que a assembleia deverá reunir brevemente para analisar a situação e aprovar as medidas a adoptar.

Listas unitárias reforçam posições nas CTs da Banca

Na recente eleição da Comissão de Trabalhadores do Banco Espírito Santo, os trabalhadores demonstraram que não estão desatentos nem desinteressados, como por vezes erradamente se pretende fazer crer - é o comentário dos membros da lista unitária que conquistou a maioria absoluta na CT que tomou posse na semana passada.

Nesta eleição, em Novembro, a abstenção desceu de 39 para 35 por cento; a lista unitária obteve a sua maior votação de sempre, que lhe atribuiu seis mandatos, num total de onze; a lista do PPD/PSD perdeu votos e um mandato; a lista afectada ao PS estagnou, apesar de ter tentado aproveitar uma colagem partidária ao resultado das eleições legislativas.

O valor deste resultado é ainda mais acentuado pelo facto de que, nas eleições anteriores, em 1993, a Comissão Eleitoral, dominada pelo PS e PSD, retirou arbitrariamente à lista unitária o 6º mandato que lhe deveria caber e que garantiria a maioria absoluta. Apesar de o Procurador Geral da República ter dado provimento à reclamação então apresentada pela lista unitária, movendo uma acção para reposição do resultado real das eleições, a sentença do Tribunal não chegou em tempo útil. Mais céleres foram os trabalhadores do BES que, agora, repuseram com os seus votos a verdade eleitoral.

Também em Novembro tiveram lugar eleições para as comissões de trabalhadores do Ifadap e do Banco Totta e Açores. Nos próximos meses vão realizar-se eleições para as CTs do BNU, do BPA, da CGD, do Borges e Irmão, do Fomento, do Fonecas e Burnay, do Sotto Mayor e da União de Bancos.

Para as listas unitárias, os bancários têm agora uma boa oportunidade para colocarem nestas importantes estruturas representativas colegas que lhes dêem garantias de firmeza na defesa dos direitos da classe e na luta, em cada banco, por melhores condições de vida e de trabalho, elegendo pessoas realmente disponíveis para assumirem tais responsabilidades.

Este alerta é tanto mais oportuno, quanto se verifica que há quem continue a ter nas CTs uma atitude de subserviência perante as administrações e o Governo, quer por dever partidário, quer por alimentarem esperanças de obter vantagens pessoais e profissionais, e mandando às urtigas os compromissos e os programas esgrimidos em tempo de eleições.

Os membros das listas unitárias estão dispostos a, nos processos eleitorais que se avizinham, continuar persistentemente a intervir contra a rotina, fazendo balanços críticos dos mandatos que agora terminam, realizando amplos e diversificados contactos com os trabalhadores para suscitar apoios e renovar listas, debatendo com os seus companheiros de trabalho a situação de cada banco e os problemas com que os trabalhadores estão confrontados, preparando propostas e reivindicações, elaborando documentos e fixando objectivos.

O contacto com os bancários é a base de novos êxitos e do reforço do movimento das comissões de trabalhadores na Banca, e é neste pressuposto que as listas unitárias pretendem continuar a assentar a sua intervenção nas CTs e nas campanhas eleitorais.



Será necessário que os trabalhadores voltem à luta, para conquistarem em 1996 a justa redução do horário máximo para 40 horas semanais? (foto de uma Jornada realizada junto ao Ministério do Emprego, em 1993, quase dois anos depois de na Concertação ter sido assinado um acordo que previa a redução de uma hora por ano, até chegar às 40 horas em 1995)

Moção proposta pela CDU

Bragança por mais creches públicas

A CDU de Bragança viu aprovada por unanimidade uma moção que apresentou na Assembleia Municipal, no passado dia 28 de Dezembro, visando o alargamento da rede pública do Ensino Pré-Escolar.

No documento enviado ao Governo, a Assembleia considera as actividades educativas nos jardins de infância como elementos-chave no Sistema Educativo e reclama medidas que assegurem a concretização do direito de todas as crianças à educação pré-escolar. Em Bragança existe inclusivamente a Escola Superior de Educação, onde se formam todos os anos técnicos que dificilmente encontrarão colocação adequada à sua formação.

Nessa reunião da Assembleia Municipal, a CDU votou contra o Plano e Orçamento para 1996, ao constatar que, «mais uma vez, a actual maioria PS na Câmara Municipal de Bragança não tem um

plano estratégico para o mandato que concretize os grandes projectos que o concelho necessita para a afirmação de Bragança como capital do distrito». Este plano é, segundo uma nota da concelha, «uma cópia de promessas de planos anteriores».

Apontando como questões fundamentais a construção do centro cultural, do mercado e do matadouro municipal, do centro de camionagem, do parque da cidade e da ETAR, a CDU afirma que, por falta de verbas, estas obras não serão executadas em tempo útil, mesmo estando citadas no presente Plano de Actividades. Verifica-se, segundo a Coligação, uma resposta insuficiente a algumas questões como a necessidade de um plano de Higiene e Limpeza ou a elaboração do orçamento em diálogo com as Juntas de Freguesia.

No plano cultural, não existe, como seria de esperar, «uma política capaz de potenciar e dinamizar o rico patri-

mónio sociocultural do concelho e em simultâneo ir ao encontro das necessidades das populações». Não há sequer «uma distribuição transparente e objectiva de apoios às associações culturais e desportivas do concelho».

Uma segunda proposta da CDU com o objectivo de a Assembleia Municipal reclamar ao Governo a aplicação da Lei das Finanças Locais foi rejeitada com os votos da maioria PS. Alegando falta de oportunidade política, «o PS quis defender o indefensável e colocou-se objectivamente contra a aplicação da lei», apesar de esta medida fazer parte das suas promessas eleitorais.



Montemor-o-Novo exige sete milhões de contos para as autarquias

A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo enviou uma moção ao primeiro-ministro, aos grupos parlamentares da Assembleia da República e ao presidente da Assembleia Municipal em que exige a devolução dos cerca de sete milhões de contos devidos às autarquias, que o actual Governo decidiu reter.

Aprovado por unanimidade no dia 27 de Dezembro, este documento reclama que «o valor das transferências para as autarquias corresponda a um aumento real e substancial dos respectivos recursos financeiros capaz de iniciar a correcção resultante do FEF perdido pela não aplicação da Lei das Finanças nos últimos anos e de compensar as isenções e encargos suportados pelas autarquias».

Ao considerar «o necessário e

legítimo reforço dos meios financeiros das autarquias que correspondem a uma justa repartição dos recursos públicos do Estado entre os vários níveis da Administração, como aliás a Constituição determina», o município defende que a eventual transferência de novas competências, devidamente acompanhada das respectivas contrapartidas financeiras, seja acompanhada da compensação pelas competências que as autarquias foram forçadas a assumir sem disporem dos respectivos meios financeiros.

Mais recentemente, no dia 29 de Dezembro, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo aprovou por maioria o Plano de Actividades da Câmara Municipal, cujos principais objectivos são a luta pelo desenvolvimento e o reforço da participação popular.

O plano de actividades para 96 aposta no desenvolvimento económico, com a reivindicação da construção da Barragem dos Minutos e a recuperação do Convento da Saudação. A construção do Parque de Exposições, a continuação da dinamização da Zona Industrial da Adua e a realização das Jornadas para o Desenvolvimento do Concelho são outras iniciativas que se irão realizar nesta área.

O colectivo municipal pretende construir a primeira fase do Parque Urbano, dar continuidade ao Programa de Unidade Urbana de Montemor e lançar o Projecto Global do Castelo, bem como apoiar a construção e a reparação de habitações, reforçar o abastecimento de água e esgotos em algumas localidades do concelho, construir um novo cemitério na cidade e definir a metodologia para o Plano de Defesa do Ambiente.

No plano sociocultural, a autarquia quer assegurar a elevada qualidade e participação no Festival «Sete Sóis Sete Luas» e no Ciclo da Primavera, reivindicar a concretização do projecto da Gruta do Escorial e proceder à implementação do plano de sinalização turística.

Os «Encontros com as Populações» com o reforço da participação da autarquia no movimento «A lentejo pela Regionalização e Desenvolvimento» são outros dos objectivos a que a Câmara se propõe.

Câmara do Barreiro repara pavimento

A Câmara Municipal do Barreiro iniciou no passado dia 1 de Janeiro uma vasta acção de reparação do pavimento do concelho, aproveitando para isso todas as melhorias das condições meteorológicas.

Causando alguma insegurança na população e dificultando a circulação automóvel, os buracos provocados pelas fortes chuvas que se registaram nas últimas semanas revelaram-se uma questão incontornável, dado que a eficácia da colocação de massa asfáltica pelos serviços municipais foi impedida pela chuva

permanente. A consolidação dos materiais utilizados para uma reparação do pavimento com qualidade depende de um tempo minimamente seco.

Também no troço da E. N. 18, entre Nisa e Alpalhão, se registam deficiências devido às cheias. Os despistes, com a destruição das guardas da ponte e a queda de veículos na ribeira, sucedem-se tanto na zona do Carvalhal, como na Ponte de Légua. A Câmara Municipal de Nisa já reclamou a melhoria deste troço em ofício dirigido à Junta Autónoma das Estradas.



Acudindo à urgência de reparar os pavimentos do concelho degradados pela chuva e as enxurradas, a Câmara Municipal do Barreiro está, desde 1 de Janeiro, a aproveitar todas as «abertas» para intervir

Recuperação do Convento da Verderena

Está já em curso a obra de recuperação do Convento da Madre Deus da Verderena, a cargo da Câmara Municipal do Barreiro. O convento, fundado em 1591 e adaptado para habitação no século passado, encontra-se em adiantado estado de degradação e a sua recuperação é comparticipada em 75 por cento por Fundos Comunitários.

A obra, que deve estar concluída dentro de 15 meses e cujo valor ronda os 135 mil contos, transformará o edifício e zonas envolventes numa área cultural descentralizada e privilegiada, munida de auditórios, oficinas de conservação e restauro de obras de arte, gabinetes de trabalho e serviços, restaurante e esplanada.

Ampliação da escola da Barranha

Em comunicado à imprensa, a CDU defende a ampliação ou a reformulação da Escola Básica Integrada da Barranha com a construção urgente de um pavilhão gimnodesportivo.

A criação de uma escola primária para a freguesia da Senhora da Hora, no Porto, foi defendida no programa eleitoral da Coligação e a sua existência permite que centenas de crianças não tenham de se deslocar a pé alguns quilómetros até às escolas mais próximas. No

entanto, com a sua transformação em escola básica integrada, com a secção da Escola C+S, as infra-estruturas do edifício passaram a ser insuficientes e os seus alunos têm de se deslocar para um pavilhão desportivo fora da área escolar, no âmbito da disciplina de Educação Física. A ampliação do edifício escolar ou a construção de outra escola no local são as soluções apontadas pela CDU para a resolução desta questão.

Ano negro na Portugal Telecom

O ano começa negro para os milhares de trabalhadores da Portugal Telecom, «não porque os trabalhadores receiem sobre as suas capacidades profissionais em relação às mudanças em curso, mas da forma e com os propósitos com que se pretendem concretizá-las». Quem o diz é o Secretariado da Célula do PCP na Portugal Telecom/Porto, num balanço sobre a situação sociolaboral na empresa que levanta grandes apreensões.

Para o Secretariado da Célula do PCP, os propósitos em curso na Portugal Telecom são claros: identificam-se «com o reforço dos interesses de gru-

cos, económicos e financeiros) de forma a rentabilizá-los, servindo melhor os vários interesses (trabalhadores, empresa e o País).

profissional e a qualidade dos serviços prestados. Aprecie-se:

Sob a capa da «modernidade» e «competitividade», com a influência da promessa de prémios, promoções, etc., impõe-se por vezes o impossível mas foge-se à responsabilidade da qualidade do trabalho exigido.

Fazer tudo muito rápido (sem interessar como), não contrariar orientações e disponibilizar-se 24 h/dia para todo o serviço, são uma das condições/base para ser ape-

forma «saloia» de arranjar indicadores e vender uma imagem falsa de que não há lista de espera.

Os trabalhadores, que tenham a coragem de ter ideias próprias, mas opostas a esta estratégia laboral, de imediato são acusados de inconvenientes, de boicotar o trabalho, maus colaboradores, retiram-se-lhes tarefas, etc.

As «metas» da intimidação

Tal ambiente — denunciam os comunistas da Portugal Telecom/Porto — semeia a intimidação, a luta pelo «tacho», degrada a qualidade geral dos serviços e põe em andamento a perversa filosofia de que o «o importante é cumprir metas» (mesmo que não haja eficácia, competência ou

resultados positivos), o que abre caminho a outro objectivo dos patrões da Portugal Telecom: demonstrar que a empresa tem um «peso muito grande» de efectivos e necessita de «reduzir pessoal».

E abre-se aqui nova linha de ataque...

Por um lado, «criam-se expectativas da possibilidade de pré-reformas aos trabalhadores com idade de 50 anos, que para além de ser um processo duvidoso, apenas foi mais uma estratégia da Administração, para acelerar a assinatura das «cartas» de adesão ao 1º AE da Empresa, uma vez que este processo acabou por ser suspenso sem qualquer explicação, melhor dizendo, a verdade veio ao de cima e, de facto, é difícil explicar tanta ilegalidade.»

Por outro, «explora-se o descontentamento e esgota-

mento do estado psíquico de alguns trabalhadores, como consequência da difícil situação social e laboral vivida na empresa, processando-se rescisões de contratos a preços de saldo, com o incentivo de integração em novas actividades que cada vez mais fomentam o trabalho precário e as subempregadas.»

Com isto, «são anos de saber acumulado que se perdem» e, no final, todos perdem: a empresa, os trabalhadores, o serviço público.

Perante tal situação, os trabalhadores comunistas da Portugal Telecom/Porto reafirmam «o apelo à unidade e determinação de todos os trabalhadores, na convicção e confiança em que a razão terá força para pôr fim à discriminação salarial e para conquistar um AE que reponha a justiça de acordo com o Decreto-Lei 122/94».



Os problemas na Portugal Telecom continuam por resolver. A continuação da luta prefigura-se, neste princípio de ano

pos económicos em torno do grande negócio da privatização, descurando completamente a parte social, isto é, sem ter em conta uma melhor gestão dos recursos disponíveis (humanos, técni-

Ilustrando a «selva» que prolifera nesta importante empresa, este Secretariado avança quatro exemplos significativos da degradação a que descenderam tanto as relações de trabalho, como a competência

lidade de «óptimo profissional».

Dar serviços sem efeito por não se conseguir cumprir prazos (por falta de meios humanos ou de material) e voltar a registá-los, eis a

Através da FEPACES Sindicatos propõem encerramento de comércio ao domingo

A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (FEPACES) reivindicou junto do Governo no passado dia 5 o encerramento de todo o comércio aos domingos e feriados, propondo a criação de sistemas alternativos durante os restantes dias da semana. A reivindicação foi apresentada à adjunta do ministro da Economia, durante a reunião do Conselho de Ministros, onde a FEPACES colocou as suas preocupações quanto às alterações do Decreto-Lei que rege e regulamenta os períodos de funcionamento dos estabelecimentos comerciais.

Assinale-se que, pelos dados da FEPACES, o comércio retalhista emprega em todo o País 120 mil trabalhadores, dos quais 20 mil nas grandes superfícies comerciais, registando-se uma tendência para o aceleramento do desemprego no sector.

Segundo afirmaram dirigentes desta Federação em conferência de Imprensa, a proposta sindical agora apresentada enquadra-se na revisão que o Governo pretende fazer ao Decreto-Lei que regulamenta o sector, elaborada pelo executivo de Cavaco Silva, e que estabelece as seis horas de funcionamento ao domingo para as grandes superfícies comerciais.

Diz Joaquim Labaredas, coordenador da FEPACES, que «o alargamento dos horários durante a semana é suficiente para as necessi-

dades da população», admitindo que o período suplementar possa ser à sexta ou ao sábado. E frisa: «o actual esquema desorganiza a vida familiar e os trabalhadores desejam o domingo fixo, mais um dia de folga rotativo, ou seja, a semana de 40 horas de trabalho e os dois dias consagrados no contrato de trabalho».

Confrontado com a eventual impopularidade destas alterações por parte dos consumidores, o dirigente sindical considerou estas medidas como um imperativo «para que haja um equilíbrio na concorrência, devendo implantar-se um limite máximo de 12 horas, podendo alargar-se para 14 horas», sublinhando que esta proposta sindical abrange todo o comércio, incluindo os sectores das grandes superfícies comerciais, com excepção de cafés, snacks ou similares de hotelaria.

Joaquim Labaredas e Manuel Feliciano, os dirigentes sindicais que apresentaram as questões aos jornalistas, salientaram que estas propostas da FEPACES «estão de acordo com o parecer do Conselho Económico e Social - CES», tendo o primeiro acrescentado ser «impraticável estabelecerem-se excepções, mesmo para as pequenas lojas, embora admitamos certos tipos de comércio especializado, como turismo, artesanato, produtos alimentares imediatos, ou seja, artigos que justifiquem uma urgência».

Junta Metropolitana de Lisboa na sua primeira reunião do ano

A Junta Metropolitana de Lisboa reúne-se hoje, pelas 10 horas, nos Paços do Concelho de Lisboa, em reunião ordinária.

Da agenda fazem parte os seguintes pontos:

1. Aprovação da acta da reunião anterior;
2. Contactos com membros do Governo e Expo 98;
3. Plano de Actividades e Orçamento para 1996;

4. Fundos Comunitários;
5. Actividade dos Grupos de Trabalho;
6. Outros assuntos de interesse para a AML;
- 6.1 - Fundos Permanentes.

A reunião é dirigida por Daniel Branco, presidente da JML, e prevê-se que termine cerca das 12.30 h. No final, serão prestadas declarações à comunicação social sobre os assuntos tratados.

Escândalo no Montijo PS e PSD juntam-se para «chumbar» Plano de Actividades

A Comissão Concelhia do Montijo do PCP criticou severamente a reprovação do Plano de Actividades e Orçamento imposta por uma «aliança» PS/PSD, através de votos contra destas duas forças partidárias na autarquia do Montijo, justificados por «declarações e razões que pouco têm a ver com os interesses do Montijo, mas sim com estratégias partidárias e pessoas», acusa esta Concelhia do PCP.

Afirmando que «os eleitos do PSD e do PS têm que ser responsabilizados pela sua irresponsabilidade», a Concelhia do PCP garante que «este processo não está encerrado. Nos próximos dias, os eleitos do PCP/CDU voltarão a propor como resolver os problemas do Montijo.»

E a Comissão Concelhia do Montijo do PCP resume, na sua denúncia, os últimos acontecimentos que desembocaram neste inesperado e estranho «chumbo» do Plano de Actividades e Orçamento da Câmara do Montijo, imposto pelos votos conjuntos do PS e do PSD.

«Os eleitos do PCP/CDU na Câmara solicitaram, em Setembro, aos eleitos do PSD e do PS contributos e opiniões para o Plano de Actividades. Estes não escreveram uma linha!

«Os eleitos do PCP/CDU na Câmara convidaram os eleitos do PSD e do PS para definir a

estratégia a considerar neste Plano de Actividades. Estes pouco ou nada adiantaram!

«Os eleitos do PCP/CDU na Câmara promoveram 5 sessões de trabalho para ver caso a caso, verba a verba. Nesta fase os eleitos do PSD e do PS deram opinião, sugeriram cortes, fizeram propostas que foram aceites.

«Acordaram tarde, mas acordaram.»

Neste ponto, a Concelhia do Montijo do PCP assinala que «com o trabalho que foi feito em equipa, julgámos nós que os eleitos do PSD e do PS finalmente estavam dispostos a fazer alguma coisa pelo Montijo. Enganamo-nos. Pois quando foi o momento da votação votaram contra e assim impediram que o Montijo avançasse.»

A reprovação do Plano de Actividades «vai prejudicar o trabalho, a execução de obras, o apoio a Clubes e Colectividades, gerar insegurança nos trabalhadores da Autarquia e fornecedores. Quem é que ganha com isto?», pergunta também a Concelhia do PCP, considerando que «a população do Montijo não é de certeza».

«Com a construção da Nova Ponte, com os desafios que o futuro nos coloca não podemos andar a adiar a resolução dos problemas», frisa ainda a Concelhia, «nós, PCP/CDU, tudo faremos para cumprir com os compromissos que assumimos com a população».

Resposta do PCP a carta do PP

Moção de censura à Comissão Europeia pode ser iniciativa meramente mediática

Uma carta assinada por deputados e eurodeputados do Partido Popular (PP), onde se propunha uma posição comum dos deputados portugueses eleitos no Parlamento Europeu (PE) que viabilizasse uma moção de censura à Comissão Europeia, foi recebida pelo Partido Comunista Português no passado dia 3 de Janeiro. Para o PP, a Comissão Europeia tem feito «propostas prejudiciais para Portugal» de forma «reiterada» e «impunemente». Na resposta, enviada ontem ao PP, os deputados comunistas na AR, Luís Sá e João Amaral, e os eurodeputados Joaquim Miranda e Honório Novo, recordam a cumplicidade do PP com algumas das políticas europeias que mais têm prejudicado o nosso país e dizem que ficam «a aguardar da viabilidade da recolha pelos promotores da iniciativa do indispensável número de assinaturas de deputados estrangeiros» que tornaria possível a concretização dessa moção de censura. É que para o PCP esta pode ser «meramente uma iniciativa para tentar obter efeitos mediáticos internos».

Os deputados comunistas explicam ao PP que para accionar uma moção de censura à Comissão Europeia é necessário que tal proposta seja assinada pelo menos por

um décimo dos membros que compõem o Parlamento Europeu, ou seja, um décimo dos 626 deputados europeus, não sendo por isso suficientes os 25 deputados portu-

gueses eleitos naquele órgão, «partindo do pressuposto de que todos a subscreveriam...».

Assim, para os comunistas, «a primeira questão que

deve ser colocada, é a de se saber quantas assinaturas o PP assegura no grupo em que está inserido no PE, para que esta moção de censura à Comissão em favor de Portugal tenha possibilidades de ser apresentada. Se assim não for, ter-se-á de concluir que esta é meramente uma iniciativa para tentar obter efeitos mediáticos internos».



Os comunistas recordam que o PP «votou no PE a favor do relatório Fantuzzi, que permite a fabricação de vinho a martelo pelos países do Norte da Europa» e que motivou manifestações de protesto dos agricultores portugueses

Os comunistas dizem terem «fundadas dúvidas de que o PP assegure essas assinaturas, sabendo-se inclusive que o seu grupo parlamentar no PE tem votado relatórios que lesam os interesses de Portugal e, inclusive, apoiou o Governo francês votando contra a condenação dos ensaios nucleares levados a efeito pela França».

Cumplicidades

Os signatários desta resposta à carta do PP levantam ainda outra questão: «Se Portugal tem sido larga e profundamente prejudicado por decisões tomadas pela União Europeia, a verdade é que, para isso, também têm contribuído as posições tomadas pelo PP.»

Neste ponto, os comunistas recordam que «é certo que o Dr. Manuel Monteiro, reclamou no nosso país que Portugal abandonasse a Política de Pescas Comum, mas, ao mesmo tempo, no Parlamento Europeu, precisamente em 15 de Dezembro de 1994, às 11 horas e um quarto da manhã, votou a favor do relatório Izquierdo Rojo, visando a antecipação para Janeiro de 1996 da integração de Portugal na Política Comum de Pescas, que estava perspectivada para o ano 2002».

Outro facto recordado nesta missiva é o de Manuel Monteiro ter-se insurgido contra a Moeda Única e os critérios de Maastricht; «mas, enquanto Presidente do CDS/PP, no projecto de revisão da Constituição que apresentou na Assembleia da República, propunha constitucionalizar o limite de 3% do PIB de défice orçamental, o que corresponderia a tornar obrigatório na lei fundamental um aspecto essencial e gravoso desses critérios».

Finalmente, os comunistas lembram que o PP que propõe a moção de censura e «que tanto tem afirmado lamentar as reais dificuldades dos nossos agricultores» é o mesmo PP «que votou no PE a favor do relatório Fantuzzi, que permite a fabricação de vinho a martelo pelos países do Norte da Europa, que cria gravosas limitações e dificuldades à produção nacional do vinho; o mesmo PP que votou a proposta da Comissão sobre a evolução e futuro da política vitivinícola (Relatório Sierra Barada-ji); o mesmo PP que votou o Livro Branco sobre Crescimento, Competitividade e Emprego, que traduz as grandes orientações das políticas económicas; o mesmo PP que tem dado o deliberado apoio a debates no plenário do PE a políticas tatcherianas de liberalização, desregulamentação e privatização de sectores de interesse vital para o País como a energia, transporte e telecomunicações».

«Estes são alguns factos indesmentíveis que mostram o vosso real posicionamento», dizem os comunistas na resposta à carta do PP, acrescentando que ficam «a aguardar da viabilidade da recolha pelos promotores da iniciativa do indispensável número de assinaturas de deputados estrangeiros».

Na resposta enviada ao PP, os deputados comunistas lembram ainda que o PCP «não acordou hoje para os problemas da integração europeia» e que os deputados do PCP no Parlamento Europeu procuraram desde sempre «potenciar o poder negocial de Portugal e a defesa dos interesses nacionais tendo, sempre que foi possível, procurado as assinaturas de outros deputados para iniciativas suas», lê-se.

Manobras politiquieiras do cavaquismo em estertor

Estamos mesmo à beira do momento de votar e, até 2001, deixar resolvida esta questão fulcral da Presidência da República.

Vale ainda a pena juntar duas ou três ideias sobre o que tem sido a campanha de Cavaco Silva e a sucessão de manobristas e expedientes, política espectáculo, política politiquieira e baixa política que se tem revelado.

Não nos vamos deter na propaganda e no caminho seguido para que se falasse da «onda» da candidatura cavaquista, resultado não da realidade sociopolítica mas dum cartaz e dum logotipo decididos pelo seu marketing político, nem sequer no recurso ao mar e aos respectivos arquétipos de «destino histórico» no inconsciente colectivo, nem na cópia sem reboço da «força tranquila» de Jacques Seguela/François Mitterrand para os vídeos televisivos, ou sequer no mar de «estabilidade e equilíbrio» devido «obviamente» a Cavaco, mas em que a respectiva pose de Adamastor e a bolina de bombordo que quase aderna a Sagres para estibordo, iam deitando tudo a perder.

Nem constitui novidade a soma de apoios espúrios, em exorbitância de competências e poderes, ou mesmo frontal violação da lei, que a candidatura cavaquista reuniu entre as respectivas clientelas e aproveitadores e que lhe garante meios e instrumentos inconfessáveis, desde o financiamento lateral da campanha, até à conivente divulgação em certos «media» das invencionices dos seus assessores de contra-informação, ou até à objectivamente convergente actuação da SIC de Rangel/Balsemão, ocultando a candidatura de Jerónimo de Sousa, prejudicando sistematicamente a candidatura de Jorge Sampaio e recusando o cumprimento da legislação eleitoral e dos princípios da mais elementar ética informativa.

Interessa mais elencar o batalhão de manobras cavaquistas de contra-informação e baixa política com o único objectivo de dramatizar as eleições, de amedrontar e condicionar eleitores isolados e hesitantes, de neutralizar e levar à abstenção votantes de Jorge Sampaio e de galvanizar toda a direi-

ta, com recurso ao anticomunismo mais cavernícola.

A primeira das grandes manobras consistiu na investigação exaustiva da vida política e pessoal de Jorge Sampaio e na sistemática divulgação em fascículos da sua versão «tenebrosa», tendo, ao que consta, fracassado a tentativa de um «manifesto anti-Sampaio». Uma investigação e um «tratamento» deste tipo carecem de um aparelho e de operacionais especializados que certamente só o SIS do tempo de Dias Loureiro, ou alguma «agência» fantoche sob sua direcção, teriam condições para desenvolver. E a manobra de cobertura de Cavaco, acusando os seus adversários da «calúnia» de o responsabilizarem por uma investigação que «evidentemente» ele nunca seria capaz de promover, mas que entretanto só à sua candidatura aproveitava, não convenceu ninguém.

Veio depois a história das centenas de milhares de contos desviados da TAP, eventualmente para financiamento do PSD e respectivas campanhas eleitorais, cuja espectacularização pel' «O Independente» serviu para montar a cabala de uma nova «calúnia anti-Cavaco», com que se chantageou o PR, o Governo, o Procurador Geral da República e a Judiciária para que atestassem da «seriedade» do candidato, sob pena de ele «desistir» ou «apelar a instâncias internacionais» (!). À sombra desta treta, de que ainda um dia se hão-de conhecer os reais contornos, Ludgero Marques previu novas «calúnias» e organizou no Porto um patético «almoço de desagravo».

E veio a «mãe de todas as manobras», os «acontecimentos do Barreiro», que muitos elementos e «coincidências» indicam não ter sido apenas a espontânea, imprudente e condenável reacção de um grupo de populares mais causticados pelas desgraçadas políticas cavaquistas, mas antes terem sido provocados pela mão de especialistas, sabe-se lá se profissionais a soldo. De concreto ficou a premeditada e desproporcionada espectacularização dos factos e a desmedida e desavergonhada dramatização e vitimização de Cavaco Silva e a tentativa de, a partir daí,

inverter o desenvolvimento da batalha eleitoral.

E houve ainda outros «incidentes», cujo principal traço comum é contribuírem para a dramatização da campanha eleitoral e levarem a água ao moinho do cavaquismo.

Foi a movimentação dos camionistas na ponte, sem qualquer concertação com as estruturas reivindicativas dos utentes e no momento indicado para «comprovar» um certo «estado de desordem» que pudesse galvanizar votos de direita.

Foi a intervenção parlamentar peregrina de Marques Mendes com a tese duma próxima dissolução da AR se Sampaio ganhar as eleições, para «comprovar» assim, por antítese, que Cavaco é o candidato da «estabilidade».

Foi a falsa notícia de que a candidatura de Sampaio iria pedir a Jerónimo de Sousa para não desistir, visando assim criar dificuldades aos votantes comunistas.

Foi a tentativa de dramatização da visita de Cavaco à Marinha Grande e os insidiosos comentários às «convivências» entre Sampaio e Jerónimo de Sousa, reconhecidas invencionices, mas nem por isso menos eficazes no seu anticomunismo.

Como se vê, a lista não tem fim, mas releva dois aspectos significativos.

O primeiro é que na sua origem não pode deixar de estar uma equipe de especialistas em contra-informação e espionagem, com grande experiência em todas as manobras sujas destes dez anos de cavaquismo e onde pontifica Dias Loureiro, responsável político e da baixa política desta campanha.

O segundo é que este maquiavelismo de pacotilha, esta concepção da política despidida de princípios éticos e que visa tão-só o poder pelo poder e a salvaguarda de inconfessáveis privilégios, que caracteriza o cavaquismo, os seus generais e cortesãos, e que estas inenarráveis manobras e expedientes ilustram tão elucidativamente, não são mais que o respectivo estertor, à beira da inapelável derrota que o povo português lhe imporá no próximo domingo.

■ Carlos Gonçalves

Homenagem a Henrique Constantino

O Parlamento prestou homenagem à memória de Henrique Constantino, falecido no dia 27 de Dezembro, dois meses depois de ter tomado posse como ministro do Equipamento Social, aprovando por unanimidade um voto de pesar.

No texto, aprovado faz hoje uma semana, destaca-se o "elevado sentido de Estado" revelado por Henrique Constantino ao aceitar dirigir um Ministério reconhecidamente difícil, realçando-se, por outro lado, os laços que estabeleceu com a cidade de Setúbal ao longo das várias etapas da sua vida política e profissional, designadamente com as muitas colectividades locais, "cuja actividade sempre acompanhou e apoiou".

Incêndios em Santarém

Mais de quatro meses decorridos sobre a vaga de incêndios que assolou os concelhos de Mação, Sardoal e Abrantes, no distrito de Santarém, lançando na altura um rasto de destruição e dor, continuam por concretizar as prometidas medidas de apoio às pessoas afectadas pela tragédia. Aos momentos de pânico e insegurança que então se viveram, sucedeu-se a desconfiança e o desespero de quem continua a aguardar por medidas que minimizem os graves prejuízos sofridos.

Inconformada com a situação está a deputada comunista Luísa Mesquita que, em requerimento dirigido ao Governo, quer saber das razões que impediram qualquer ajuda até ao momento, designadamente sobre os motivos que inviabilizaram a concretização do parque de recepção de madeiras queimadas (que ajudaria a evitar movimentos especulativos). No requerimento, onde questiona ainda o Governo sobre as iniciativas legislativas que este pensa adoptar no plano da reflorestação e da prevenção, Luísa Mesquita assinala que "mais aterrador" ainda que a paisagem é "ouvir, como em Agosto, as mesmas necessidades e os mesmos pedidos". A este propósito, recorda a deputada comunista alguns dos dramas humanos resultantes da tragédia que se abateu na região, como é o caso, exemplifica, das "três famílias, constituídas por idosos e um invisível que ficaram sem casa e agora se «arrumam» em casas de amigos, à procura da caridade pública, aguardando que, depois das promessas, as ajudas ainda possam chegar a tempo".

Tempo inteiro nas Juntas de Freguesia Potenciar o trabalho ao serviço das populações

A Assembleia da República aprovou, faz hoje oito dias, na generalidade, os diplomas do PCP e do PS que possibilitam aos autarcas das Juntas de Freguesia o exercício do mandato em regime de permanência. Com esta iniciativa legislativa, que agora baixou à Comissão, abre-se finalmente a porta que permitirá em muitas freguesias melhorar as condições e potenciar o trabalho dos eleitos que esforçada e dedicadamente buscam a resolução dos problemas das populações.

Embora ambos os projectos estejam de acordo quanto ao princípio essencial da existência de eleitos a tempo inteiro, importa notar, todavia, que o alcance da proposta socialista é bastante mais limitado que o projecto comunista. O deputado Luís Sá, em nome da bancada do PCP, fez questão de o realçar, chamando

à atenção para o facto de existirem freguesias de municípios inteiros, quase mesmo distritos inteiros, como é o caso da Guarda - de acordo com a proposta do PS -, em que a possibilidade de eleitos a tempo integral ou mesmo a meio tempo ficar completamente arredada.

E tal sucede pela simples razão que o diploma do PS apenas prevê o regime de mandato a tempo inteiro para o presidente da Junta nas freguesias com mais de 10 mil eleitores ou nas com mais de sete mil e 100 quilómetros quadrados de área, admitindo ainda tal possibilidade para os presidentes das Juntas com mais de 1.500 eleitores, desde que o encargo anual da respectiva remuneração não ultrapasse dez por cento do total da receita inscrita na conta de gerência do ano anterior.



Com uma visão mais amadurecida e alargada do problema - recorde-se que a primeira iniciativa do PCP sobre esta matéria remonta a 1986 -, o projecto comunista propõe a criação da possibilidade de um membro em regime de meio tempo nas freguesias de 500 a 1000 eleitores, de um

membro em regime de tempo completo nas freguesias entre 1000 e 5000 eleitores, e de dois membros a tempo completo nas freguesias com mais de 5000 eleitores.

Com esta aprovação legislativa - foi Luís Sá a lembrá-lo -, derrotados são os que preconizaram a extinção das

freguesias, mas também "os que multiplicaram elogios às freguesias e se referiram às potencialidades do poder mais próximo das populações, mas tudo fizeram para não se criarem condições que permitam que essas potencialidades se desenvolvam".

Competências do Tribunal de Contas Fiscalizar a utilização dos dinheiros públicos

A Assembleia da República aprovou, na generalidade, um diploma do Governo que possibilita ao Tribunal de Contas a fiscalização das sociedades anónimas de capitais públicos e do processo de privatizações. Idêntico acolhimento mereceram os projectos de lei do PCP e do CDS/PP, redigidos com o mesmo objectivo, e que, tal como a proposta de lei governamental, baixam agora à Comissão de Economias e Finanças para a discussão na especialidade. Só o PSD se manteve à margem deste entendimento, optando pelo voto contra, com a alegação de que as medidas previstas comportam "graves inconvenientes".

Para o ministro das Finanças - que admitiu a inclusão de algumas propostas dos outros dois diplomas em debate na versão final do diploma - "não é admissível que o sector empresarial do Estado continue a estar fora do controlo financeiro independente do Tribunal de Contas".

Sousa Franco sublinhou que a proposta de lei do governo prevê o controlo do processo de privatizações pelo Tribunal de Contas e esclareceu que o diploma visa "mais democracia nas empresas públicas".

O projecto de lei do PCP, por sua vez, coloca as Fundações de direito privado que recebem subsídios do Estado sob a alçada do Tribunal de Contas, proposta que o ministro das Finanças admitiu também poder vir a ser consagrada na versão final do diploma.

Para a bancada comunista importa acima de tudo garantir

"princípios básicos de transparência e legalidade", nem sempre presentes nos últimos dez anos, por imposição das maiorias parlamentares do PSD e dos seus governos, mais apostados em "promover a desorçamentação de despesas e a fuga à fiscalização do Tribunal de Contas".

Octávio Teixeira defendeu ainda a necessidade de o Tribunal de Contas poder fiscalizar todas as empresas do sector público, aspecto por si conside-

rado essencial na medida em que, disse, "o que está em causa é a sujeição das empresas públicas à fiscalização sucessiva, e só a esta, do Tribunal de Contas".

"O que deve ficar reservado ao Tribunal de Contas - prosseguiu o líder parlamentar comunista - é «uma função de verificação do cumprimento do dever de boa gestão na actividade empresarial pública, ou seja, uma função de controlo do mérito da gestão financeira das empresas integra-

das no SEE e sujeitas à sua jurisdição, nos limites em que o juízo do mérito se integra no juízo da legalidade".

Explicitando melhor o ponto de vista da sua bancada, Octávio Teixeira adiantou que "o que está em causa, de facto e sem sofismas, é a fiscalização da utilização dos dinheiros e bens públicos, qualquer que seja a forma jurídica usada pelo Estado ou por outros entes públicos para proceder a essa utilização".

Hotelaria e pescas algarvias

O Grupo Parlamentar do PCP formalizou recentemente o pedido de ratificação do Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico de instalação e funcionamento dos empreendimentos turísticos. Na base desta iniciativa, a discordância dos deputados comunistas relativamente ao conteúdo de uma Lei que em sua opinião não teve devidamente em conta as realidades nacionais. Lembrada, a este respeito - para além das acusações de insuficiente diálogo no período que precedeu a sua elaboração -, é, por exemplo, a omissão quanto ao papel fundamental das Regiões de Turismo, a que acresce, por outro lado, o facto de ser considerada como excessivamente pormenorizada e regulamentadora.

Mais conhecido por Lei Hoteleira, este diploma (D.L. Nº 327/95) entrou em vigor no passado dia 1 de Janeiro, tendo já sido alvo de contestação e desacordo por parte de inúmeras associações representativas do sector, bem como por parte de estruturas representativas dos trabalhadores.

Outras iniciativas parlamentares, com incidência em matérias de interesse relevante para o Algarve, foram igualmente objecto da atenção do Grupo comunista. E o caso do requerimento subscrito pelo deputado Lino Carvalho, requerendo ao Governo através do Ministério da Saúde o relatório da auditoria à gestão do Hospital de Faro.

A Política Comum de Pescas, designadamente o apuramento dos impactes da antecipação da integração plena de Portugal, foi outro dos assuntos que suscitou o interesse da formação comunista, que, em requerimento, indagou o Executivo de Guterres sobre as medidas e alternativas que pensa adoptar para enfrentar as consequências daquela integração. Registe-se que a antecipação para 1996 da integração plena de Portugal não deixará de comportar seguramente novas dificuldades à nossa frota pesqueira e à defesa dos nossos recursos.

Ainda no domínio das Pescas, mais exactamente no que se refere ao acordo neste capítulo celebrado com a África do Sul e outros países, também sob a forma de requerimento, interroga-se o Grupo Parlamentar do PCP sobre as alternativas em matéria de pesqueiros e com que países estão a ser negociadas para a frota de pesca longínqua, bem como sobre as contrapartidas negociadas pelo Governo para o acordo de comércio livre com a África do Sul com o objectivo de ser retomada a cooperação com este país.

No requerimento, também assinado por Lino de Carvalho, é recordada a drástica redução quer da frota portuguesa quer da capacidade de pesca, chamando-se simultaneamente a atenção para os condicionamentos impostos à nossa frota nos pesqueiros tradicionais - veja-se o caso da palmeta -, com as implicações decorrentes em termos de sobrevivência da pesca longínqua se não forem encontrados pesqueiros alternativos.

Mitterrand

O funeral de Mitterrand, que faleceu dia 8 em Paris, vítima de cancro, realiza-se hoje, quinta-feira, na sua terra natal, no sudoeste da França. Mitterrand nasceu em Jarnac a 26 de Outubro de 1916 quando o pai, Joseph, era chefe da estação de caminho-de-ferro de Angoulême. Durante os 14 anos à frente dos destinos da França, Mitterrand assegurou a presidência da União Europeia em três ocasiões. O Palácio do Eliseu decretou luto nacional em França, no dia do funeral.

Guatemala

O candidato conservador do Partido para o Progresso Nacional (PAN), Alvaro Arzú, foi o vencedor da segunda volta das eleições presidenciais da Guatemala, realizadas domingo passado, com 51,22 por cento dos votos.

A abstenção, particularmente importante no interior do país, rondou os 63,12 por cento em todo o território guatemalteco, na que é já considerada como das mais altas na história daquele país da América Central. O Procurador dos Direitos Humanos, Jorge Mario García Laguardia, qualificou de "grave" o absentismo que faz "perigar" a legitimidade do sistema democrático. Para Rigoberta Menchú, Prémio Nobel da Paz em 1992, o grande vencedor destas presidenciais foi o abstencionismo.

Turquia

O governo turco ordenou a investigação da morte de três presos e a expulsão de directores prisionais, cedendo assim a algumas exigências dos presos políticos em revolta, um movimento que já tinha entretanto alastrado a, pelo menos, seis prisões.

O alastrar da revolta foi desencadeado pelas notícias, na rádio e TV, do assalto pelas forças militares à prisão de Istambul a 4 de Janeiro e da morte aí de três presos.

Os presos reivindicam nomeadamente horas de visita mais flexíveis, termo da censura aos jornais e o fim da revista física íntima às pessoas. Os grupos de direitos humanos têm denunciado por diversas vezes as degradantes condições em que se vive nas prisões turcas.

Paz

O movimento da Paz francês dirigiu um apelo às cinco potências nucleares (China, EUA, França, Grã-Bretanha e Rússia) para que 1996 seja "o ano da definitiva suspensão de todos os ensaios com armas nucleares".

Delegações do movimento pacifista pediram audiência ao presidente francês e foram recebidas nas embaixadas da Rússia, China e Grã-Bretanha. Nestes contactos, as

UNICEF propõe: Uma "Ordem de trabalhos contra a guerra"



Uma "Ordem de trabalhos contra a guerra" é a proposta e o título do relatório da UNICEF para 1996, que denuncia o peso das despesas militares, que engolem recursos que "poderiam ser investidos no desenvolvimento" e a pobreza crescente como problema maior e terreno propício à multiplicação de conflitos.

Centrando naturalmente a atenção na situação das crianças, o relatório da UNICEF refere que, nos últimos dez anos, dois milhões de crianças foram mortas em conflitos armados. Quatro a cinco milhões ficaram a sofrer de alguma forma de deficiência. Doze milhões perderam a sua casa. Um milhão ficou órfão ou separado dos seus pais. Dez milhões sofreram traumas psicológicos.

A UNICEF sublinha que estes factos resultam em grande medida dos "progressos" tecnológicos ao nível de armamento e do aumento dos bombardeamentos aéreos.

Durante a guerra de trincheiras de 1914-1918, a percentagem de vítimas civis era de 14%. Na década de 90 subiu para os 90%. Como exemplos desta realidade são citadas as guerras no Iraque, Tchetchénia, Ruanda e ex-Jugoslávia.

O relatório lembra ainda que os principais fornecedores de armas são os países industrializados.

Abordando a questão central da pobreza, a UNICEF refere que um bilião e meio de pessoas vive actualmente abaixo do limiar da pobreza e que o seu número aumenta de vinte e cinco milhões por ano.

Estão nesta situação uma em cada cinco crianças nos Estados Unidos, um quarto da população activa da Rússia, cinquenta e dois milhões de pessoas na União Europeia, um em cada dois africanos.

Segundo a UNICEF, a mantêm-se as actuais tendências económicas e demográficas, o número de pobres deverá quadruplicar no espaço de uma vida humana.

Os casos de mais rápida e acentuada degradação das condições de vida verificam-se na Europa de Leste. Depois de 1990, a mortalidade entre as crianças com menos de cinco anos aumentou na Albânia, na Ucrânia e na Federação Russa. A esperança de vida dos russos diminuiu de cinco anos entre 1989 e 1993.

Face a esta situação, a UNICEF defende em particular os programas de saúde materna e infantil e a importância do sector público nas áreas de saúde e educação.

De notar que 1996 foi declarado, pelas Nações Unidas, Ano Internacional pela erradicação da pobreza.

Ásia cada vez mais endividada

A dívida externa dos países em vias de desenvolvimento registou um grande aumento em 1994, segundo as estatísticas anuais da Organização de cooperação e desenvolvimento económico (OCDE), publicadas no início deste ano.

No total, a dívida destes países sofreu um aumento de 10% em relação a 1993, "o mais importante da história recente", conforme sublinha a OCDE.

O maior aumento é assinalado na Ásia, continente em que se concentra cerca de metade da dívida dos países em vias de desenvolvimento - 17,8% em relação a 1993. O aumento é mais moderado na América Latina e em África regista-se uma estagnação.

O essencial do crescimento da dívida provém dos capitais privados. Ten-

dência que a OCDE assinala como perigosa, pois se trata de capitais que são rapidamente retirados, em caso de falta de confiança, ou seja, sempre que os melhores lucros não estejam garantidos.

Foi o caso do México no início de 1995, segundo o

relatório da OCDE, sublinhando que este país viu a sua dívida aumentar em 1994 "dez vezes mais depressa" que em 1993.

Em fins de 1994, o México era o país em desenvolvimento mais endividado do mundo. A China vem em segundo lugar. Entre os dez

países que registaram em 1994 o maior aumento da sua dívida encontram-se seis países asiáticos (Tailândia, China, Coreia, Indonésia, Filipinas e Índia).

Entre os países de onde provêm os empréstimos, destaca-se, em primeiro lugar, o Japão, que concen-

tra 15% das dívidas dos países em vias de desenvolvimento, em particular da Ásia. Segue-se os Estados Unidos, com posição de destaque para a América Latina. E finalmente a Alemanha, cujos empréstimos se concentram na Europa de Leste.

Argélia Austeridade e FMI

A formação do novo governo argelino foi precedida do anúncio de novos aumentos de preços. O pão e os produtos petrolíferos registam aumentos de 7 a 14 por cento. Com inevitáveis reflexos nos preços de outros produtos e serviços.

O orçamento de Estado para 1996 prevê uma redução no apoio aos preços da ordem dos 50 por cento. Em contrapartida serão aumentados os abonos de família para os sectores mais desfavorecidos da população. A ajuda para a habitação deverá aumentar em cerca de 40%.

Estas novas orientações da política económica, que visam uma redução do defice orçamental e o restabelecimento dos

equilíbrios macro-económicos, resultam da concretização do plano de ajustamento estrutural concluído com o FMI.

Entretanto - e ao arripio de tal plano - o governo argelino decidiu afastar a ideia de privatização do sector público considerado estratégico, tal como dos serviços públicos. O que naturalmente contraria as recomendações do Banco Mundial.

As empresas públicas com carácter estratégico serão agrupadas em seis grandes grupos, o que permitirá ao Estado argelino manter-se como o principal agente económico activo do país. As restantes empresas, nomeadamente em sectores como o comércio ou o turismo, serão privatizadas.

Alemanha

Os frutos de Maastricht

As lutas que, ao longo de todo o mês de Dezembro, mobilizaram os trabalhadores franceses, agitam problemas e objectivos na verdade comuns à generalidade dos países da União Europeia. E que marcam mesmo a realidade de países apresentados frequentemente como "modelos", como é o caso da Alemanha. Um "modelo" que os trabalhadores estarão bem pouco interessados em copiar, apesar das óbvias diferenças de níveis de vida.

Também na Alemanha os amargos frutos da política são cada vez mais sensíveis de Maastricht e as pers-

pectivas para 1996 não são melhores. O presidente do Ofício federal do trabalho de Nuremberga, Bernhard Jagoda, afirmou recentemente que "se o inverno for mais rigoroso que o ano passado, será inevitável um aumento recorde do desemprego". Previsões partilhadas por um dirigente sindical, Wilhelm Adamy, que considera ser de temer um aumento do número de desempregados da ordem dos 180.000, dos quais cerca de 50.000 no Leste.

É na ex-RDA que a situação é mais dramática. Um recente inquérito sindical indica que no Leste há actualmente apenas 36 empregos na indústria por cada 1.000 habitantes. Um processo de desindustrialização que, segundo os projectos de Bona, deverá ainda sofrer novo agravamento.

Segundo as estatísticas oficiais, mesmo os trabalhadores altamente qualificados são atingidos pelo desemprego: mais de 38 mil desempregados têm um diploma do ensino superior.

No conjunto do país, o crescimento económico tem

vindo a tornar-se mais lento. Relativamente a 1994, o produto interno bruto aumentou de 2,9 por cento no primeiro trimestre de 1995, 2,2 por cento no segundo e 1,5 por cento no terceiro. A maioria dos economistas prevê o prosseguimento desta tendência.

A política promovida pelo governo vai no sentido da redução dos níveis de vida, do congelamento ou mesmo redução dos salários, dos aumentos dos impostos e limitações na área da segurança social. O dirigente patronal Klaus Murmann exige mesmo "uma mudança radical de orientação em matéria de política salarial".

Enquanto aumenta a massa de impostos - calcu-

la-se que em 1996 a carga tributária terá um acréscimo da ordem dos 21 mil milhões de marcos - preparam-se os cortes nas pensões e nas despesas com a segurança social. Um estudo do Instituto de economia alemã, com sede em Colónia, sugere mesmo a cessação total das contribuições do patronato para as pensões de reforma, e para os subsídios de doença, desemprego, maternidade, tal como o fim do décimo terceiro mês.

Tudo isto, naturalmente, em nome da produtividade e da competitividade.

Com uma grande clareza, o presidente do Bundesbank defende que o sistema social deve ser reorganizado "na óptica da União económica e monetária europeia".

delegações pediram que seja observada uma moratória nuclear total para todo este ano de 96 e "que um tratado internacional proibindo todos os ensaios nucleares seja assinado, o mais brevemente possível", ao longo deste ano.

EUA

A multinacional norte-americana de telefones ATT anunciou estes dias a supressão de 40.000 postos de trabalho, o que corresponde a mais de 10% dos seus empregados. Cerca de 70% destes despedimentos deverão ocorrer ainda este ano. Actualmente, a ATT emprega cerca de 300 mil pessoas, 50 mil das quais no estrangeiro. Na opinião de um dos dirigentes da empresa, a redução de efectivos "e outras acções são absolutamente necessárias para que as nossas empresas continuem competitivas".

Nagasaki

O novo museu da bomba atómica, em Nagasaki, passará a incluir também a apresentação - por meio de fotos e textos adequados - dos crimes cometidos pelos soldados japoneses na Ásia na segunda guerra mundial, nomeadamente factos como o massacre de Nankin em Dezembro de 1937.

Japão

O número de nascimentos, 1.193.000, continuou a baixar em 1995, no Japão. Uma tendência que se vem a registar nos últimos vinte e dois anos. Entretanto, o número de mortes ultrapassou, pela primeira vez desde 1950, os 900.000. A proporção de pessoas idosas, com mais de 50 anos, cresce rapidamente e, no ano de 2025 será a mais elevada do mundo industrializado.

EUA

Os Estados Unidos bateram um sinistro recorde em 1995: 56 pessoas foram executadas em 24 Estados. Desde o restabelecimento da pena de morte em 1976, mais de 300 pessoas foram executadas, das quais 104 no Estado do Texas. 38 Estados em 50 restabeleceram a pena de morte. A coligação nacional pela abolição da pena de morte prevê uma centena de execuções para 1996.

Rússia

As vendas de armas da Rússia aumentaram de 68% em 1995, em relação ao ano anterior, num total de 2,7 mil milhões de dólares. Segundo os números divulgados pelo Instituto Internacional de Investigação da Paz, de Estocolmo, não foram entretanto atingidos os níveis de 1993, ano em que estas vendas atingiram os 4,5 mil milhões de dólares.

Bruxelas

Política social em causa

Um relatório da Comissão Europeia sobre o futuro da segurança social, divulgado em Outubro passado, testemunha das orientações que nesta área fundamental o capital europeu pretende promover.

Aqui destacamos as considerações que dizem directamente respeito à protecção social e o seu futuro a longo prazo.

Segundo o Relatório de Bruxelas, "a globalização da economia mundial e os imperativos da competitividade vão provavelmente exigir uma moderação contínua do crescimento dos custos salariais. Será provavelmente mais difícil, nestas condições, aumentar as cotizações e os encargos das empresas. Tornar-se-á cada vez mais claro para os trabalhadores, que recebem um salário e que pagam cotizações sociais e impostos, que deverão trocar uma parte do seu rendimento actual pelos direitos de protecção social para o futuro".

No que se refere ao problema central do desemprego, o relatório põe na prática em causa "a carga de transferências destinadas às pessoas sem emprego remunerado, sejam reformados, doentes, incapacitados para o trabalho ou no desemprego".

Palestina

Em véspera de eleições

No dia 20 de Janeiro, os palestinos vão eleger 87 representantes para o Conselho Palestino. Outros dois têm já os seus lugares assegurados, elevando o total para 89.

Os dois representantes que não serão eleitos no escrutínio geral são: Yasser Arafat e um representante da comunidade samaritana de Nablus.

Os samaritanos são apenas umas 600 pessoas, das quais só metade vive no território palestino.

Apesar disso, Yasser Arafat concordou em lhes garantir um lugar extra-eleitoral de representante no que vai ser afinal o "parlamento palestino", onde a proporção será de um representante para cada 20 mil habitantes.

Relativamente às outras minorias, nomeadamente os cristãos, o regulamento eleitoral reserva-lhes um pequeno número de lugares em cada um dos círculos em que habitam.

Entretanto, e em simultâneo com o processo eleitoral, mantém-se uma situação de tensão, agravada com o assassinato de Yehya Ayache, do movimento palestino Hamas, acusado por Israel de ter participado na organização de uma série de atentados suicidas.

Yehya Ayache foi vítima de uma explosão, no campo de refugiados de Jabalya, na faixa de Gaza. Um atentado da autoria dos serviços secretos israelitas, como foi anunciado pela própria rádio israelita.

A este atentado, condenado por Yasser Arafat, seguiram-se novas medidas de encerramento dos territórios palestinos, por parte das autoridades israelitas - com o consequente agravamento das condições socio-económicas da população da Palestina.

Caça aos mendigos



A Câmara de Moscovo decidiu "desembaraçar-se" dos cerca de 250.000 a 300.000 mendigos e sem abrigo. A polícia está encarregue de levar para centros os mendigos que encontrar nas ruas. Um abrigo muito temporário, pois em qualquer dos casos não se poderá permanecer nestes centros mais de 30 dias. A legislação será também alterada para incluir penalidades por vagabundagem e mendicância.

Na mesma linha de repressão pura e simples da miséria, a direcção do metro da capital romena contratou uma sociedade de vigilantes para expulsar os mendigos e crianças que costumam abrigar-se nas estações.

Declaração de Jerónimo de Sousa UM APELO DO PCP A TODOS OS DEMOCRATAS

Logo na primeira volta, concentrar votos para eleger Jorge Sampaio



O candidato do PCP, Jerónimo de Sousa, renunciou na segunda-feira à corrida eleitoral e apelou ao voto em Jorge Sampaio. O anúncio e o apelo foram feitos num hotel de Lisboa durante uma declaração pública, que aqui publicamos na íntegra, onde foram resumidas as ideias-força que motivaram o aparecimento da candidatura e as razões deste desfecho. Jerónimo de Sousa estava acompanhado por membros da Comissão Política do PCP, entre os quais o secretário-geral, Carlos Carvalhas, e entre a assistência, numerosa, contavam-se destacados militantes comunistas, autarcas, deputados, sindicalistas, artistas e intelectuais que, no final, aplaudiram vibrantemente a declaração do até então candidato às presidenciais. Ao apresentar as razões da desistência, Jerónimo de Sousa salientou que «os eleitores comunistas representam um decisivo contributo para o desfecho eleitoral» e que a derrota imediata de Cavaco Silva é necessária para que «a Presidência da República desempenhe um efectivo papel no sentido da defesa e do reforço do regime democrático constitucionalmente consagrado».

mas políticos nacionais. Para a avaliação do país que somos, da democracia que temos e da que queremos. E para a compreensão dos combates que valem a pena e em que estamos vitalmente empenhados - sempre com trabalhadores e com as restantes camadas laboriosas; com as jovens gerações; com as forças da inteligência e da cultura; com os reformados; com os excluídos e marginalizados.

«Estive com trabalhadores da metalomecânica pesada com os postos de trabalho ameaçados pela política de

desmantelamento do sector que a multinacional ABB tem vindo a promover, e que teve a activa cumplicidade dos governos chefiados por Cavaco Silva.

«Contactei com os trabalhadores da Renault, que enfrentam o encerramento.

«Fui recebido pelos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo que se opõem, justamente, à privatização da empresa.

«Visitei a Torralta onde contactei com trabalhadores da Torralta corajosamente determinados em salvar a empresa.

«Estive na EMEF do Barreiro e na Foznaive da Figueira da Foz.

«Reuni com Uniões Sindicais de vários distritos e com centenas de sindicalistas e membros de comissões de trabalhadores.



Na sua declaração, Jerónimo de Sousa afirmou: «A quatro dias do final da campanha para a eleição do Presidente da República, o momento é chegado para proceder a uma avaliação política e eleitoral e para apresentar ao país as decisões que, nas presentes circunstâncias, entendendo serem mais adequadas para a defesa e o reforço do regime democrático e para a salvaguarda do interesse nacional.

«Quando há pouco mais de dois meses apresentei aos portugueses as razões da minha candidatura afirmei o propósito de preencher um espaço à esquerda que não se encontrava ocupado.

«Sublinhei a vontade de contribuir para a discussão dos problemas, das ideias e das opções com que os portugueses estão confrontados.

«Manifestei o empenho de debater o exercício pleno das funções e competências constitucionais do órgão de soberania Presidencial da República.

«E destaqueei o objectivo político fundamental de dar uma activa contribuição para a derrota do candidato da direita Cavaco Silva e para que a Presidência da República desempenhe um efectivo papel no sentido da defesa e do reforço do regime democrático constitucionalmente consagrado.

«A minha candidatura foi assumida como forma de intervenção nas presidenciais de uma grande e responsável força política nacional, o PCP. Uma força que, com a sua visão própria, com as suas propostas e orientações para uma nova política, para uma política nacional e de esquerda, não podia ficar alheada de uma batalha de tal importância para o futuro da democracia e para a concretização da vontade nacional de mudança expressivamente manifestada no passado dia 1 de Outubro.

«Nestes dois meses, como já tive ocasião de referir, percorri todos os distritos do Continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

«Pude confirmar o estado deplorável em que a política de direita de Cavaco Silva deixaram o país. O carácter estrutural dos principais problemas. E os complexos desafios com que Portugal está confrontado.

«E pude sobretudo observar, olhos postos nos olhos de milhares dos nossos compatriotas, as dificuldades que amarguram e encham de inquietação a vida de tantos portugueses.

«Trago-vos aqui essa realidade bem menos espectacular e verbalista, mas essencial para a compreensão dos autênticos proble-

«Encontrei-me com intelectuais e quadros técnicos que me proporcionaram o conhecimento dos seus problemas e me comunicaram a sua sensibilidade em relação aos graves problemas do país.

«Nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e nos bairros históricos de Lisboa, debati com autarcas confrontados com a política de asfixia do Poder Local Democrático.

«Pude observar com grande preocupação os graves problemas da desertificação do interior, do mundo rural e da insularidade e debati a situação e os problemas do país na área do ambiente.

«Tive e aproveitei muitas oportunidades de trazer ao debate a opinião do PCP sobre questões da maior importância para o nosso presente e futuro colectivos: o respeito pelos direitos dos trabalhadores e dos cidadãos em geral; a defesa intransigente do cumprimento das funções sociais do Estado, da garantia do direito à educação, à saúde, à segurança social; e a defesa também de melhores condições de vida e de trabalho.

«A minha candidatura assumiu posições que claramente a distinguem de qualquer outra, em defesa da soberania nacional, contra a subserviência perante a União Europeia, pela diversificação das relações externas de Portugal numa base de cooperação e de vantagens recíprocas.

«A decisão de enviar tropas portuguesas para a Bósnia, a reboque dos interesses norte-americanos, mereceu pronta condenação.

«E a minha candidatura trouxe à campanha eleitoral a exigência do PCP de submeter a referendo nacional qualquer tratado de revisão do Tratado de Maastricht que resulte das conferências inter-governamentais a realizar neste ano de 1996.

«Quanto ao papel que o Presidente da República deve desempenhar no nosso quadro constitucional, sublinhámos o cumprimento do dever supremo que lhe incumbe, de defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República e de um modo muito particular os direitos que ela consagra. E salientámos as particulares responsabilidades do Presidente da República na defesa da independência e da soberania nacional, na garantia do funcionamento das instituições democráticas e do equilíbrio do "sistema misto parlamentar-presidencial" constitucionalmente consagrado, na defesa dos direitos dos cidadãos e da concretização do projecto de uma sociedade mais justa e solidária.

«Pelo levantamento dos problemas; por ter tido oportunidade de dar voz à denúncia dos problemas, às justas reivindicações, aos interesses e aspirações que encontrei por toda a parte; por ter trazido ao debate questões que de outra forma não teriam sido debatidas, por ter vindo a exprimir em relação a grandes questões nacionais posições que claramente a distinguem das restantes candidaturas; nem que fosse só por isso a candidatura do PCP já teria valido inteiramente a pena.

«Mas não foi apenas este o objectivo da minha candidatura, como sabeis. Desde a sua apresentação e até hoje, num total de 107 iniciativas de carácter público, sem contar com as inúmeras declarações e entrevistas para a comunicação social, levei a todo o país um vivo alerta em relação ao projecto da direita de se apropriar do controlo do órgão de soberania Presidencial da República.

«E não regateei esforços - como me tinha comprometido - para o esclarecimento dos verdadeiros objectivos do candidato Cavaco Silva e para a mobilização democrática, que confirme e consolide nas presidenciais a derrota infligida à direita nas últimas eleições legislativas.

«Quanto à candidatura de Jorge Sampaio, desde a primeira hora que ela mereceu da minha parte uma apreciação claramente diferenciada, no que respeita à sua natureza e objectivos, em relação à candidatura da direita.

«A pré-campanha e a campanha permitiram evidenciar, entre a minha candidatura e a de Jorge Sampaio, diferenças políticas em importantes questões, que o país conhece. Mas permitiram igual-

mente obter clarificações positivas, designadamente no que respeita ao compromisso assumido publicamente pelo candidato Jorge Sampaio, de exercer a Presidência da República de uma forma independente e respeitadora da Constituição.

«A minha candidatura assumiu, perante o povo português, com total clareza, os objectivos políticos fundamentais que a determinaram e que estão condensados na palavra de ordem que constantemente nos acompanhou: **Vencer a direita - lutar pela mudança.**

«Deixámos claro que, antes do final da campanha eleitoral, procederíamos a uma avaliação da situação política eleitoral, e tomaríamos em conformidade uma decisão sobre o destino da candidatura.

«Sempre que fomos perguntados a esse respeito pelos órgãos de comunicação social, reafirmámos a plenitude dos direitos constitucionais e legais que a formalização da candidatura constituiu, e diferimos para a data em que tomássemos qualquer decisão o seu natural anúncio público.

«Esse momento chegou agora.

«Devo antes sublinhar que recusámos grosseiras e interesseiras acusações de que a nossa posição seria menos "ética". E que esclarecemos os irrenunciáveis direitos no plano político, ético e jurídico de qualquer candidatura se apresentar a sufrágio ou de se retirar antes desse momento, direitos que a legislação em vigor considera extensíveis mesmo a candidaturas que eventualmente disputem entre si uma segunda volta. E também sublinhámos muitas vezes que, se nestas eleições presidenciais há algum caso de falta de ética é o de Cavaco Silva, candidato que tudo faz para esconder o que é e parecer o que não é, só para enganar os eleitores.

«Compreende-se que a candidatura de Cavaco Silva esteja vitalmente interessada em que a candidatura do PCP se viesse a apresentar a sufrágio nas presentes circunstâncias, de modo a que os votos dos comunistas se pudessem transformar em votos que não contam eleitoralmente e se pudesse abrir a possibilidade de realização de uma segunda volta.

«Como também se compreende o desconsolo de outros, em relação à existência de uma candidatura do PCP - com a sua voz própria, os seus objectivos políticos e eleitorais próprios - deitando uma vez mais por terra conhecidos propósitos de "colonização" bipolarizadora do eleitorado comunista.

«Nós assumimos, desde a primeira hora, que o voto dos comunistas em 14 de Janeiro não seria um voto calado. Seria sim uma afirmação clara de uma posição política e de uma vontade próprias. E que representa um decisivo contributo - naturalmente não mensurável pelo valor residual que as sondagens me atribuem - para a derrota de Cavaco Silva e a eleição de um democrata para a Presidência da República.

«Duas coisas devem ficar, entretanto, inteiramente claras: «A primeira é que nas nossas decisões sobre as presidenciais agimos, não em subordinação ou seguidismo em relação a quem quer que seja, muito menos negociando quaisquer contrapartidas, mas na base da nossa própria avaliação sobre o interesse global da democracia e do prosseguimento da nossa luta por uma nova política e por uma mudança verdadeira que dê resposta efectiva às aspirações populares e aos problemas nacionais.

«A segunda é que a nossa posição é tomada, não num quadro de apagamento das nossas diferenças e divergências em relação a outras forças políticas, personalidades e candidatos, mas

num quadro de forte afirmação da identidade, das propostas e do projecto político do Partido Comunista Português e de forte afirmação do papel do PCP na vida nacional e na sociedade portuguesa.

«**4** Assim, considerando: «1º - que a candidatura de Cavaco Silva não dá quaisquer garantias aos portugueses, muito pelo contrário;

« - por no passado, ao longo de uma década, ter personificado o autoritarismo, o desrespeito de valores e princípios básicos do regime democrático, a flagrante violação dos direitos sociais e dos trabalhadores, o restabelecimento do poder do grande capital, o agravamento das desigualdades, a sobrevivência nacional, o continuado incumprimento da Constituição;

« - por no presente prosseguir uma política de mistificação e de mentira, afevelando uma máscara dialogante e recorrendo a toda a espécie de manobras, para conseguir controlar a Presidência da República e recuperar parte do que perdeu em 1 de Outubro;

« - e por se apresentar, em relação ao futuro, como alguém cuja eleição representaria a revanche e a recuperação pelo PSD de parte do poder que perdeu nas legislativas, o regresso ao passado e a criação de muito maiores dificuldades à luta por uma nova política;



«2º - que a candidatura de Jorge Sampaio é a de um democrata com provas dadas e com público compromisso de exercer as funções presidenciais com isenção, independência e respeito pela Constituição, o que nesta conjuntura das eleições presidenciais, naturalmente sobreleva em relação às diferenças e divergências de opinião que a separam do PCP em relação a importantes questões;

«3º - que só dois resultados eleitorais são possíveis - ou a vitória de Jorge Sampaio e a derrota de Cavaco Silva ou a inversa;

«4º - que é possível arrumar já no próximo domingo, dia 14, a eleição presidencial, poupando o eleitorado a uma segunda volta em que a candidatura de Cavaco Silva iria sem dúvida tentar multiplicar as manobras e outros incidentes para inverter o juízo negativo de muitos eleitores;



«5º - que os eleitores comunistas e outros que confiam no PCP representam um decisivo contributo para o desfecho eleitoral, e através dele para a defesa e o reforço da democracia e para a concretização da vontade nacional de mudança.

«Tendo em conta a avaliação política e eleitoral a que a Comissão Política do PCP com a minha contribuição procedeu hoje e com as quais inteiramente me identifiquei, assumo e tomo pública a decisão

« - de retirar a minha candidatura à Presidência da República, acto que formalizarei amanhã de manhã junto do Tribunal Constitucional;

« - e de dirigir o apelo do PCP a todos os democratas, às portuguesas e portugueses, para que, logo na primeira volta, concentrem os seus votos para a eleição de Jorge Sampaio como Presidente da República.

«Encerrada a partir de agora a candidatura que protagonizei e naturalmente anulada a programação da candidatura que estava prevista para os próximos dias, cabe-me ainda sublinhar que não termino o empenho do PCP na batalha das presidenciais, e que a sua intervenção irá mesmo ser intensificada nos próximos dias e até ao encerramento da campanha.

«A este respeito gostaria de chamar a vossa atenção para o grande comício que o PCP promove na próxima quinta-feira no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa, com a participação do seu Secretário-Geral, Carlos Carvalhas.

«Nesta ocasião, em nome do PCP, queremos aqui renovar, não apenas perante todos os que apoiam e confiam no PCP, mas mais largamente perante a opinião democrática do país o nosso apelo para uma lúcida compreensão da importância destas eleições e do seu desfecho para a evolução da vida nacional.

«Antes de terminar gostaria ainda de vos transmitir uma chamada de atenção e um apelo.

«A chamada de atenção vai para o facto da retirada da minha candidatura não eliminar automaticamente o meu nome e fotografia do boletim de voto, onde figura logo em primeiro lugar. Muita atenção: os "votos" que recebesse seriam anulados e não ajudariam à derrota de Cavaco Silva.

«O apelo dirijo-o a todas as portuguesas e portugueses, a todos os democratas: que ninguém descance ou se fie nas sondagens e pense que o seu voto contra Cavaco Silva e a favor de Jorge Sampaio não vai fazer falta.

«Por um voto se podem perder ou ganhar as eleições presidenciais.

«O voto do eleitorado comunista e dos que confiam no PCP, é sem dúvida decisivo para a eleição de um democrata para a Presidência da República.

«Está ao alcance do povo português vencer a direita no próximo domingo e continuar a luta pela mudança.»

A privatização da velhice (II)

A transformação da velhice numa fonte de incalculáveis lucros para o grande capital financeiro transnacional, através do desenvolvimento de um sofisticado processo de centralização de rendimentos provindos do trabalho humano, constitui matéria de candente actualidade para os trabalhadores e para os povos de todo o mundo. E com naturais particularidades apresenta-se como um dos mais importantes problemas políticos nacionais.

Não se trata apenas da questão do aparecimento e da diversificação de produtos privados de poupança-reforma transformados de facto em poupança forçada através de vantagens fiscais que oneram o erário público - e que se vêm desenvolvendo como uma área particularmente lucrativa para os bancos e seguradoras e, em sentido inverso, como aplicação desfavorável para os seus adquirentes (1).

O que importa sobretudo destacar é a estratégia do grande capital financeiro transnacional de privatização dos sistemas públicos de segurança social, de modo a assenhorear-se de activos e de mercados de dimensões gigantescas (2).

O Novo Testamento

Não podia ser mais claro o último boletim da AEGFP (Associação das Empresas Gestoras de Fundos de Pensões) que se publica em Lisboa (3), ao referir-se ao relatório do Banco Mundial intitulado "Prevenir a Crise da Velhice" (4) como "um verdadeiro Novo Testamento para a Segurança Social no qual se conclui pela necessidade imperiosa de apostar na capitalização como meio de financiamento das pensões, com a vantagem acrescida de potenciar o crescimento económico".

A importância desse relatório é sem dúvida indiscutível, conhecido que é o papel do Banco Mundial no traçado das políticas neoliberais que estão a comandar a mundialização do capital nas suas várias dimensões, e a influência política e ideológica que exerce nos círculos dirigentes de numerosos países.

Apresentado como reflexão sobre as consequências para a protecção social do crescimento da proporção dos idosos na população em geral e das alterações que se verificam nas condições de existência, o relatório do Banco Mundial constitui na realidade um detalhado programa com vista à desresponsabilização das estruturas estatais (que deveriam ficar confinadas a sistemas puramente residuais), a par da privatização do fundamental dos sistemas públicos de segurança social.

Nesta perspectiva o Banco Mundial sustenta que "a segurança financeira para os idosos seriam melhor servidos se os governos desenvolvessem os três sistemas ou "pilares" da segurança dos idosos: um sistema gerido publicamente com participação obrigatória e o objectivo limitado a reduzir a pobreza entre os idosos; um sistema gerido privadamente, com poupanças obrigatórias; e as poupanças voluntárias". E assume a recomendação central de que "os países devem confiar em múltiplas combinações de financiamento e gestão (...) partilhando a responsabilidade entre pilares múltiplos de apoio à terceira idade".

Não se dispensa o Banco Mundial de criticar um sistema de Segurança Social predominantemente público, funcionando em regime de repartição, por "perder uma oportunidade para o desenvolvimento do mercado de capitais". E contrapõe-lhe, em alternativa, as vantagens de um sistema de participação obrigatória, funcionando em regime de

capitalização, pois "um plano obrigatório de poupança que aumenta a poupança de longo prazo para além de um ponto voluntário e a faz circular através de instituições financeiras estimula uma procura de instrumentos financeiros de longo prazo (e eventualmente supre essa necessidade), o que representa "um bónus ao desenvolvimento".

O modelo proposto não podia ser mais claro:

- "o pilar público (com) o objectivo limitado a diminuir a pobreza na terceira idade e a co-segurar contra múltiplos riscos (...) deverá ser de dimensão modesta, deixando amplo espaço para os outros pilares; (...) tendo um objectivo limitado e sem ambiguidades, dever-se-ia reduzir substancialmente os impostos a isso destinados";

- "para o pilar de capitalização de adesão obrigatória, os governos têm de escolher entre a gestão privada ou pública", sendo que "a maior parte dos esquemas financiados e geridos publicamente têm tido resultados fracos" enquanto os "esquemas privados e competitivos (...) raramente têm de aceitar compensações abaixo do mercado e são menos susceptíveis de serem usados como formas disfarçadas de reembolso aos governos"; por isso e sem surpresa o "relatório recomenda fortemente que o pilar de capitalização tenha gestão privada".

"Para chegar lá", o Banco Mundial multiplica as recomendações aos diversos países, conforme as situações. Para "as economias de população jovem com rendimentos baixos" deverá, nomeadamente, ser "criado um ambiente favorável para os planos de poupança e pensões voluntários e, mais tarde, obrigatórios" e "mantida a reduzida dimensão do pilar público". Nas "economias antigas com grandes pilares públicos" o tempo "está maduro para fazerem a transição para um sistema obrigatório multipolar": o "primeiro passo" é "reformular o pilar público aumentando a idade da reforma, eliminando prémios para as reformas antecipadas e eliminando as penalizações para as reformas tardias, diminuindo os níveis de benefícios (nos casos frequentes em que eles são demasiado generosos, para começar), tornando a estrutura de benefícios mais achatada (para enfatizar a função de redução da pobreza), reduzindo a taxa de contribuições e alargando a sua base"; o "segundo passo é lançar o segundo pilar" (...) "diminuindo gradualmente a dimensão do pilar público enquanto se recolocam as contribuições no segundo pilar obrigatório", ou "mantendo o benefício público relativamente constante (nos casos em que é baixo, para começar) mas aumentando as taxas de contribuição e atribuindo-as ao segundo pilar".

Na perspectiva do Banco Mundial, a privatização da segurança social insere-se num claro processo de mundialização do capital. Insurgindo-se contra o facto dos "fundos de pensões serem muitas vezes legalmente impedidos de investir em activos estrangeiros", o relatório proclama do alto do seu neoliberalismo que "qualquer restrição sobre o capital é como um imposto" e que "apenas no caso de parte dos fundos de pensões serem investidos fora do país eles estão protegidos de um aumento de repressão fiscal no país". "Facilitar os fluxos de capital ajuda a estimular as entradas de capital", "permitir a diversificação dos fundos de pensões contribui para a credibilidade das políticas de estabilização interna e é uma maneira mais facilmente controlável para começar um amplo processo de abertura da economia nacional para ser parte da economia global".

O nervo da guerra

As políticas do Banco Mundial e as pressões exercidas sobre as políticas nacionais de numerosos países, Portugal



EDGAR CORREIA
Membro da Comissão Política

Na perspectiva do Banco Mundial, a privatização da segurança social insere-se num claro processo de mundialização do capital.

incluído, são inseparáveis do grande desenvolvimento dos fundos de pensões de gestão privada, privados nos últimos vinte e cinco anos, nomeadamente nos Estados Unidos.

Os assalariados americanos, especialmente do sector privado, reduzidos a um regime de repartição que lhes assegura, na melhor das hipóteses, um mínimo vital, viram-se obrigados a constituir uma poupança-reforma por capitalização, quer através de fundos de pensões privados constituídos no seio das grandes empresas (que auferem grandes benefícios fiscais e que permitem às entidades patronais interferirem na idade e na composição da "sua" mão-de-obra), quer do recurso aos planos individuais de reforma, no caso de assalariados de PME ou de trabalhadores independentes.

Os fundos de pensões com gestão privada (muitos dos quais confiam a sua carteira de interesses a intermediários remunerados segundo os resultados), representam actualmente nos Estados Unidos capitais superiores à astronómica quantia de 450 mil milhões de contos; detêm qualquer coisa como 30% das acções cotadas nas bolsas americanas e 35% dos mercados obrigacionistas; e calcula-se ser da ordem dos 36 mil milhões de contos o total investido em 1995 fora dos Estados Unidos.

Não surpreende por isso que a ofensiva contra o sistema público de Segurança Social em França não seja separável das pensões das seguradoras, dos banqueiros e dos patrões das grandes empresas francesas, com vista ao desenvolvimento nesse país dos fundos de pensões com gestão privada.

Lamentava-se o presidente da Federação Francesa das Sociedades Seguradoras (FFSA) (5) que "o mercado financeiro francês está dominado por investidores estrangeiros mas nós não podemos investir na casa deles", e que "privados de fundos de pensões nacionais e portanto de alavancas para mobilizar uma poupança longa - o nervo da guerra do capitalismo moderno - estamos na situação de um exército dotado de esplêndidas metralhadoras confrontado com concorrentes - Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, Países-Baixos, Sudeste asiático - equipados de ogivas nucleares".

O resultado das maquinações do grande capital - mesmo quando tenta encobrir os seus interesses por detrás de um nacionalismo serôdio e quando avança por fases - está à vista: o plano Juppé.

Como à vista está a magnífica resposta de massas dos trabalhadores e do povo francês, em defesa do património que sucessivas gerações ergueram com a sua luta e com as contribuições do seu trabalho: a Segurança Social.

(continua)

(1) Rompendo as mistificações da publicidade enganosa, observe-se por exemplo o que se passa entre nós com os PPRs, cuja verdade começa a vir ao de cima. Anote-se algumas notícias recentes:

- A *Dinheiro & Direitos* de Novembro (revista percentente à DECO) após ter procedido a uma detalhada investigação alerta para que "se não fosse o dinheiro que o consumidor poupa nos impostos tratar-se-ia de um investimento sem qualquer interesse (...) e que o verdadeiro rendimento (efectivo anual) dos PPRs é bastante inferior ao publicitado, sobretudo pelas seguradoras".

- No *Semanário Económico* (2/6/95) o director do Barclays - FPR reconhece que em 1994 houve fundos que apresentaram uma rentabilidade negativa.

- Na *Valor* (20/7) é reconhecido que a rentabilidade dos PPRs caiu 10.4% em seis meses e que para o prazo de um ano os Certificados de Aforro (títulos públicos) possuem uma taxa de rentabilidade superior.

(2) Segundo dados do Banco Mundial cerca de 40% dos trabalhadores do Mundo e mais de 30% dos seus idosos são cobertos por prestações sociais para a terceira idade sustentadas por políticas governamentais.

(3) *Fundos de Pensões*, boletim da AEGFP nº 5 - Outubro/Dezembro 95.

(4) *Averting the Old Age Crisis - Policies to Protect the Old and Promote Growth*, The World Bank October, 1994.

(5) *Le Monde*, 15 Mars 1994.

«De Cuba traigo um cantar...»

■ José Casanova

1 De há uns tempos a esta parte uma legião de cangalheiros com acesso a tudo quanto é órgão de comunicação social tem vindo a apregoar, em sonora histeria, a morte da revolução cubana.

Em 1989, quando da queda do muro de Berlim, gritavam esses escribas mercenários que o regime cubano estava por meses. Cerca de dois anos depois, em 1991, na sequência do desmoronamento da União Soviética, os mesmos bem informados servidores da nova ordem internacional, em delirante euforia, limitaram o tempo de vida de Cuba Socialista a **escasas semanas**. E em 1993-1994 – talvez os dois anos mais difíceis deste período difícil da revolução cubana – a esperança de vida concedida ao regime foi drasticamente reduzida: o desmoronamento de Cuba estava **por dias, quiçá por horas** – garantia, cheia de certezas, preemptória, a esfuziante turba canora.

A evolução das coisas evidenciou o ridículo dessas previsões, mostrou que uma coisa eram os desejos desses propagandistas mercenários e outra, substancialmente diferente, era a realidade concreta.

3 Venceram, repito. Porque é essa a minha firme convicção. Convicção que creio ser a de qualquer cidadão que visite Cuba sem preconceitos, que ande pelas ruas das várias cidades da Ilha, que fale com as pessoas que se lhe dirigem (crianças, jovens, homens, mulheres), que os ouça, que lhes faça perguntas e atente nas respostas, que aceite o convite para entrar nas suas casas.

Creio, de facto, que independentemente das muitas dificuldades e problemas ainda existentes; independentemente dos muitos e grandes sacrifícios que o povo cubano continua e terá de continuar a fazer; independentemente da força da ofensiva imperialista que irá continuar – é visível, para quem visite Cuba, e é opinião generalizada da população que «o pior já passou». Mais: é visível a disposição de enfrentar com firmeza e coragem o que de mau há ainda que passar.

«37 y no paramos»: eis uma inscrição que pode ler-se em muitas paredes da capital cubana e que constitui ter uma alusão dupla: ao 37º aniversário da entrada triunfal em Havana das forças revolucionárias encabeçadas por Fidel Castro; e à disposição firme de continuar a luta pelo socialismo. Na situação actual, a

Porque se B-HL quisesse encontrar não só «os últimos dias» de Hemingway mas até os vários anos que o grande romancista norte-americano (e grande amigo até ao fim dos seus dias da revolução cubana) viveu em Cuba, bastar-lhe-ia, por exemplo, comprar um livro intitulado «Hemingway em Cuba», da autoria de Norberto Fuentes e com prefácio de Gabriel Garcia Marquez (Editorial Letras Cubanas, 1984, 700 páginas de texto, cerca de 300 fotografias, à venda por pouco mais de mil escudos em qualquer livraria de Havana).

Se tal fizesse ainda tinha a vantagem de não ter mentido aos leitores do «Público» com a delirante «informação» de que Hemingway nos vários concursos de pesca em que Fidel participou (que por acaso foi apenas um), ter viciado a pontuação para atribuir o primeiro prémio ao líder da Revolução cubana (que por acaso não ganhou nenhum primeiro prémio).

Quanto a Havana, falar do «odor de morte, de impostura, de desolação que ali se respira» é coisa que só pode acontecer a um olfacto demente. E ou o filósofo é cego e surdo ou não está mesmo bom da cabeça quando escreve que «o único pensamento dos cubanos passou a ser irem-se embora depressa não importa para onde desde que possam escapar a esse inferno arregimentado».

B-HL não foi a Havana para ver o que se passava. Ele esteve em Havana sem ter saído de Paris. Mas tem espaço nos «Públicos» todos que por aí proliferam para divulgar as suas manipulações e mentiras...

De qualquer maneira, e por muito que lhe custe – e custa, ó se custa –, Cuba vencerá.

5 Passei em Havana a noite do fim do ano. Comemorei com um grupo de amigos cubanos – intelectuais e artistas – a passagem do ano e o aniversário da Revolução. Vivi, ali, momentos inesquecíveis. Enquanto comíamos a ceia modesta (a vida está difícil e há que dividir por todos as dificuldades), falámos de Cuba, das consequências graves para o país do desmoronamento da comunidade socialista do Leste da Europa e do criminoso bloqueio do imperialismo norte-americano; da forma heróica como o povo cubano tem resistido e tem conseguido suportar e torrear as dificuldades e os problemas existentes; da disposição conscientemente assumida para continuar a suportar os sacrifícios que forem necessários; da determinação firme de continuar a resistir e a lutar até à vitória. (E é curioso e sintomático que

as palavras deste grupo de amigos correspondam às que ouvi a centenas de pessoas com quem falei nas ruas de Havana. Em todo o lado e em toda a gente a mesma satisfação face ao saldo positivo do processo de recuperação no ano de 1995, traduzido num crescimento económico da ordem dos 2,5%; em todo o lado e em toda a gente o orgulho na referência específica e concreta às áreas que contribuíram decisivamente para esse saldo positivo: «em relação a 1994, a produção de níquel aumentou 65%; a do tabaco 52%; a dos fertilizantes, 100%; a de cimento, 31%; o turismo aumentou em 20%»). E foi comovedor assistir, nesse convívio com amigos cubanos, na passagem da meia-noite, aos abraços e beijos e lágrimas. De alegria e de orgulho. Porque: «resistimos mais um ano»; «ganhámos mais um ano»; «hoje estamos melhor do que há um ano e no próximo ano estaremos melhor do que hoje»; «Venceremos». E vencerão. E venceremos.

6 Carlos Puebla, um conhecido cantor e músico cubano (autor de canções que muitos de nós cantámos e cantamos – nomeadamente o «Hasta siempre» dedicado ao Che – e que fazem parte da nossa vivência revolucionária, da nossa luta por uma sociedade digna, solidária, fraterna, sem exploradores nem explorados), compôs em tempos uma canção que me veio à memória quando regressava a Portugal. «De Cuba traigo um cantar», de facto: um cantar de esperança e de confiança no êxito da luta por um mundo melhor; um cantar de demonstração confirmada de que vale a pena lutar, de que sem luta nada se consegue, de que com a luta – por mais poderoso que seja o adversário – tudo pode ser conseguido; um cantar de dignidade, de honra, de firmeza; um cantar de coragem – da coragem de lutar e de morrer, se necessário for, pela Pátria, pela dignidade, pela honra, pelos mais nobres valores humanos, pelo sonho, pela vida, pela felicidade colectiva; um cantar que pode resumir-se em duas palavras: Cuba vencerá.



Como toda a gente sabe, estamos em 1996. E, como sabe quem está informado, a revolução cubana está viva, as gigantes dificuldades que lhe foram criadas têm vindo a ser superadas, «o pior já passou». Não por milagre, obviamente, mas graças a um esforço colectivo que constitui, talvez, a mais heróica epopeia da história contemporânea.

2 É claro que essas «previsões», que garantiam a morte da revolução cubana a curto prazo, complementavam e eram parte integrante da fortíssima ofensiva que o imperialismo norte-americano conduzia contra Cuba. O bloqueio decretado pelos EUA há mais de trinta anos intensificou-se neste período e assumiu as formas mais cruéis e desumanas. Em nome de uns «direitos humanos» definidos à medida dos interesses dos EUA, a revolução cubana, o povo cubano passaram a ser o alvo prioritário e preferencial do colosso imperialista. Para os cowboys da Casa Branca – «pragmáticos», «modernos», «eficazes» – as coisas eram simples: ou Cuba accitava e cumpria as suas ordens e instituiu um regime definido por Washington ou seria esmagada.

O povo cubano, com uma dignidade notável, deu a resposta adequada ao ultimato imperialista. E fê-lo consciente das consequências que adviriam dessa atitude. Rejeitando, firmemente, a imposição de um regime inspirado no desumanizado sistema norte-americano; afirmando e assumindo, com orgulho, o direito de decidir o seu próprio destino – o povo e o Partido Comunista de Cuba sabiam o que os esperava. Mas sabiam também que «o que os esperava» – por pior que fosse – seria sempre preferível à indignidade de se ajoelharem perante o todo poderoso imperialismo norte-americano. E com coragem, com dignidade, com lucidez, decidiram, revolucionariamente, resistir. Resistindo, venceram.

luta do povo e dos comunistas cubanos é uma luta que diz respeito a todos os comunistas, a todos os jovens, homens e mulheres de Esquerda do Mundo. Em Cuba é possível ver as raízes fundamentais do futuro que é a razão de ser e o objectivo maior da nossa luta. Por isso, a solidariedade com Cuba constitui hoje, para todos nós, uma linha de intervenção necessária, indispensável e a que é preciso dar crescente atenção.

4 Que Cuba vencerá parece ser hoje um dado cada vez mais generalizadamente reconhecido à escala planetária. Até os EUA parecem ter chegado já a essa conclusão.

Há, no entanto, alguns «observadores» que, ou por distração que os faz permanecer na onda que anteriormente lhes foi encomendada, ou por cegueira incurável e assumida, ou ainda por incontível impulso para transformar os seus desejos em realidades, persistem na tarefa de divulgar uma imagem de Cuba que só existe nas suas mentes enfermas.

É o caso de um colaborador mais ou menos regular do «Público» (é claro...), chamado Bernard-Henri Levy, que creio ser filósofo e que, mais ou menos dominicalmente, preenche naquele jornal a meia página abaixo da outra meia preenchida por António Barreto.

Aqui há tempos meteu-se na cabeça do dito filósofo ir a Cuba. O objectivo da viagem era, segundo nos informou, o de proceder a «uma pesquisa sobre os últimos dias de Ernest Hemingway».

Lendo o texto do filósofo fica-se com a ideia que o homem deve ter apanhado o avião errado e que, sem disso se aperceber, desembarcou não em Havana, mas em Miami. Só assim se compreende que não tenha chegado a encontrar «os últimos dias de Ernest Hemingway» e que fale de uma Havana que não existe a não ser na sua perturbada imaginação.

Natal na Galiza

■ Miguel Urbano Rodrigues

Passei o Natal em terras da Galiza.

Em Arousa, ilha fantasmática, na mais bela das Rias Baixas, minha companheira e eu éramos os únicos turistas.

Não guardo memória de um Natal tão molhado, nem no Brasil. Sentia-me duplamente insular, batido por águas envolventes, escorrendo de todos os azimutes. O mundo líquido vinha das águas verdes da Ria, das águas brancas que desciam do céu, das águas vermelhas que cobriam os campos, das águas negras que pingavam dos telhados, das águas incolores empurradas do oceano por ventos uivantes.

Era mágico o cenário, fraterno o povo, aconchegado o minúsculo hotel, enfeitante a atmosfera nas velhas tascas do porto, inesquecível a cozinha do povoado de pescadores.

O dilúvio e o vento puderam, contudo, mais que a força encantatória de Arousa. Não aguentei e fui deabalada até Santiago. Na cidade-mãe da Galiza sinto-me sempre, contraditoriamente, em casa e fora do mundo.

O falar daquela gente irmã entra por mim desde a infância como coisa íntima. Eu o amei antes de saber que carregava a matriz do doce português arcaico, agredido pelo castelhano.

Agora, de ano para ano, tomando desfoira das proibições do franquismo, os galegos trazem a sua língua de casa para a rua, fazem-na reviver, procuram renová-la em descida às raízes. Não é apenas o idioma que volta. Eles assumem com alegria, na globalidade, a reinvenção da sua antiquíssima cultura onde as componentes celta e sueca deixaram fortes traços diferenciadores.

Em Compostela tudo o que me aproxima da Galiza me separa dialecticamente de Espanha marcada por Castela. Mesmo aquilo que no comportamento das pessoas parece galego sem o ser, da actual febre consumista ao estilo de intervenção da hierarquia da Igreja.

O poder dos bispos esmaga. Nem na Polónia é assumido tão ostensivamente. Não tinha já lembrança de tanta missa concentrada. Eram onze cada manhã somente na catedral. Na nave central contei dez confessionários.

Mas, estranhamente, na véspera de Natal, a Praça da Obra de Oiro não teve direito a iluminação especial. A catedral, prodígio de contradições onde se fundem o românico, o gótico, o renascimento, o barroco e o neoclássico num dos conjuntos mais originais e imponentes da arquitectura religiosa europeia, emergia da noite, quando por ali passei antes da meia-noite, como floresta de pedra de contornos espectrais. Das suas torres despenhava-se águas e mais água em cataratas rumorejantes. Não havia vitalma na praça silente. O contraste chocava porque as ruas do centro

histórico estavam iluminadas e decoradas no estilo próprio da quadra.

Numa das praças laterais, fora montado um enorme presépio. Sem povo ao redor. O frio, a chuva, a escuridão tinham afastado os fiéis.

Pensei no Apóstolo e na mitificação da história. Na quase totalidade dos livros que glorificam Compostela, Santiago é apresentado como antítese dos taumaturgos de bondades angélicas. A reinvenção do santo, oficializada na época franquista, faz dele um guerreiro invencível, émulo do Cid, general alado que, de espada em punho, apoiado nos estribos do seu cavalo de batalha, ceifava com devoção as cabeças dos inimigos da cristandade. Santo peregrino, sim, mas também soldado por necessidade.

O achado da relíquia, como outros, foi filho das circunstâncias. Um bispo, de nome Teodomiro, garantiu ter descoberto o túmulo do apóstolo, escondido em terra galega. O povo, então, acreditou. Compostela nasceu do achado e a relíquia tornou-se com o rodar do tempo alvo de apaixonada veneração popular. Claro que o santo também mudou. O guerreiro sublime acabou quase esquecido em benefício do peregrino.

A evolução foi considerada indispensável pelos príncipes da Igreja. As batalhas em que o santo teria participado ou foram escaramuças ou não aconteceram. No século IX mal havia

começado a Reconquista. Bem mais tarde, em 997, Ibn Abu Amir, o grão vizir do Califa cordovés Al Hakam II, subiu quase em passeio até Compostela e destruiu a cidade sem encontrar resistência...

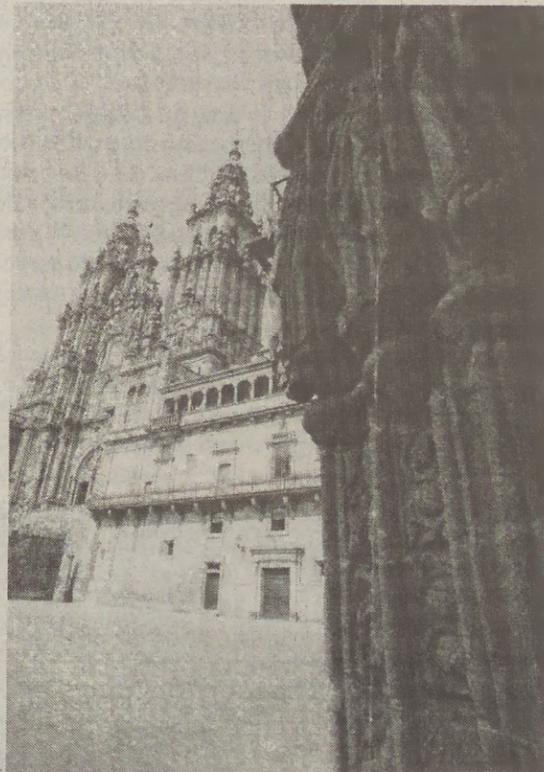
A história imaginada continua, porém, em muitas situações a pesar mais do que a real. Santiago de Compostela seria inimigável sem a lenda do seu patrono matamouros. Transcorridos onze séculos, centenas de milhares de pessoas invadem todos os anos a cidade do apóstolo, atraídos pelo seu encanto, muito real. O turismo tomou o lugar da fé como motor da peregrinação.

*
* *

Cidade património da humanidade, Compostela não é somente uma lição viva, embora mal contada, de história. Hoje ela me aparece (penso nos três ou quatro hectares do casco histórico que se desenvolveu dentro das antigas muralhas) no coração da Galiza como símbolo e exemplo da tenaz sobrevivência das culturas perseguidas que resistem à assimilação.

Meio milénio de castelhanização (a política integradora iniciada por Isabel a Católica foi quase sempre brutal) não destruíram no povo galego a consciência da sua identidade e a vontade de a defender. Os galegos souberam resistir, mesmo sem armas. Nunca se deixaram arrastar colectivamente pelas tentações do nacionalismo ultramontano; mas nunca abdicaram também daquilo que neles era (e continua a ser) próprio e diferente, a criatividade e a especialidade que faz dos povos nações.

A Galiza é um convite à meditação sobre o processo molecular que gere as culturas e faz evoluir as civilizações. Em Santiago recordei que quatro séculos após a destruição de Cartago, na Província de África, fora das cidades, ainda se usava mais o púnico do que o latim. O próprio imperador romano Septímio Severo, nascido em Leptis Magna, na Líbia, nunca perdeu o sotaque característico da língua dos descendentes dos fenícios...



A vida é um caminho, não uma escada

■ Zillah Branco

Hoje, nos atropelos em que somos obrigados a viver ao ritmo do consumismo, há pouco tempo para reflectir. Os mais sacrificados são os jovens das cidades que não tiveram o tempo-espaço da nossa infância quando a filosofia era matéria respeitada. Não era necessário o título de filósofo, nem as leituras académicas, bastava a disposição para *filosofar*, como habitualmente faziam os adultos que viviam no campo. Usavam poucas palavras, recorriam ao sentido figurativo, compunham ou recordavam lendas. Reflectiam maduramente sobre a vida, sobre a natureza, sobre o carácter dos homens, sobre a importância dos hábitos e costumes que ditavam as normas de convívio em sociedade.

Ouvi de uma *cabocla* brasileira, isto é, uma descendente de índio e de branco, que vivia numa cabana junto à praia, aquela frase dita em tom de recomendação: «a vida é um caminho, não uma escada». Ela era muito idosa e tratava-me como neta. Convidava-me a passear e, como quem conta histórias, ia ensinando como vivem os animais, sobretudo os insectos que à esclareciam mais que um moderno serviço meteorológico. Sempre sabia quando ia chover ou manter-se a seca por muito tempo a partir do comportamento das formigas, das vespas, dos muitos insectos que viviam à volta da casa. Chamava a atenção para o cuidado que tinham em reservar alimentos prevendo o mau tempo, ou na escolha do lugar onde construíam as suas casas livres da intempérie.

Com grandes silêncios intercalados, Dona Justina referia um caso triste de uma pessoa nossa conhecida que, ambiciosa, julgava poder *subir na vida* sem preparo, sem olhar à volta. Com um sorriso carinhoso, avisava-me: «A vida não é uma escada, é um

caminho que a gente vai abrindo sempre e sempre, devagar.» Na minha cabeça infantil ficou a imagem do caminho seguro que via através do mato e de uma escada apoiada nas nuvens. E sabia que os caminhos abandonados desapareciam debaixo da vegetação ou eram interrompidos por grandes buracos feitos pela chuva. Havia que construí-los *sempre e sempre, devagar*.

Portugal poderia ser um país rico

Esta lição volta-me sempre quando vejo a destruição que os governantes ambiciosos de subirem uma escada apoiada nos países ricos da Comunidade impuseram a Portugal. O 25 de Abril demonstrou a possibilidade de reconstruir a sociedade desarrumada pelo ditador Salazar, utilizando critérios de melhor distribuição dos recursos nacionais em benefício de toda a população e com base no trabalho produtivo que já era valorizado mundialmente: a cortiça, o azeite, as castanhas e amêndoas, os peixes, os queijos, os têxteis, os produtos de cabedal, os de vidro, as jóias de ouro e prata, uma florescente indústria metalúrgica e química, a construção naval, além da agricultura que quase dava para o consumo interno.

Ao longo de quase cinco séculos, o país acumulou ainda as riquezas recolhidas pelo canal da colonização e desenvolveu uma cultura à altura do nível europeu em convívio estreito com as melhores universidades do mundo. A sua pequena dimensão seria até uma vantagem que outros povos (como o suíço, por exemplo) souberam aproveitar com uma organização aperfeiçoada que con-

serva a sua identidade cultural apesar da modernização tecnológica. O que poderia faltar para que Portugal fosse um país rico e organizado?

Se os sucessivos governos que lutaram contra as conquistas de Abril não alimentassem a ambição de galgar a escada alheia enquanto abandonavam a cultura do seu povo e a capacidade produtiva, não se estaria a sofrer o crescimento do desemprego, assim como da marginalidade, que ameaçam inundar o país como as águas que descem de Espanha. Tal como o descuido no traçado dos núcleos habitacionais que cortam os caminhos naturais das águas e o criminoso impedimento à construção de barragens, como o Alqueva, onde hoje se poderia guardar a água que fará falta amanhã, as novas gerações estão fora dos seus cursos naturais de formação do carácter e das especializações no trabalho.

Dá pena ver um país que tinha tudo para ter uma riqueza equilibrada caminhar a passos largos para o atraso e a dependência. Dá pena ver uma população, que cheia de alegria mergulhou de corpo e alma na construção nacional com Abril, perder a confiança nos governos depois de ver tantos casos de corrupção, de crimes que ficam impunes, de incompetência na gestão do país. Dá pena ouvir discursos políticos dirigidos ao povo como se fosse para débeis mentais, sem respeitar a sua inteligência, o seu discernimento, a sua sabedoria. Dá pena acompanhar os canais da televisão, tanto os do Estado como outros, a fazerem meses a fio a promoção de futuros candidatos a deputado pela extrema direita como se isso fosse uma mera casualidade. Dá pena ver a inundação de mediocridades que todos os dias e noites desborda dos meios de comunicação social para imbecilizar um povo que sempre foi lutador.

■ António Murteira

Alentejo

É preciso clareza na definição de uma nova política agrícola

O Ministro da Agricultura, nas orientações e medidas agora anunciadas para o sector agrícola, embora tratando alguns aspectos que podem ser positivos, não trata questões de fundo para a agricultura alentejana, como são as questões da terra e a revisão da PAC/Política Agrícola Comum e mantém-se alguma indefinição em relação a outros, como é o caso da componente agrícola de Alqueva.

O Governo não define uma estratégia global coerente e suficientemente clara que possa ser aliciente e mobilizadora para os agricultores e para o mundo rural, de forma a inverter a situação de degradação progressiva que se vive.

De mês para mês a situação agrava-se na região.

A agricultura degrada-se e os grandes proprietários da terra vivem encostados aos subsídios do País e da Comunidade, o desemprego cresce, a região continua a despovoar-se, com a partida dos mais jovens, a emigração está de volta.

E, contudo, como o PCP sempre tem afirmado e proposto, existem alternativas. Alternativas que exigem coragem, visão estratégica e de Estado e uma filosofia profundamente humanista e solidária.

Sem uma nova agricultura e sem o empreendimento de fins múltiplos de Alqueva, sem uma utilização eficaz dos fundos comunitários e nacionais, sem a regionalização e o reforço do poder local democrático, não se afigura possível travar a desertificação, criar condições para a instalação de uma base agro-industrial, resolver o problema do desemprego e melhorar as condições de vida materiais e culturais das populações.

A velha questão das estruturas fundiárias

Uma política agrícola eficaz e democrática não pode contornar a questão de fundo que é a necessidade de uma reforma das estruturas fundiárias e da reorganização das explorações agrícolas familiares, das empresas agrícolas e das cooperativas.

O Alentejo ocupa quase metade, 45% da superfície agrícola UML/SAU, do País, numa área de um milhão oitocentos e quarenta mil hectares (1.840.000 ha.). E o que é grave é que, destes 1.840.000 ha, os grandes proprietários da terra, detêm a posse de 80%, ou seja, cerca de 1.500.000 ha. Isto significa que, de acordo com o INE 93 «apenas 1% das explorações agrícolas» de grandes proprietários da terra «detêm 80% da SAU», enquanto as restantes 99% detêm apenas 20% da SAU, ou seja, cerca de 340.000 hectares.

É esta brutal concentração da terra, nas mãos de 1% das grandes explorações, que está na origem, há dezenas de anos, do atraso da agricultura alentejana, do desemprego crónico na região, dos baixos salários e do despovoamento.

É esta brutal concentração da terra que nenhuma nova política agrícola, eficaz e democrática poderá contornar.

A situação é clara. Milhares de pequenos e médios agricultores, de rendeiros, de trabalhadores agrícolas e de jovens, precisam de terra. Eles constituem as camadas sociais capazes de, com os devidos apoios e formação, construir uma nova agricultura e darem vida ao mundo rural alentejano.

Manter esta situação, esta estrutura fundiária, e a situação económica e social que ela determina, é condenar o Alentejo ao atraso. E isso, os alentejanos nunca aceitarão!

Governo e Comissão da UE vacilam perante pressões de lobbies portugueses e espanhóis

Todos os estudos até agora realizados (de 1968 a 1995), incluindo o estudo de avaliação de viabilidade económica e social, feito no decorrer de 1992, integralmente financiado pela então Comunidade Europeia e directamente acompanhado pela Comissão, apontam para a avaliação favorável à realização do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva.

Os detractores de Alqueva, grupos com interesses particulares, alguns envergando conjuntamente camisolas ambientais, não são capazes de apresentar um só estudo que conclua pela inviabilidade do Empreendimento! As posições desses detracto-

Existente capacidade técnica e tecnológica. Os impactos ambientais são aceitáveis. E os impactos económicos e sociais directos e induzidos pelo empreendimento são indispensáveis para a dinamização económica, social e cultural da região.

Acresce a tudo isto que o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva foi incluído no II Quadro Comunitário de Apoio - 1995-1999, entregue e aceite em Bruxelas.

Não se compreende, assim, que tenha sido o próprio Governo português e a Comissão da União Europeia, com a área do desenvolvimento, que, vacilando perante pressões de interesses particulares e de grupo, tenham permitido, com hesitações e contradições crescentes, dar azo a todo o género de especulações, criando uma grande instabilidade e incerteza em relação à região Alentejo, que representa 1/3 do território de Portugal, 46% da SAU das explorações agrícolas e é uma das menos desenvolvidas da União Europeia.

Em nome dos interesses do Alentejo e de Portugal, em nome da coesão económica e social, em nome da solidariedade financeira entre os Estados-membros, é preciso que o Governo português, como a Comissão da União Europeia, assumam e honrem a decisão já tomada, em Fevereiro de 93, e reafirmada agora, a 4 de Janeiro de 1996, da construção de Alqueva, com todas as valias, incluindo a agrícola.

Outras medidas para uma nova política agrícola para o Alentejo

Uma nova política agrícola para o Alentejo passa ainda pela criação de um sector eficaz de transformação e comercialização, pela definição e apoio a uma efectiva política de investigação aplicada e pela criação de um Centro Experimental de Regadio na zona de incidência de Alqueva: por uma reforma da política de crédito, de taxas de juro e dos factores de produção; por uma aplicação dos fundos comunitários e nacionais com base numa definição clara de estratégia para a agricultura e com métodos eficazes de aprovação de projectos e do controlo da sua execução e resultado.

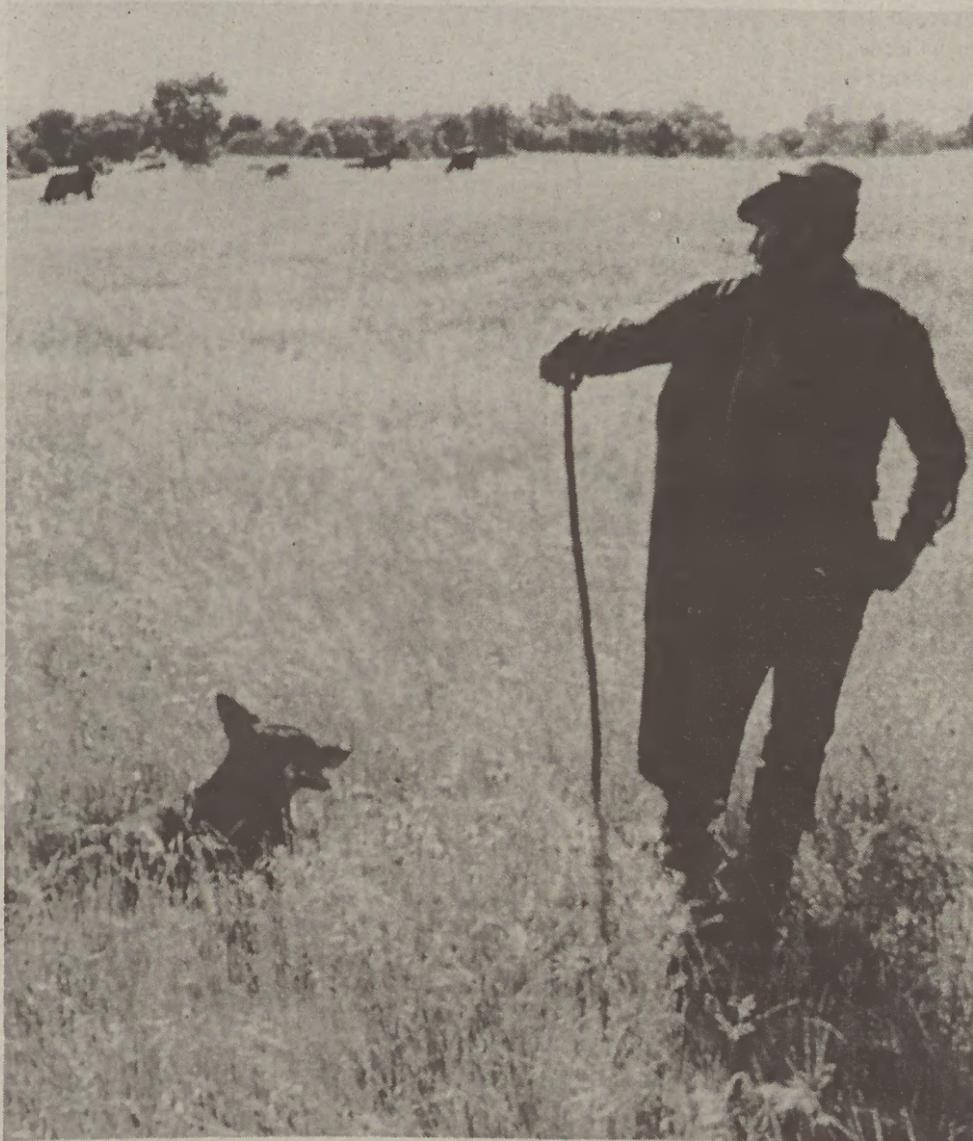
Passa ainda pela reestruturação da Direcção Regional da Agricultura do Alentejo e outros departamentos regionais ligados ao sector agrícola, de forma, designadamente, a não permitir que os candidatos a fundos comunitários e nacionais sejam os mesmos, ou familiares seus, que depois vão aprovar os projectos e fazer o controlo da sua aplicação e resultados.

Tal situação tem dado origem a compadrios, ineficácia e mesmo esbanjamento e corrupção no uso dos fundos comunitários, na agricultura.

O fomento do associativismo entre os pequenos e médios agricultores, outros empresários agrícolas e cooperativas é fundamental.

Continuar a ter como interlocutor privilegiado a CAP, significa, no Alentejo, que, praticamente, só os interesses dos tais 1% de explorações, dos grandes proprietários da terra, vêm os seus interesses defendidos.

A situação no Alentejo e as hesitações e contradições do Governo, em relação a questões decisivas para a Região, exigem de todos nós, alentejanos, um esforço, no sentido de se dinamizar um sério debate sobre o desenvolvimento económico, cultural e social e a importância que a agricultura o Alqueva, a regionalização e o poder local assumem neste contexto.



res não têm fundamento técnico ou científico e traduzem apenas visões e interesses particulares e de grupo.

Há água suficiente para encher e manter a albufeira com os seus 4.150 hm³. Estimaram-se em cerca de 2.500 m³/ano as aflúncias médias a Alqueva, enquanto as necessidades se situam nos 1.700 hm³/ano.

Em anos de pluviosidade média, o Alqueva enche em 2 ou 3 anos. E se forem anos chuvosos, como o presente Outono/Inverno de 1995, Alqueva poderá até encher num só ano, no máximo dois. É isto uma região, um rio e uma bacia hidrográfica com características acentuadamente mediterrânicas, que alguns não conseguem ou não querem compreender e depois enchem a boca com asneiras do género - o Guadiana já morreu, não há água, etc., porque passaram por aqui, de máquina a tiracolo, no pino do Verão!

Temos terras aptas para o regadio e não apenas para os 110.000 ha previstos mas, se fosse necessário, para cerca de 250.000 ha susceptíveis de rega, numa superfície agrícola útil, de 1.840.000 hectares, na região.

Capitalistas vão apropriar-se

■ Manoel
de Lencastre

Que irão fazer, agora, os 40 000 funcionários do Ministério da Defesa britânico, quando a reestruturação do mesmo, obedecendo às novas condições, se anuncia? O Estado, com receitas cada vez mais magras, não hesita em «espadeirar» à direita, à esquerda e ao centro para fugir aos encargos. Esta é uma alucinante conjuntura em que o produto das actividades e labores de um povo de 60 milhões de pessoas mergulha nas algibeiras dos capitalistas. O governo britânico acha-se preso de consideráveis dificuldades financeiras e orçamentais. E o desespero atinge tais proporções que o próprio edifício histórico do Almirantado vai ser posto à venda.

Do Almirantado...

O Ministério da Defesa tinha sido organizado, nas estruturas que ainda mantém, durante os anos sessenta. Surgiu para substituir os anteriores órgãos imperiais da defesa e da guerra: o Almirantado (Admiralty), o Ministério da Guerra (War Office), o Ministério do Ar (Air Ministry), o da Aviação (Ministry of Aviation). Mas, o seu vasto aparelho mostra-se ultrapassado e, em muito, desnecessário. E o povo britânico, sofrendo em batalhas diárias contra o afundamento de condições que julgava inalteráveis, regista com naturalidade, olímpicamente, a sua indiferença quanto ao futuro do Ministério – defesa em relação a quem? Todavia, a venda do célebre edifício, cujos portais, em Whitehall, fazem parte da história do país desde há quase três séculos, não pode passar despercebida. E não há estrangeiro que, passeando a sua curiosidade na Trafalgar Square e olhando a entrada do «Mall» conduzindo a Buckingham Palace, não diga para com os seus botões: «Ali, é o Almirantado.»

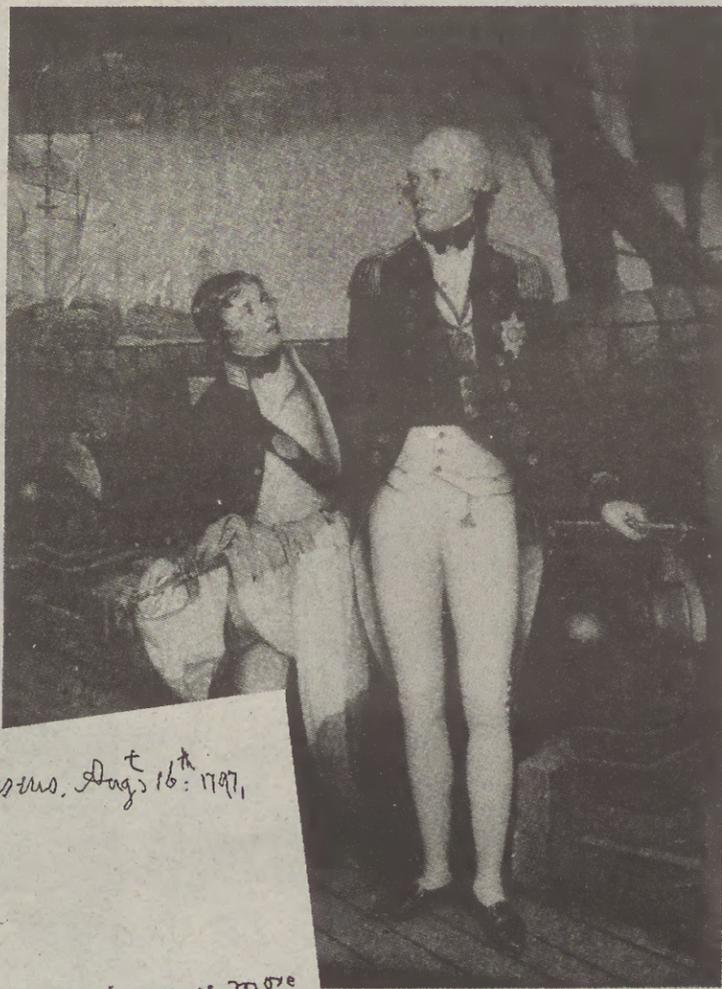
O papel do importante local insere-se na História de Inglaterra. Ali se organizou a defesa das Ilhas Britânicas durante o «grande medo nacional» quando Napoleão planeava, ou fingia fazê-lo, a invasão. Ali se prepararam conflitos e guerras em todas as partes do mundo. O Almirantado foi o centro do poder naval britânico que se consumou, definitivamente, após a batalha de Trafalgar (1805), as vitórias de Wellington na Península Ibérica e em França, e as consequências do que aconteceu em Waterloo. Mas o poderio imperial dos ingleses no campo militar (naval e terrestre) apenas ganhou momento, historicamente, quando se definiram duas profundas fontes de desenvolvimento: a do capital financeiro que, gerido na City, precisava de expandir-se, e a das indústrias que brotavam para o progresso em todo o país e fariam da Grã-Bretanha a oficina do mundo.

Mencionar o Almirantado, é não poder esquecer a figura de Nelson, o defensor supremo do país. É não poder ignorar muitos outros almirantes e capitães da «Royal Navy» da época, alguns autênticas feras sanguinárias nos mares – Henry Dundas, primeiro «lord» do Almirantado, em 1804; Sir William Cornwallis, comandante da esquadra do Canal da Mancha e organizador da armada que Nelson comandou em Trafalgar; o vice-almirante Sir Charles Cotton, segundo comandante da força naval que bloqueou Brest (1803-1805); Robert Calder, cuja vitória e incompreensível fuga ao largo de Brest irritou o jornal «The Times»; Cuthbert Collingwood, capitão do «Royal Sovereign» e segundo no comando, em Trafalgar, um homem que odiava a França mas que, apesar disso, exigiu que as filhas aprendessem francês; Northesk, terceiro na cadeia de comando, em Trafalgar; Thomas Hardy, comandante do «Victory» de onde Nelson dirigiu as operações, em Trafalgar; o capitão Henry Blackwood que, a bordo da fragata «Euryalus», foi o primeiro a avistar a esquadra franco-espanhola, de Villeneuve e Gravina, que saía do santuário de Cádiz e fazia-se ao mar para encontrar um terrível destino, em Trafalgar.

Outros: Louis, que veio de Gibraltar; Pellew, capitão do «Conquerer»; Grindall, que comandou o «Prince»; George Duff cuja cabeça foi decepada por uma granada directa quando no comando

do «Mars»; Hargood, do «Belle-Isle»; Redmill, do «Polyphemus»; Durham, do «Defiance»; Hannah, que substituiu Duff; Tyler, do «Tonnant»; Cooks, do «Bellerophon», substituído por Cumby; Morris, do «Colossus»; King, do «Achilles»; Codrington, do «Intrepide»; Conn, do «Dreadnought»; George Hope, do «Defence»; Rutherford, do «Swiftsure» – eram todos capitães em Trafalgar e, por isso, viram a morte e espalharam a destruição, o fogo, o sangue nesse dia tenebroso.

O histórico edifício do Almirantado foi construído entre 1723 e 1725 e, como se compreende, todo o seu interior e as respectivas decorações, constituem uma espécie de museu gigantesco e único onde os grandes momentos da história naval de Inglaterra parecem ainda estar a ser vividos. Era quando o Mar do Norte se chamava o «Oceano britânico». Agora, porém, ao ser posto à venda por



Carta de Nelson ao
Lord St. Vincent,
em 16 de Agosto de
1797

My Dear Sir,
I rejoice at being on a more
in sight of your flag and with your
in my respects. If the Emerald has joined, you
know my wishes, a left handed Admiral will
never again be considered as useful therefore
the sooner I get to a very humble cottage the better
and make room for a better man to serve the State
but whatever he may be believe me with the most
sincere affection I am your most faithful
Glorious Nelson

NELSON TO LORD ST. VINCENT
August 16, 1797

sim seja. Mas não é o Almirantado o único nestes tempos de acelerada transformação a ter de mudar-se. A Valerie Whittall, uma cidadã comum, de 44 anos, vai acontecer o mesmo. Vejamos porquê.

... Da casa da senhora Whittall

Tendo-se divorciado do marido, Peter, Valerie ficou a viver na casa que fora a residência do casal. Para adquiri-la, realizou, em 1981, duas coisas perigosas que, hoje, toda a gente faz, mas sem pensar a fundo: pediu um empréstimo hipotecário correspondente a 90% do preço de compra da casa e, suplementarmente, obteve um segundo adiantamento de 1400 libras (336 contos) para, com esse dinheiro, realizar aquilo a que se chama um depó-

sito de entrada. Este empréstimo foi negociado com a firma «Gresham Equity Finance», propriedade de Mr. Arthur Puckrim, uma espécie de casa de penhores com ambições à categoria de Banco. Arthur é um capitalista de novo estilo – trata-se de um polícia reformado.

As circunstâncias próprias da vida do nosso tempo conduziram Valerie a uma acumulação de problemas financeiros. Os pagamentos de 150 libras mensais (15 contos) começaram a não ser feitos com a necessária regularidade e a dívida, acrescida dos juros debitados pela firma de Arthur, subiu, rapidamente, para qualquer coisa como 4995 libras (1200 contos), em 1985. E como as mensalidades a pagar por Valerie continuaram a realizar-se com acentuada inconstância, Arthur, de 58 anos, debitava juros segundo um esquema a que chama de juros compostos, em abundância. Agora, a firma do ex-polícia pediu ao tribunal a posse legal da casa de Valerie posto que a dívida inicial, que era de 1400 libras (336 contos), como vimos, já subiu a 152 000 libras (36 500 contos).

Disse a devedora: «Isto pertence tudo ao reino da fantasia. Como posso eu pedir 336 contos emprestados, pagar, mesmo fora dos prazos, a soma de 1200 contos e, apesar disso, ainda dever 36 500 contos?»

«São os juros compostos», disse o prestamista, tentando explicar a sua posição de credor. «Pus o assunto nas mãos do meu advogado porque os pagamentos de Mrs. Valerie Whittall só chegavam à minha posse com extrema irregularidade. Se o não fizesse, até onde subiria o meu crédito?»

Subiria, segundo cálculos feitos por pessoas que percebem de juros compostos, a 890 000 libras (213 000 contos), em 1999. O caso, presentemente, está pronto para julgamento, dentro de dias, no Tribunal da região de Darlington (nordeste de Inglaterra) que é onde se construíam locomotivas e material ferroviário circulante de grande reputação, onde existiam forjas, fundições e muitas outras instalações industriais do sector siderúrgico e, hoje, já nada existe – nada, senão a terrível surpresa de descobrir-se em toda a sua máxima barbaridade, o verdadeiro rosto do capitalismo.

Por sua vez, o advogado de Valerie, declarou: «A posição da minha cliente é simples. Tendo já pago a importância de 4 995 libras (5000 contos), a sua dívida está liquida.

Vamos pedir ao tribunal que considere nada ser devido a Arthur Puckrim ou à sua firma e que declare nulo e extinto o acordo entre as duas partes. Os juros debitados pela Gresham Equity Finance representam uma injustificável forma de extorção pura e simples.»

Mas o credor insistiu: «As pessoas têm de compreender as realidades da vida. Pedir emprestado sob hipoteca da própria residência representa um alto risco em cujas consequências se deve meditar antes, não depois de se colocarem assinaturas no papel.»

O mercado da propriedade residencial, que não devia ser um mercado mas, sim, uma questão de solidariedade social total, é assim. Funciona nas condições impostas pelos capitalistas. As pessoas que adquirem sob hipoteca passam à categoria de escravos. Clive, em Bengala, deu ao povo daquela região da Índia o conhecimento dos empréstimos hipotecários – por isso, enriqueceu de maneira descomunal e escandalosa e Bengala, que era uma terra próspera, caiu na miséria. De onde veio o dinheiro que financiou a construção da bela e imponente Regent Street, no coração de Londres?

Actualmente, toda a Grã-Bretanha vive afundada em papéis de hipotecas. É o que acontece em Portugal aos jovens casais (e não só) que pretendem viver em condições modernamente aceitáveis? Tombam inevitavelmente nas garras do sistema bancário e ficam lá para sempre. Por isso, na TV, são constantes as ofertas de crédito sob hipoteca. A escravatura não foi abolida. Adquiriu, simplesmente, novos e mais refinados métodos de exercer-se. O capitalismo significa isso, precisamente – escravatura. Quebremos as grilhetas que nos oprimem! Rasguemos os iníquos papéis que nos condicionam! Trabalhemos por um mundo novo de homens e mulheres livres! Os males do mundo estão perfeitamente identificados – é o capitalismo que está a arruinar todos os povos do mundo. Penhamos-lhe fim! Eles, no fim de contas, são poucos, e nós, como escreveu Shelley, somos muitos!

■ Pedro Ramos de Almeida

Derrotar Cavaco é votar Sampaio

1 Na década e meia de liberalismo republicano (1910/1926) em que o PCP nasceu, e depois, no meio século de ditaduras – militar (1926/1932) e corporativo-fascista-colonialista (1932/1974) – em que o PCP já foi a mais persistente, diversificada e corajosa fonte partidária portuguesa da luta de massas pela liberdade e pela paz – não se registou a candidatura à Presidência da República de um único militante comunista!

Também nos vinte anos de democracia e de neoliberalismo que se seguiram ao sucesso da revolução antifascista e anticolonista de Abril/Maio de 1974, somente em duas ocasiões dois dirigentes do PCP (Octávio Pato e Carlos Carvalhas) concorreram até às urnas à chefia do Estado. Mas mesmo aí o seu objectivo dominante não foi directamente eleitoral: com as suas candidaturas presidenciais, o que os comunistas sobretudo serviam era a denúncia de um fechado quadro de classe, eleicoeiro, estatal e de governo, estrangeiro e subserviente, monopolista, bipolarizador e de direita, em que têm vindo a ser encerradas e hipotecadas a opinião e a vida cívica portuguesas. Com elas, contribuíam assim também para esclarecer e fazer avançar o esclarecimento político e a convergência popular e patriótica.

Não foi por agirem como agiram no terreno eleitoral e na luta política que eles mereceram menos da classe operária e do povo português. Pelo contrário! Foi a clara recusa comunista do sectarismo e subjectivismo políticos; foi sempre o seu elevado e cultivado sentido de classe e a sua determinação de nunca perderem de vista a convergência, união e mobilização trabalhadoras e populares na acção pela liberdade e soberania nacionais – que permitiram que os comunistas desempenhassem na história deste século, como parte integrante e dirigente do movimento de massas, um papel de primeira grandeza na oposição à ditadura e ao autoritarismo; na defesa da independência nacional, da paz e do poder de iniciativa popular; pelo avanço da democracia e pela transformação progressista da sociedade portuguesa.

2 Na eleição de um órgão singular do Estado, como é o caso do Presidente da República, não sendo obviamente possível a utilização do sistema proporcional, democrático e constitucionalmente obrigatório em órgãos colectivos, recorre-se entre nós ao sistema maioritário. Aqui com variantes específicas: só é eleito à primeira volta, num primeiro sufrágio, o candidato que obtiver «mais de metade dos votos validamente expressos» (art. 129.º, 1 da Constituição da República Portuguesa), «dos cidadãos portugueses recenseados no território nacional» (art. 124.º, 1 CRP). «Se nenhum dos candidatos obtiver esse número de votos, proceder-se-á a segundo sufrágio» (art. 129.º, 2), a que «concorrerão apenas os dois candidatos mais votados» (art. 129.º, 3), vencendo a final, o que tiver mais votos.

Quer dizer, o sistema eleitoral adoptado em Portugal para a

escolha do titular da Presidência da República – designadamente a realização de duas voltas caso não se verifique qualquer maioria absoluta no primeiro sufrágio – conduz a que, em certas condições, qualquer cidadão eleitor tenda a manifestar, logo desde a primeira volta, não as suas preferências absolutas, mas apenas o seu voto relativo, tático. Nestas condições e neste tipo de eleições, o eleitor democraticamente mais consciente muitas vezes nem sequer na primeira volta vota no candidato que prefere; vota sobretudo para barrar o triunfo daquele que mais nocivo lhe parece para a República Portuguesa!

um ao outro? Ou será a eleição de qualquer deles indiferente para a democracia portuguesa e a independência nacional, para o futuro da Pátria Portuguesa, para os interesses operários e trabalhadores, produtivos e intelectuais, camponeses e pescadores, comerciantes e industriais, juvenis e populares?

Formular a pergunta é responder-lhe.

Apesar de ambos terem nascido no mesmo ano em que se desencadeou a II Guerra Mundial (1939), sendo ACS dois meses (ou séculos?) mais velho do que JS (ACS nasce em Julho e JS em Setembro), a sua vida foi desde cedo claramente dife-

rente; JS bate-se pela unidade e pelas reivindicações estudantis e populares anti-salazaristas, sendo secretário-geral da Reunião Inter-Associações de Estudantes de Lisboa (RIAE) no ano da célebre greve dos estudantes de Lisboa, Porto e Coimbra e é candidato da CDE às eleições de 1969 para a Assembleia Nacional. Em Fevereiro de 1978, tornar-se-á militante e depois dirigente do PS, deputado e membro do Conselho de Estado. De 1989 a 1995 foi presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a que se candidatou com o apoio da coligação de base socialista/comunista.

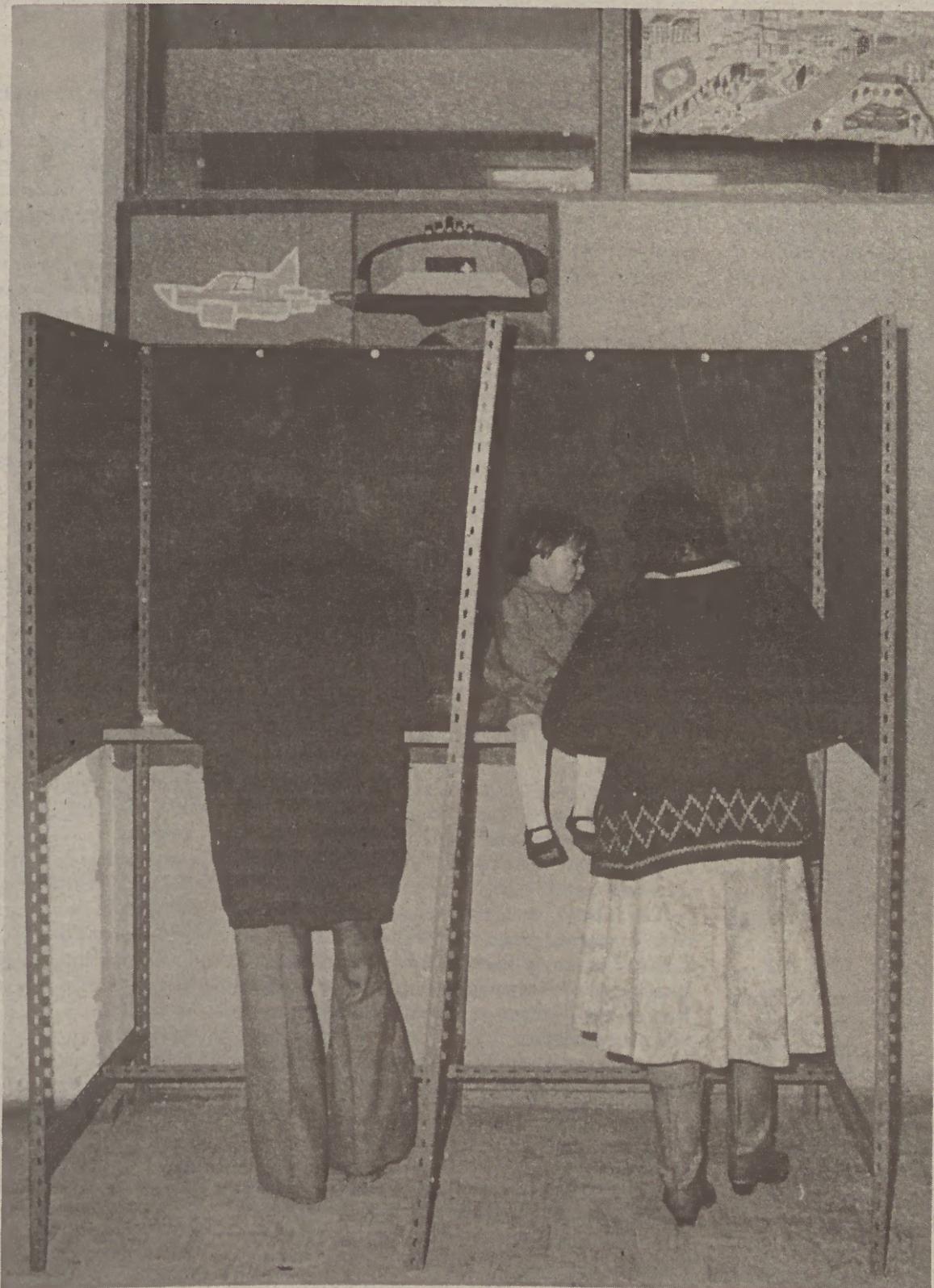
ACS é figura desconhecida na luta juvenil e popular antifascista e contra a guerra colonial dos anos sessenta, vindo hoje apenas afirmar que em 1969 votou na CEUD... Depois, depois, virão, a partir dos anos oitenta, os dez anos de «cavaquismo», que marcarão sucessivamente tanto de modo crescentemente negativo o futuro produtivo nacional; a concentração de riqueza e a crise económica; a governamentalização do poder; as cada vez maiores ameaças à liberdade e soberania portuguesas e ao bem-estar popular.

É certo que no quadro político actual não é irrelevante para o livre funcionamento da democracia portuguesa o facto de um só partido, o PS, deter hoje nas mãos dos seus membros ou simpatizantes próximos o Governo, a maioria relativa na Assembleia da República, boa parte da administração local das duas principais cidades do País e de muitas outras capitais de distrito, posições importantes nas empresas públicas, etc., etc. E é verdade também que esta acentuada concentração de poderes não favorece o controlo popular do funcio-

namento do Estado, a democracia partidária e representativa portuguesa.

Mas será que a ocupação da Presidência da República por ACS alteraria positivamente este quadro? Não estimularia ela até a partidarização da Presidência da República? Não seria o programado contrapoder de ACS simplesmente uma forma de agravamento dos erros de classe do PS, para depois vir a correr tratar de aproveitá-los política e eleitoralmente? Não culminaria todo este roteiro presidencial de perversão governamental com uma ameaça de regresso ao cavaquismo, à limitação das liberdades públicas, a um novo surto de autoritarismo, como resultado de qualquer crise política do PS?

Não ver as eleições presidenciais à luz do combate ao cavaquismo é perder de vista o combate pela liberdade e a igualdade!



Votar em candidatos insusceptíveis de serem eleitos, abster-se, votar nulo, votar branco, poderá parecer a muitos democratas um voto mais independente, claro e limpo. Mas é apenas um voto inútil para a democracia que potenciará as possibilidades de êxito da candidatura mais próxima do despotismo.

Fazê-lo, pode de facto converter-se – por mais que isso depois nos doa – num voto antidemocrático, numa capitulação perante o autoritarismo!

3 Na eleição presidencial de 14 de Janeiro, só dois candidatos reunirão possibilidades, tudo o indica, de serem votados: Jorge Sampaio (JS) e Aníbal Cavaco Silva (ACS).

E a questão que portanto se nos põe é esta: há politicamente diferença entre os dois? Preferimos como Chefe de Estado

Nos bastidores da «Nova Reconquista»

■ Jorge André

A imprensa especializada, sobretudo a europeia, tem vindo a interessar-se de forma crescente pela análise dos acontecimentos do mundo católico que possam contribuir para uma melhor compreensão das políticas actualmente desenvolvidas pela igreja institucional. Como ponto de partida para esse exame global é normal aceitar-se o termo da II Guerra Mundial, quando as transformações sociais contemporâneas sofreram uma explosiva aceleração.

A miséria e o caos instalavam-se na Europa. O socialismo surgia como possibilidade única para a reconstrução e ameaçava gravemente os privilégios do grande capital. Contra a vontade declarada do Vaticano, os poderes aliados tinham dividido, em Yalta, o território europeu em zonas de influência, com manifesto prejuízo do tradicional poder de intervenção política das igrejas nacionais. No resto do mundo, os impérios coloniais que tinham constituído o mais robusto pilar do Antigo Regime começavam a esborçar-se. Nas «terras de missão», as comunidades missionárias eram olhadas pelos movimentos libertadores como suspeitos agentes de auscultação ao serviço das potências coloniais opressoras.

A igreja institucional viu-se, então, obrigada a travar uma das mais duras batalhas da sua existência milenar. Na Europa Ocidental, tentando conservar o seu anterior ascendente ideológico, numa escorregadia sociedade de consumo que aos poucos se ia instalando por entre a onda de materialismo a que o consumismo invariavelmente está ligado. Mas o Vaticano contradizia essa afirmação de pseudo-espiritualidade ao procurar, simultaneamente, afirmar-se como grande potência económica do sistema liberal galopante.

Nos estados socialistas do Leste Europeu, a Santa Sé chamou secretamente a si o papel de dinamização e de coordenação das actividades das igrejas cristãs nacionais que exigiam a alteração do estatuto religioso então vigente que regulamentava as relações entre o poder religioso e o Estado. Existia, segundo um princípio de igualdade entre todos os credos, liberdade de culto, de associação e de educação na esfera confessional. Todavia, as actividades religiosas que extravasassem estes quadros eram penalizadas nos termos do Código do Direito Civil. Tratava-se de uma situação verdadeiramente intolerável para os planos de expansão da igreja católica institucional.

Finalmente, nos novos países independentes do chamado «Terceiro Mundo», o Vaticano via-se a braços com uma difícil situação para a qual não possuía qualquer experiência anterior. Na Ásia, uma região imensa que o catolicismo sempre tivera grande dificuldade em penetrar, levantava-se agora uma nação gigantesca, a China, que se proclamava socialista. Em África, as comunidades locais vogavam ao sabor das flutuações políticas e ameaçavam subtrair-se à autoridade papal. A Cúria Romana, incapaz de dominar a situação, foi obrigada a aceitar que a permanência católica em África só poderia ser garantida à custa da flexibilização da linha disciplinar da igreja e de uma acelerada «africanização» das hierarquias eclesásticas da região. Foi o que fez, ainda que a sua estratégia africana continue a fornecer resultados algo duvidosos.

Este cenário de fundo, constituído por sucessivas crises com desenlaces incertos, serve para caracterizar as últimas cinco décadas de combates desgastantes que a igreja institucional foi obrigada a travar. No Ocidente transformou-se, é certo, num poderoso grupo político e económico, mas perdeu, quase sempre a favor do materialismo consumista, uma impressionante massa de crentes. No Leste Europeu, ainda que tenha podido assinalar vitórias políticas importantes, faliu estrondosamente junto das populações. Em África, mostra-se incapaz de «conciliar o inconciliável», promovendo a coabitação do centralismo de Roma e o sentido dinâmico de autonomia comunitária que caracteriza as sociedades nativas. Na América Latina a igreja católica oficial procura impor, contra tudo e contra todos, a tirania de uma hierarquia fundamentalista directamente nomeada pelo papa e que nada procura entender daquilo que à sua volta se passa.

Sobre a marcha destes acontecimentos têm sido publicadas reflexões de grande interesse que só raramente ocupam as colunas dos órgãos de comunicação social portugueses.

Os registos históricos

De entre essa colectânea de estudos e de análises pode destacar-se aquele que recentemente foi editado pelas «Editions du Seuil», sob o título genérico de «Os políticos de Deus». Trata-se da recolha fortemente sistematizada das leituras feitas por onze especialistas em matéria religiosa acerca das incidências do Fundamentalismo nas principais religiões do mundo.

O capítulo dedicado à igreja católica romana foi confiado a Andrea Riccardi que o intitulou «A primazia da evangelização».

Trata-se de um estudo denso, a merecer melhor atenção, do qual apenas poderão aqui ser extraídas as linhas principais. Lança alguma luz sobre as grandes estratégias gerais adoptadas pelo Vaticano para bo recuilibrio e posterior expansão de uma instituição seriamente ameaçada por perigos mortais. Esra neste sentido que se podia estabelecer, no rescaldo do grande conflito mundial, o estado de coisas que se deparava à igreja católica oficial. O Vaticano compreendeu-o e a sua hierarquia, sem alaridos, encetou um longo processo de recuperação.

A fase final do magistério de Pio XII (1939/1958) caracterizou-se por um vincado endurecimento fundamentalista tendente à galvanização dos quadros católicos. O Vaticano não só se recusou a reconhecer erros recentes de colaboração com os regimes nazifascistas mas tentou, pelo contrário, passar à ofensiva, nos quadros da «guerra fria» então florescente: transformou a ideia de «civilização cristã», adequando-a aos interesses da expansão capitalista, decretou a excomunhão dos católicos comunistas e reactivou os velhos partidos e sindicatos católicos lançados por Pio X. Foram tempos em que brilhou a Acção Católica.

Cedo, porém, os teólogos compreenderam que esta política de participação directa da igreja na vida política, segundo o figurino das próprias estruturas laicas, entrava em aberta contradição com o projecto católico tradicional, com base nas Escrituras (Apocalipse de S. João, cap. 17 e seguintes). A «Nova Jerusalém», o milénio em que a igreja reinará sobre os homens, não resultará da progressiva melhoria dos estados laicos mas, sim, do alastramento do espírito cristão entre os homens, na perspectiva de um aniquilamento total. Não se trataria, futuramente, de tentar que os católicos melhorassem o funcionamento dos sistemas, enquadrando-se em instituições políticas do tipo oficial. A igreja devia organizar-se de forma a impregnar com a sua doutrina cada indivíduo, sobretudo os mais poderosos.

O pontificado de João XXIII (1958/1963) abriu caminho à libertação da igreja dos perigos de isolamento e de marginalização que a tinham rodeado. Como se sabe, foi este papa que promoveu a espectacular abertura da igreja ao mundo, primeiramente expressa na encíclica «Pacem in Terris» e, depois, no conjunto de problemas centrais abordados no Concílio Vaticano II.

A igreja católica abandona, então, a qualidade de «mestra da civilização» que a si mesma atribuía, para se passar a declarar «mestra em humanidade», já sob a direcção de Paulo VI (1963/1978). A diferença entre estes dois atributos poderá parecer mínima mas o facto é que teve grandes repercussões no plano político. Aparentemente, o Vaticano «humanizava-se», deixando de tentar impor modelos acabados de civilização para valorizar os aspectos humanos da participação cristã nos grandes projectos colectivos, por natureza eles próprios sempre inacabados.

Nunca o prestígio mundial da igreja católica terá atingido alturas tão grandes como durante o pontificado de Paulo VI. O Vaticano tinha trocado a sua pretensão inicial de árbitro supremo em toda a conflitualidade para se propor agora, simplesmente, como interventor nos debates em torno dos grandes problemas que afectavam, e afectam, a humanidade.

O mundo saudou alegremente o aparecimento desta nova igreja, aberta e pronta a confessar as suas próprias fraquezas estruturais. Nesses tempos, divulgavam-se, livremente, as críticas dos teólogos, as lutas dos padres contra o celibato obrigatório, as combativas aspirações dos leigos católicos, dos jovens e das mulheres, as teses revolucionárias das comunidades de base, etc. Reforçava-se o diálogo com as outras confissões e com as religiões alheias, com os agnósticos e ateus e com o conhecimento laico. Os activistas católicos surgiam, ao lado dos outros democratas, dos ecologistas, dos pacifistas, dos trabalhadores, nas grandes demonstrações de rua que então se verificavam.

Tão bonita mudança receberia, em breve, um duro desmentido.

Em 1978, morreu Paulo VI. A sua morte ocorreu em circunstâncias estranhas que continuam sob suspeita. Vultos responsáveis da igreja falaram nessa altura, mas de forma pouco explícita, em «golpe de Estado no Vaticano». Depois, um obscuro cardeal polaco de Cracóvia, Karol Wojtyła, foi eleito papa pelo conclave, após uma votação altamente contestada, como depois se viria a saber. Wojtyła escolheu o título de João Paulo II e iniciou as suas actividades pastorais em finais de Outubro de 1978.

Logo se tornou evidente que a igreja católica conciliar tinha sofrido um severo revés. João Paulo II começou por despedir do Vaticano os padres, burocráticos e mais moderados, que tinham secretariado Paulo VI. Substituiu-os, imediatamente, por tecnocratas e por sacerdotes incondicionais formados nas fileiras da Opus Dei, mais tarde transformada em Prelatura Pessoal.

Depois, fez-se cercar por membros da hierarquia profundamente comprometidos com poderosos grupos financeiros internacionais, como foi caso dos cardeais Ratzinger, Marcinkus, Palazzini, Soma-lo, Di Baggio, etc., etc.

Desde então à igreja católica foi objecto de uma autêntica «purga». Bispos, professores e teólogos aparentemente ligados à linha conciliar foram demitidos ou suspensos das suas funções. As competências das conferências episcopais sofreram limitações drásticas. O papa interveio abertamente, contra a tradição, no âmbito das competências das igrejas nacionais, demitindo ou transferindo bispos das suas dioceses e nomeando outros, da sua confiança pessoal, para os lugares estratégicos. A Opus Dei transformou-se numa milícia pontifícia e, simultaneamente, numa omnipotente força dominadora do Vaticano.

Uma igreja de tipo novo

Incorre-se, frequentemente, no erro de se atribuir exclusivamente à passividade da igreja as causas da fulminante ascensão de João Paulo II e a consequente afirmação do seu autoritarismo pessoal. Na fase de consolidação deste pontificado, a incapacidade de mobilização demonstrada pelas forças progressistas da igreja constituiu, com efeito, um importante factor de retrocesso. Mas outras razões devem ser ponderadas, nomeadamente o facto de parte importante da própria hierarquia ser contrária às «ousadas» conciliares e a subtileza contida nas principais estratégias concebidas pelo novo papa e pelos tecnocratas que o rodeavam. Vale a pena aflorar-se este assunto.

O grande campo experimental da política de activa intervenção a que João Paulo II viria a chamar «Nova Reconquista» foi, como se sabe, a Polónia. O país tinha uma anti-quíssima tradição religiosa constituída pela identificação da piedade do culto católico com a acção assistencial desde há muito desenvolvida. Grande parte da hierarquia polaca mantinha-se fiel à imagem da igreja anterior ao Vaticano II. Neste sentido, muitos desenvolviam uma agressiva acção pastoral, desafiando a legislação em vigor e o regime no poder.

O novo papa imediatamente se apercebeu que esta situação se acentuava com a profunda depressão que a economia polaca atravassava. Todas as capacidades do Vaticano foram mobilizadas nas lutas sociais travadas na Polónia. O papa chamava a Roma os bispos da sua própria pátria e mentalizava-os no sentido de uma intervenção política a qualquer preço. Milhões e milhões de dólares saíram dos cofres da Santa Sé para apoio das organizações católicas polacas e do sindicato «Solidariedade».

Quando a situação amadureceu suficientemente, João Paulo II desencadeou uma manobra subtil, mais tarde retomada noutros países socialistas ou do próprio bloco ocidental.

Em princípio, todos os problemas — económicos, sociais, laborais, etc. — que afectam as populações de um estado soberano são da competência exclusiva dos órgãos do poder nacionais. O Vaticano apercebia-se perfeitamente que qualquer intervenção abertamente sua nos negócios internos da Polónia seria considerada, pela opinião pública mundial, como uma aberta intromissão.

Nessa altura, João Paulo II e os seus conselheiros conceberam uma estratégia alternativa. Tudo quanto estava a ser posto em causa na Polónia, desde os direitos e competências sindicais às liberdades religiosas, deixava de constituir matéria exclusiva das instituições polacas e transformava-se em questão universal de «Direitos do

Homem». Os cidadãos católicos polacos, livremente organizados em associações cívicas não-governamentais, de há muito existentes nos quadros do Socialismo, foram chamados a intervir activamente em defesa dos objectivos definidos pelo episcopado e pelo sindicato confessional «Solidariedade». Deste modo, a igreja católica polaca transformou-se em partido político informal. A luta seria travada, no futuro, entre o quadro de exigências apresentadas pelo movimento católico e o governo socialista no poder. A situação foi-se agravando, dia a dia.

Nessa altura, João Paulo II desferiu um verdadeiro «golpe de mestre».

Em teoria, uma coisa era a igreja nacional polaca, outra o Vaticano. A primeira, representava o conjunto da comunidade



católica no país, a Santa Sé tinha um âmbito universal. Ainda que pedra de topo do edifício eclesial, o Vaticano desenvolvia uma política global que o credenciava como Estado supranacional mas soberano. E reconhecia-se, com ou sem razão, que após o Concílio Vaticano II o poder central da igreja reconhecera uma crescente autonomia às igrejas particulares.

Então, unilateralmente, o Vaticano impôs-se como verdadeiro mediador na questão polaca. O que fora até ali debatido a dois, passou a sê-lo entre três forças representativas e ultrapassou as fronteiras nacionais. Os problemas internos da Polónia tinham passado a ser debatidos num âmbito triangular de lados profundamente desiguais, entre um Estado cujos poderes já eram minoritários e uma poderosa aliança que ligava o movimento católico polaco e o governo central do Vaticano.

Os resultados finais de todo este processo são sobejamente conhecidos. A tal ponto que esta forma de intervenção foi retumbante que as forças políticas que dominam a Santa Sé a repetirem nos restantes estados socialistas do Leste Europeu, já totalmente desorientados.

Mas o tempo foi passando e veio a verificar-se que o processo adoptado por João Paulo II não corresponde, em profundidade, a uma aparência tão evidentemente vitoriosa. A Polónia parece situar-se cada vez mais longe do projecto de igreja que o papa propõe, no mundo católico prosseguem os abandonos enquanto que, na Europa, o desaparecimento dos estados socialistas acabou por arrastar consigo a miséria e o sofrimento de milhões de seres humanos.

O Vaticano compreendeu que não basta elaborar sofisticadas estratégias de bastidor que apenas conduzam a situações de êxito ilusório. Importa ultrapassar as aquisições puramente imediatas e implantar, entre as bases tradicionais da sociedade, uma política realista que minimamente vá ao encontro das necessidades e das aspirações dos povos.

É este, aliás, o sentido da parte complementar do texto de que aqui propomos a leitura. Tem por base um estudo publicado por uma revista católica francesa que analisa um caso actual. Há estratégias de implantação fundamentalistas que continuam a alastrar, particularmente através das acções subtilmente desenvolvidas por poderosos movimentos de defesa da vida e dos direitos humanos, de instituições privadas de segurança social com fins não lucrativos, de organizações não governamentais, de grupos de cidadãos independentes, de grupos financeiros sem ligação aparente ao Vaticano, etc. A seu tempo, como na Polónia, esses núcleos irão previsivelmente receber uma direcção unificada e orientar-se-ão para um único objectivo principal de luta.

Deve notar-se que todo este esforço, predominantemente eclesástico, se desenvolve em aliança com os superiores interesses do grande capital mas não se identifica inteiramente com o capitalismo. Tanto o papa como parte da própria Opus Dei tentam utilizar os esquemas do liberalismo financeiro para mais rapidamente atingirem os objectivos propostos pela doutrina da igreja. Pensam que, a seu tempo, poderão vir a controlar as manifestações de lucro selvagem dos seus actuais aliados. Naturalmente, nada de mais utópico.

Também importa não fazer uma leitura exclusivamente fundamentalista do projecto defendido por João Paulo II e pelos seus conselheiros. O fundamentalismo puro impõe a retirada do crente do mundo e o seu enquistamento religioso. O conservadorismo implica a manutenção, a todo o custo, dos antigos valores e das relações que tradicionalmente os ligavam. O actual Vaticano deseja fazer progredir uma proposta social capaz de consolidar uma forte aliança entre essas duas interpretações eclesiais.

É com esta preocupação que João Paulo II nega que a doutrina social da igreja possa ser considerada como alternativa entre capitalismo e socialismo. A instituição católica pode vir a aliar-se, quer com uns, quer com outros, desde que essas alianças pontuais possam promover a expansão da área de intervenção religiosa, como passos necessários do complexo processo de edificação da «Nova Jerusalém», construção teocrática só possível de alcançar à custa de muita luta e de uma nova cristianização dos estados europeus. «Anunciar é sempre mais importante do que denunciar», escreveu João Paulo II na «Solicitação Rei Socialis». «O anúncio é o que confere à denúncia a força e a solidez da mais alta motivação.»

Pedro Ramos de Almeida

O Processo do Salazarismo

Pedro Ramos de Almeida
o Processo do Salazarismo
(Relatório sobre Portugal)



edições Avante! coleção DOSSIER

Preço: 945\$00

Neste livro poderá o leitor encontrar uma explicação muito completa da estrutura do fascismo português, uma breve cronologia dos mais importantes acontecimentos da luta antifascista até 1963, uma denúncia vigorosa da repressão fascista e da crueldade da guerra colonial, uma exposição sobre os interesses económicos que sustentavam o regime fascista e aos quais ele servia.

PONTOS CARDEAIS

O inquérito

Os tempos de antena da candidatura de Cavaco Silva saíram-se com um «inquérito» original: pegando em três fotografias a cores de Cavaco Silva, Mário Soares e Jorge Sampaio (curiosamente, a deste último era a única que se apresentava a meio corpo, enquanto as dos primeiros mostravam grandes planos dos rostos), iam perguntando aos transeuntes se conheciam aquelas personagens. A coisa seria idiota se não fosse o notável pormenor de tudo se passar no estrangeiro - Espanha, França, Inglaterra e por aí fora. As respostas eram uma

maravilha: toda a gente conhecia Cavaco Silva e Mário Soares e nem um único desgraçado identificou Jorge Sampaio! Estava assim demonstrado que Cavaco Silva - agora à boleia de Mário Soares - era o maior por francês e araganzas, ficando Jorge Sampaio esmagado no mais humilhante anonimato. O estratagema é revelador duma mentalidade - a mentalidade de quem, para ganhar, não só compra os árbitros, a assistência e o estádio como também amarra o adversário, não vá o diabo tecê-las. Corajoso à brava e sobretudo democrático. Realmente por que carga de água um francês, um inglês ou um espanhol haviam de

conhecer Jorge Sampaio, que tinham visto tanto na vida como haviam visto Cavaco Silva há 10 anos, quando chegou a primeiro-ministro de Portugal com aquela figura de manequim de subúrbio?

De qualquer modo, que a candidatura de Cavaco Silva não se preocupe. Não são os franceses, os ingleses ou os espanhóis que vão eleger o próximo Presidente da República Portuguesa. Somos nós, que não apenas conhecemos perfeitamente Jorge Sampaio, como topamos à léngua Cavaco Silva.

De ganho em ganho até à derrota final

Aliás, a candidatura de Cavaco Silva está a tornar-se perita em demonstrações de popularidade kaskianas. Primeiro foi a das fotografias no estrangeiro atrás referida, depois foi o próprio candidato de Boliqueime a demonstrar que era muito popular na Marinha Grande. Aquilo só visto: a praça Irmãos Stephens cheia de gente a apupá-lo e o homem em cima duma camioneta a gritar «Vamos ganhar! Vamos ganhar!» e quanto

mais subiam os apupos e os assobios, mais ele ganhava. De vitória em vitória, até à derrota final.

Direito de avô

Eurico de Melo, vetusto jogador de sueca na Área do Grande Porto, largou o jogo e as pantufas e foi deabalada até Braga para apoiar o candidato Silva. Subiu ao palco e após um vibrante discurso de patriarcal verborreia, garantiu que «o professor Cavaco Silva é um chefe de família exemplar e agora está ansioso por ter um netinho e está no seu direito!». Por quem é, carago! Então não há-de o homem estar no seu direito de ter um netinho?!... Tenha uma carrada deles e entretenha-se a chefiar exemplarmente a família, na companhia do sr. Eurico de Melo. Sejam avôs à vontade - não se armem é em pais da Pátria.

Dar liberdade...

Quem não sabe para onde se há-de virar é o PP de Manuel Monteiro. Primeiro foi o rumor de que o novel líder da extrema-direita ia apoiar Cavaco individualmente, depois foi o desmentido apressado e, finalmente, veio Cruz Abecasis à saída de uma reunião de quatro horas da direcção do PP-a dizer que tinham tomado uma decisão simples e clara: davam liberdade de voto aos seus militantes. Isto de «dar liberdade» é mesmo desta gente, que julga ter tudo no bolso - democracia, liberdade, razão, etc. - para distribuir à sua vontade e conforme as suas conveniências. De qualquer modo, demorar quatro horas para tomar uma decisão «simples e clara» parece-nos um bocado complicado e nebuloso...

... e usá-la

Entretanto quem já aproveitou a «liberdade» concedida foi Jorge Ferreira, dirigente PP, que se saiu com uma inspirada no *Diário de Notícias*, afirmando a propósito da novíssima luta de Cavaco Silva contra a concentração de poderes que, «ou Cavaco mentiu durante dez anos ou está a mentir agora». O mais natural é ter mentido sempre.

FRASES da SEMANA

“A candidatura do meu principal adversário tudo fez para abafar a minha voz.”

“(Cavaco Silva - «TSF», 07.01.96)

“A Cavaco só basta dramatizar, dramatizar, à moda de Pacheco Pereira.”

“(Marcelo Rebelo de Sousa - «Expresso», 06.01.96)

“Queríamos porrada, não queríamos?”

“(voz de Fátima Silva, repórter da RTP - 08.01.96)

“O professor Cavaco Silva é um chefe de família exemplar”, que, “agora, está ansioso por ter um netinho e está no seu direito”, um homem “que andou a estudar e não ia a folclóricas manifestações dos partidos políticos, porque o tempo não lhe sobrava para isso.”

“(Eurico de Melo, citado em «Público», 08.01.96)

“(Cavaco Silva) esteve sempre ao lado dos desprotegidos da sorte, os menos amparados e os deficientes. Só eles sabem o que ele fez pelos desamparados!”

“(idem)

“Fui presidente do PSD durante dez anos, e está aí uma obra à disposição de todos para a História julgar.”

“(Cavaco Silva - «Diário de Notícias», 04.01.96)

“A maioria do nosso povo imporá à candidatura de Cavaco Silva, à candidatura revanchista da direita, uma efectiva e inapelável derrota.”

“(Jerónimo de Sousa, na *Incrível Almadense*, citado em «Público», 08.01.96)

“Decidiremos autonomamente pela nossa cabeça. Não andamos a reboque de ninguém.”

“(Carlos Carvalhas, idem)

“Milagre dos milagres, a SIC também lá esteve (na *Incrível Almadense*), a fazer companhia à RTP e à TVI. Terá a inspiração cristã chegado também à Estrada da Outurela?”

“(Duarte Moral - «Público», 08.01.96)

“(Cavaco Silva é um) candidato que tudo faz para esconder o que é e parecer o que não é, só para enganar os eleitores.”

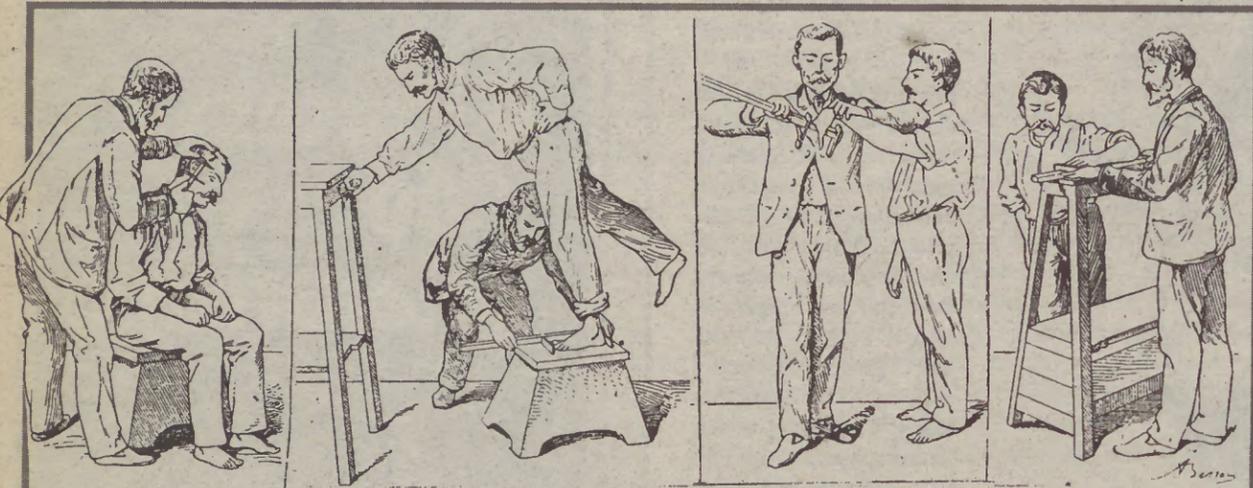
“(Jerónimo de Sousa, citado em «Público», 10.01.96)

“Um homem que viveu a ditadura como professor universitário e não reparou que os seus colegas e alunos eram presos (...) não pode ser Presidente da República.”

“(Fernando Rosas, citado em «Expresso», 06.01.96)

“Os tempos são exigentes na economia, no emprego, na protecção social, e são para unir os portugueses. E não é capaz de unir os portugueses quem só os soube dividir.”

“(Jorge Sampaio - «Diário de Notícias», 05.01.96)



PONTOS NATURAIS

Conversando

Dois velhotes conversavam à mesa do café. A mesa ficava perto da janela. Através dos vidros via-se a chuva caindo, caindo.

Falavam das eleições.

– Cavaco é muito conhecido... – dizia um, apreensivo.

– Tanto pior para ele – respondeu o companheiro, bebendo mais um gole da sua bica.

Visual

Discutindo o visual um amigo a outro – um macaco!

– Como é que tu – inquiria – gostavas de ver Cavaco?

– Gostava de o ver – tornava com palavras bem compostas o outro, de riso à solta – Gostava de o ver... pelas costas.

– Ná! – respondeu-me – Ná!

Se mandei o Cavaco pela porta não me torne ele cá pela janela...

Solidão

Cavaco na televisão. À beira-mar. Na praia imensa. Ele só. A imagem perfeita do total abandono.

– Eu quero estar com os portugueses! – diria mais tarde.

Mas a realidade tinha mostrado já que os portugueses é que não querem estar com ele.

O bolo

Trazem-lhe o bolo-rei uma imensa fatia bestial (eu sei porque a TV mostrou) agarrou a fatia bestial os dentes finca nela morde esfacela trinca como se aquilo fosse Portugal.

TV, pudica e franca, devias pôr ali bolinha branca!

O homem solidário

– Quero o progresso como ninguém!

Champallimaud – Muito bem! Darei benefícios em todo o lado!

Espírito Santo – Apoiado! Quero dar justiça quero dar confiança!

Salvador Caetano – Avança, avança! Quero seguir no pelotão da frente!

Mello – E eu todo contente! Viva o país que comigo vai!

Belmiro de Azevedo – E viva a Sonae!

Coro: Este é um bom companheiro. Por nós faz tudo o que faz. Viva este rapaz! Viva o nosso dinheiro!

... e assim se vê, na realidade, o valor da solidariedade.

Mário Castrius

LUÍS SÁ
**O Lugar
 da Assembleia
 da República
 no Sistema Político**

CAMINHO
 colecção universitária

A afirmação de que se verifica uma crise dos parlamentos e um declínio do parlamentarismo é muito frequente. Apontam-se como causas a perda do protagonismo dos deputados para os partidos, a disciplina partidária, em particular das maiorias de apoio aos governos, a influência dos grupos de pressão, a integração comunitária, a concorrência da comunicação social, os sistemas eleitorais, as tendências governamentalizadoras, as condições deficientes de trabalho, o antiparlamentarismo mais ou menos recorrente, etc. Este estudo parte do princípio de que não basta falar em crise do parlamentarismo e enumerar em abstracto causas. Importa analisar os fenómenos com base nos dados concretos, para verificar em que medida existe a crise, em que se traduz, e, em resumo, qual é o lugar da Assembleia da República no sistema político português.

Preço: 4.998\$00

Desejo receber o livro **O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político**, de Luís Sá, à cobrança acrescido de despesas de porte.

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____ Telef. _____

Enviar para: Edições «Avante!», SA,
 Al. St. António dos Capuchos, 6-B, 1100 Lisboa

Encontro Distrital de Setúbal da JCP

sob o lema

«Romper a Indiferença, Lutar por Ideais»

Domingo, 21, a partir das 10h30

Clube Recreativo da Cruz de Pau

(Seixal)



Encontro Distrital de Évora do PCP

- **Reuniões Preparatórias**

Sexta-feira, 12

- Distribuição de documentos na Esc. Preparatória de Mourão

- Plenário de militantes de Arraiolos

- Debate-convívio em Évora sobre o envio de tropas para a Bósnia

Segunda-feira, 15

- Plenário de militantes da JCP de Montemor-o-Novo

Quarta-feira, 17

- Plenário de militantes de Estremoz

- Plenário de militantes de Vendas Novas

Quinta-feira, 18 de Janeiro

- Distribuição de documentos na Esc. Sec. de Montemor-o-Novo

Plenários de militantes sobre a situação política e Eleições para a Presidência da República

PÓVOA DE VARZIM

Reunião plenária de membros do PCP da Organização de Póvoa de Varzim sexta-feira, 12 de Janeiro, às 21h30, no CT do PCP



MATOSINHOS

S. MAMEDE DE INFESTA

Hoje, quinta-feira, às 21h30, no Centro de Trabalho de S. Mamede de Infesta, com a participação do camarada Serafim Brás.

CUSTÓIAS

Hoje, quinta-feira, às 21h30, no Centro de Trabalho local, com a participação do camarada Valdemar Madureira.

SENHORA DA HORA

Sexta-feira, dia 12, às 21h30, no Centro de Trabalho local, com a participação do camarada Serafim Brás.

MATOSINHOS

Sexta-feira, dia 12, às 21h30, no Centro de Trabalho local, com a participação do camarada José Maria.



TEATRO

COMUNA
Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **AQUI!**, de Michael Frayn, encenação de Alfredo Brissos.

ESTRELA 60
Lisboa, R. Sto. António à Estrela, 60. Tel. 3953289. 6ª e sáb. às 22.00, dom. às 17.00. **MÃO CHEIA DE NADA**, de Irene Lisboa, encenação de João Brites.

TEATRO ABC
Lisboa, Pq. Mayer. Tel. 3462001. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **AMAR LISBOA** (Revista à Portuguesa).

TEATRO DO BAIRRO ALTO
Lisboa, R. Ten. Raúl Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **SPLENDID'S**, de Jean Genet, encenação de Luís Miguel Cintra.

TEATRO CINEARTE
Lisboa, Lg. de Santos. Tel. 3965360. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17h. **PARABÊNS A VOCÊ**, texto e encenação de Helder Costa, por A Barraca; de 5ª a sáb. às 23h. **MARLY - A VAMPIRA DE OURINHOS**, de Carlos Queirós Teles, encenação e interpretação de Maria do Céu Guerra.

TEATRO DA MALAPOSTA
Odivelas, R. de Angola (Olival Basto). Tel. 9388407. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **UMA LIÇÃO DE ALOÉS**, de Athol Fugard, encenação de José Peixoto.

TEATRO MARIA MATOS
Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. De 5ª a dom. às 22.00. **SALAZAR - DEUS, PÁTRIA,**

MARIA, de Maria do Céu Ricardo, encenação de Miguel Abreu. - Sábados, domingos e feriados, às 16.00: **ALIBABÁ E OS QUARENTA LADRÕES**, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA
Almada, R. Conde Ferreira. Tel. 2752175. Dias 4, 5, 6 e 11, 12, 13. **GUERREIRO**, de João Garcia Miguel, pelo Grupo O Olho.

TEATRO MUNICIPAL SÁ DE MIRANDA
Viana do Castelo, R. Sá de Miranda. Tel. 823259. De 3ª a sáb. às 21.30. **A ILUSTRE CASA DE RAMIRES**, de António Torrado, inspirado no romance de Eça de Queirós, encenação de Jorge Castro Guedes, pelo Teatro do Nordeste.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ
Lisboa, R. Ant. Maria Cardoso. Tel. 3471279. À 6ª, sáb. e 2ª às 21.45, dom. às 17.00. **UMA COMÉDIA À ESCURAS**, de Peter Shaffer, encenação de Mário Viegas, pela Companhia Teatral do Chiado.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II
Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O CAMINHO PARA MECA**, de Athol Fugard, encenação de João Lourenço.

TEATRO DA TRINDADE
Lisboa, Largo da Trindade. Tel. 3423200. De 4ª a sáb. às 19.15. **CHUVA**, adaptação de um texto de Somerset Maugham, encenação de Carlos Piecho.

PALAVRAS CRUZADAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1														
2														
3														
4														
5														
6														
7														
8														
9														
10														
11														
12														
13														

HORIZONTAIS: 1 - Autor duma epopeia; aquele que vende ervas medicinais. 2 - Ramagem; certa; ver-sejar. 3 - Ozono; lamentos; ilha do Dodecaneso no mar Egeu. 4 - Decifram; macacos nocturnos da América Tropical; Césio (s.q.). 5 - Ciste; língua falada outrora a Sul de Loire; espaço de tempo; mediana. 6 - Possui; discursai; nota musical. 7 - Dirigir-se; habitante de Trás-os-Montes. 8 - Tumor mole entre a pele e o osso das bestas; cidade argelina; forma reductiva de José. 9 - Sem nada dentro; art. árabe; período histórico; claridade. 10 - Acolá; essência; nota musical. 11 - Parte fronteira das igrejas; panela; lavra. 12 - Repare; amarro; fazer descer. 13 - Ocidente; o que trabalha em arame. (pl.).

VERTICAIS: 1 - Herdade limitada por marcos (pl.); marido da tia; templo antigo onde se prestava culto às divindades do paganismo. 2 - Concórdia; serviçal; documento (abrev.). 3 - Sacrificam derramando sangue; acarreta. 4 - Canela da perna do cavalo; liliácea de cujas folhas se extrai uma resina purgativa. 5 - Vogais de leal; rezo; estás. 6 - Habitaram. 7 - Ave corredora australiana; macho e fêmea; base aérea. 8 - Fronteira; o mais fundo; impulso. 9 - Ruído; nome de mulher. 10 - Aspecto; meiguice; antemeridiano (abrev.). 11 - Porções diminutas; banquete. 12 - Patrões; executa; rezei. 13 - Chefe etíope; forma popular de Manuel; rio da Suíça. 14 - Caminhar; Cério (s.q.); a unidade; letra grega. 15 - Trajam; azedume do estômago.

SOLUÇÃO DO N.º ANTERIOR

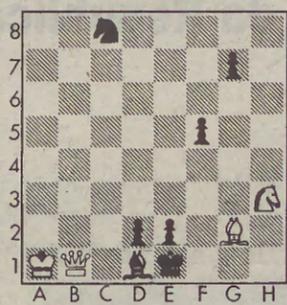
HORIZONTAIS: 1 - Minerva; Júpiter. 2 - Acusei; Mérida. 3 - Rol; idiomAs; nem. 4 - Anos; arras; sama. 5 - Be; a.m.; até; cá; ai. 6 - Elar; bato. 7 - Gritem; matura. 8 - Anos; rara. 9 - Ré; as; fel; in; pá. 10 - Avós; rimar; opôr. 11 - Gim; domaras; ida. 12 - Atados; saioio. 13 - Moraram; tãmaras.

VERTICAIS: 1 - Marabu; tragam. 2 - Icone; evito. 3 - Nulo; era; Omar. 4 - És; salinas; dá. 5 - Rei; matos; dor. 6 - Vida; rés; rosa. 7 - Ira; fim. 8 - Corte; lemas. 9 - Mãe; lar. 10 - Umas; bar; rãsa. 11 - Pés; catai; Sam. 12 - Ir; Saturno; lá. 13 - Tina; ola; pior. 14 - Edema; podia. 15 - Ramais; fãraós.

XADREZ

DXLIV - 11 DE JANEIRO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996X001
Por: SAMUEL LOYD (SAM LOYD)
45, Cincinnati Dispatch, 1858

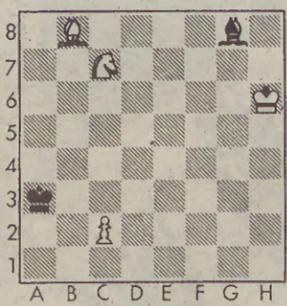
Pr.: [7]: Ps. d2, e2, f5, g7 - Cç8 - Bd1 - Rê1
Br.: [4]: Ch3 - Bg2 - Bg2 - Db1 - Ra1



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1996X002
Por: JINDRICH FRITZ
Revista Romina de Sah, 1939

Pr.: [2]: Bg8 - Ra3
Br.: [4]: Pç2 - Cç7 - Bb8 - Rh6



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º DXLIV

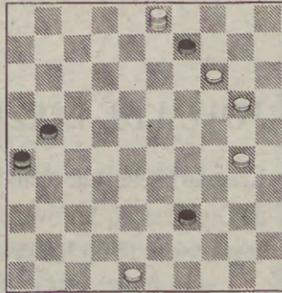
Nº 1996X001 [S. L.]: 1. Ba8!, g5; 2. Db7, ~; 3. Dh1! # Se: 1. ..., f4/Rf1/Cd6; 2. Dg6/D:f5+Db6 ... #
Nº 1996X002 [J.F.]: 1. Rg7!, Ba2; 2. ç3!, Rb2; 3. Cb5, Bç4; 4. Bè5!, B:b5; 5. ç4 + !! e.g.

A. de M. M.

DAMAS

DXLIV - 11 DE JANEIRO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996D001
Por: HENRI CHILAND
França, 1968

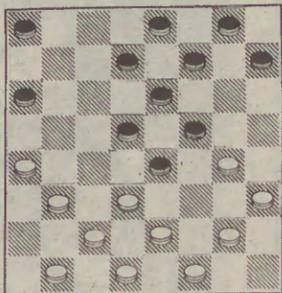
Pr.: [4]: 9-21-(26)-39
Br.: [5]: (3)-14-20-30-48



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1996D002
GOLPE Nº 153
Por: Dr. Orlando Augusto Lopes
Lisboa, 1951

Fonte: Enciclopédia Damista, Fafe
1. 10-14, 23-19; 2. 14-23, 28-19; 3. 19-13, 21-18; 4. 5-9, 27-23; 5. 12-16, 19-14; 6. 8-12, 23-19; 7. 1-5; 31-27 Diagrama
{Pr. [11]: 14-18-19-22-24-25-26-27-29-30-32
Br. [11]: 2-3-4-5-6-7-9-11-12-13-16 Br. +}



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º DXLIV

Nº 1996D001 [H. Ch.]: 1. 48-43!, (39x48-D); 2. 3-12, (48x25); 3. 14x3-D, (25x14/9); 4. 3x25, (26-48); 5. 12x26 + Se: 4. ..., (21-27); 5. 25-3 ... +
Nº 1996D002 [Dr. O.A.L.]: 8. 12-15, 19; 12; 9. 16-20, 24; 15; 10. 7; 16, 14; 7; 11. 3; 19, 22; 15; 12. 13; 31 - D

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 11

Miss Daisy
«Driving Miss Daisy» (EUA/1989). Real.: Bruce Beresford. Int.: Jessica Tandy, Morgan Freeman, Dan Akyroyd, Patti LuPone. Cor, 94 min. Ver Destaque. (22.00, TV1)

Fim-de-Semana de Gritos
«Bons Baisers... A Lundi» (Fr./1974). Real.: Michel Audiard. Int.: Jean Carmet, Bernard Blier, Maria Pacôme, Evelyne Buyle. Cor, 90 min. Comédia. (22.50, TV2)

A Noiva Quase Perfeita
«The Perfect Bride» (EUA/1991). Real.: Terrence O'Hara. Int.: Sammi Davis, Kelly Preston, Linden Ashby, Marilyn Rockafellow, Ashley Tillman. Cor, 94 min. «Thriller» / Telefilme. (01.50, Canal 1)

SEXTA, 12

César
«César» (Fr./1936). Real.: Marcel Pagnol. Int.: Raimu, Pierre Fresnay, Fernand Charpin, Orane Demazis, André Fouché. P/B, 133 min. Ver Destaque. (00.00, TV 2)

Confissões do Mal
«Confessions: Two Faces of Evil» (EUA/1993). Real.: Gilbert Cates. Int.: Jason Bateman, James Wilder, James Earl Jones, Ayge Gross, William Converse Roberts. Cor, 89 min. Policial. (00.15, TV1)

Louco Por Ti
«Vision Quest» (EUA/1985). Real.: Harold Becker. Int.: Matthew Modine, Linda Fiorentino, Michael Schoeffling, Ronny Cox, Harold Sylvester, Roberts Blossom. Cor, 105 min. Desporto. (02.20, Canal 1)

SÁBADO, 13

A Primavera Virá, Bandini
«Wait Until Spring, Bandini» (Bélg./Fr./It./EUA/1989). Real.: Dominique Deruddere. Int.: Burt Young, Renata Vanni, Joe Mantegna, Ornella Mutti, Faye Dunaway. Cor, 100 min. Drama. (16.30, Canal 1)

O Agente Secreto 007
«Dr. No» (Gr.Br./1962). Real.: Terence Young. Int.: Sean Connery, Ursula Andress, Joseph Wiseman, Jack Lord, Bernard Lee, Lois Maxwell. Cor, 107 min. Ver Destaque. (16.30, SIC)

Confia em Mim
«Lean On Me» (EUA/1989). Real.: John G. Avildsen. Int.: Morgan Freeman, Beverly Todd, Robert Guillaume, Alen North. Cor, 104 min. Drama / Biográfico. (17.35, TV1)

Cinco Dias, Um Verão
«Five Days, One Summer» (EUA/1981). Real.: Fred Zinnemann. Int.: Sean Connery, Betsy Brantley, Lambert Wilson. Cor, 103 min. Ver Destaque. (18.50, TV 2)

Lilith e o seu Destino
«Lilith» (EUA/1964). Real.: Robert Rossen. Int.: Warren Beatty, Jean Seberg, Peter Fonda, Kim Hunter, Jessica Walter, Gene Hackman. Cor, 110 min. Ver Destaque. (00.50, TV1)

Sem Aviso: A História de James Brady
«Without Warning: The James Brady Story» (EUA/1992). Real.: Michael Toshiyuki Uno. Int.: Beau Bridges, Joan Allen, Bryan Clark, Steve Flynn. Cor, 90 min. Ver Destaque. (01.30, Canal 1)

Homem de Acção
«Action Jackson» (EUA/1988). Real.: Craig R. Baxley. Int.: Carl Weathers, Craig T. Nelson, Vanity, Sharon Stone, Thomas F. Wilson, Bill Duke. Acção. (01.30, SIC)

Barton Fink
«Barton Fink» (EUA/1991). Real.: Joel Cohen. Int.: John Torturro, John Goodman, Judy Davis, Michael Lerner, John Mahoney, Tony Shalhoud. Cor, 111 min. Ver Destaque. (01.40, TV 2)

Os Voluntários

«First to Fight» (EUA/1967). Real.: Christian Nyby. Int.: Chad Everett, Marilyn Devlin, Dean Jagger, Bobby Troup, Claude Akins, Gene Hackman. Cor, 97 min. Guerra. (02.55, Canal 1)

DOMINGO, 14

Duas Mulheres, Dois Destinos
«Young Man With a Trumpet» (EUA/1949). Real.: Michael Curtiz. Int.: Kirk Douglas, Lauren Bacall, Doris Day, Hoagy Carmichael. P/B, 108 min. Ver Destaque. (17.00, TV 2)

A Caminho de Santa Fé
«Santa Fe Trail» (EUA/1940). Real.: Michael Curtiz. Int.: Errol Flynn, Olivia De Havilland, Raymond Massey, Ronald Reagan, Van Heflin. P/B, 110 min. «Western». (19.20, TV 2)

Despertares
«Awakenings» (EUA/1990). Real.: Penny Marshall. Int.: Robert DeNiro, Robin Williams, Julie Kavner, Ruth Nelson, John Heard. Cor, 114 min. Ver Destaque. (23.00, TV1)

Os Fantasmas Divertem-se
«Beetlejuice» (EUA/1988). Real.: Tim Burton. Int.: Alec Baldwin, Geena Davis, Annie McEnroe, Maurice Page, Hugo Stanger, Michael Keaton. Cor, 90 min. Ver Destaque. (23.05, TV 2)

O Anjo das Sombras
«The Guardian» (EUA/1990). Real.: William Friedkin. Int.: Jenny Seagrove, Dwier Brown, Carey Lowell, Brad Hall, Miguel Ferrer, Natalia Nogulich. Cor, 90 min. Terror. (23.50, SIC)

SEGUNDA, 15

Instinto Criminoso
«Criminal Behavior» (EUA/1992). Real.: Michael Miller. Int.: Farrah Fawcett, A. Martinez, Dakin Matthews, John Hancock, Andrew Robinson. Cor, 88 min. Ver Destaque. (22.00, TV1)

Na Pele de uma Loira
«Switch» (EUA/1991). Real.: Blake Edwards. Int.: Ellen Barkin, Jimmy Smits, JoBeth Williams, Lorraine Bracco, Tony Roberts, Perry King. Cor, 110 min. Comédia. (22.50, SIC)

O Vale de Gwangi
«Valley of Gwangi» (EUA/1969). Real.: James O'Connolly. Int.: James Franciscus, Gila Golan, Richard Carlson, Laurence Naismith. Cor, 95 min. Fantástico / Terror. (00.45, Canal 1)

TERÇA, 16

Passado Aterrorador
«The Fifth Corner» (EUA/1992). Real.: John Herzfeld. Int.: Alex McArt, Kim Delaney, Julia Nickson-Soul, Christoph M. Ohrt. Cor, 88 min. Drama. (22.00, TV1)

O Caos na Família
«Folks!» (EUA/1992). Real.: Ted Kotcheff. Int.: Anne Jackson, Christine Ebersole, Wendy Crewson, Robert Pastorelli, Michael Murphy, Tom Selleck. Cor, 107 min. Comédia. (22.10, Canal 1)

Morte no Vaticano
(It./1982). Int.: Terence Stamp, Paula Molina, Fabrizio Bertivoglio. (01.05, Canal 1)

QUARTA, 17

O Rapto
(EUA). Real.: Michael Apted. Int.: Stacy Keach, David Hemmings, Stephen Boyd. Cor, 120 min. (00.30, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



À venda
o 1º número de 1996
preço 200\$00

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 11

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Táxi
09.35 O Show de John Larroquette
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Império de Cristal
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.20 Vizinhos
16.10 Infantil/Juvenil
17.25 Os Dias Úteis
18.25 Pantanal
19.10 Lotaria Nacional
19.15 Golo!
19.45 Presidenciais 96
20.00 Telejornal
20.50 Roseira Brava
21.40 A Idade da Loba
22.15 Tudo pelos Outros
23.05 Malta Gira
00.10 Murphy Brown
00.45 24 Horas
01.15 Remate
01.30 Automobilismo: Rally Granada-Dakar
01.50 A Noiva Quase Perfeita (ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.30 Desporto - Atletismo
17.35 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá
19.00 Musical: "Nina Simone"
20.05 Uma Vida Perigosa
21.05 Dinheiro em Caixa
21.30 Remate
21.45 Presidenciais 96
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Fim-de-Semana de Gritos (ver «Filmes na TV»)
00.20 Ver Artes

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite

Sexta, 12

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Táxi
09.35 O Show de John Larroquette
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Império de Cristal
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.20 Vizinhos
16.10 Infantil/Juvenil
17.25 Dias Úteis
18.20 Pantanal
19.15 Golo!
19.45 Presidenciais 96
20.00 Telejornal
20.45 Futebol: Salgueiros-Benfica
22.50 Roseira Brava
23.40 A Idade da Loba
00.05 Quem É o Quê?
01.15 24 Horas
01.45 Remate
02.00 Rally Granada-Dakar
02.20 Louco por Ti (ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.30 Motociclismo
17.35 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá
19.10 Artes e Letras: «Cinema Europe: The Other Hollywood» (V)
20.10 Irmãs
21.00 Máquinas
21.30 Remate
21.45 Presidenciais 96
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Actual - Reportagem
24.00 César (ver «Filmes na TV»)

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.55 Os Malucos do Riso

Sábado, 13

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
10.55 Clube Disney
12.25 Cybermaster
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Top +
14.15 Jornal Jovem
14.50 Polícias do Futuro
15.40 Uma História Amarga
16.30 A Primavera Virá, Bandini (ver «Filmes na TV»)
18.10 Pantanal
19.00 Clube dos Totalistas
20.00 Telejornal
20.45 Futebol: Sporting-Porto
22.45 Parabéns
00.55 24 Horas
01.30 Sem Aviso: A História de James Brady (ver «Filmes na TV»)
02.55 Os Voluntários (ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 Universidade Aberta
12.10 Forum Musical
13.00 Euronews
14.00 Jornada na Dois
18.00 Para Além do Ano 2000
18.50 Cinco Dias, Um Verão (ver «Filmes na TV»)
21.00 Trio de Quatro
22.00 TV2 Jornal
22.35 Concerto: «Juan Manuel Serrat»
00.50 Rally Granada-Dakar
01.05 Tribunal de Polícia
01.40 Barton Fink (ver «Filmes na TV»)

SIC

09.00 Buéréré
12.30 Portugal Radical
13.00 National Geographic
14.00 Top Sic
15.30 Dra. Quinn
16.30 Agente Secreto 007
18.45 Futebol: Belenenses-Boavista
20.00 Jornal da Noite
21.10 História de Amor
22.20 Big Show Sic
01.15 Último Jornal
01.30 Homem de Acção (ver «Filmes na TV»)

TVI

10.00 Animação
11.30 As Histórias mais Bonitas
12.00 Visto Isto
12.30 Novos Ventos

Domingo, 14

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Made In Portugal
14.10 86-60-86
14.40 Polícias do Futuro
15.40 Homens do Rio Snowy
16.35 Robocop
17.30 Casa Cheia
18.30 Especial Presidenciais 96
00.05 Paixões
00.55 No Calor da Noite

TV 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.25 Documentário
11.50 Regiões
12.50 Vida por Vida
13.05 Euronews
14.00 Golo Europa
14.30 Jornada Desportiva
17.00 Duas Mulheres, Dois Destinos (ver «Filmes na TV»)
18.50 O Homem e a Cidade
19.20 A Caminho de Santa Fé (ver «Filmes na TV»)
21.15 Os Mistérios da Bíblia
22.00 TV2 Jornal
22.35 Os Malucos do Ar
23.05 Os Fantasmas Divertem-se

SIC

09.00 Buéréré
13.00 Vida Selvagem
14.00 Internacional Sic
14.30 O Guarda-Costas
15.30 Walker, o Ranger do Texas
16.30 Chuva de Estrelas (ver «Filmes na TV»)
17.30 Eleições Presidenciais
23.35 Último Jornal

Segunda, 15

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Táxi
09.35 O Show de John Larroquette
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Império de Cristal
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.20 Vizinhos
16.10 Infantil/Juvenil
17.25 Dias Úteis
18.20 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.45 Roseira Brava
21.45 Noite de Reis
23.15 Orgulho e Preconceito
00.15 24 Horas
00.30 Remate
00.45 Longa Metragem

TV 2

16.30 A Casa do Caçador
17.30 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá
19.20 As Grandes Batalhas da 2ª Guerra Mundial
20.15 Condorcut
21.00 À Roda do Mundo
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Segunda Parte
00.30 Musical - Beat Special IV

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal

Terça, 16

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Táxi
09.30 O Show de John Larroquette
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Império de Cristal
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.20 Vizinhos
16.10 Infantil/Juvenil
17.25 Dias Úteis
18.20 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.45 Roseira Brava
21.30 A Mulher do Sr. Ministro
22.05 Caos na Família (ver «Filmes na TV»)
23.45 24 Horas
00.15 Remate
00.35 Morte no Vaticano (ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.40 Golo Europa
17.30 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá
19.10 Terra X
20.00 Programa Discovery
21.15 Lendas e Narrativas
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.50 Teatro: «Reflexos de Fogo»
00.45 A Par e Passo

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia

Quarta, 17

CANAL 1

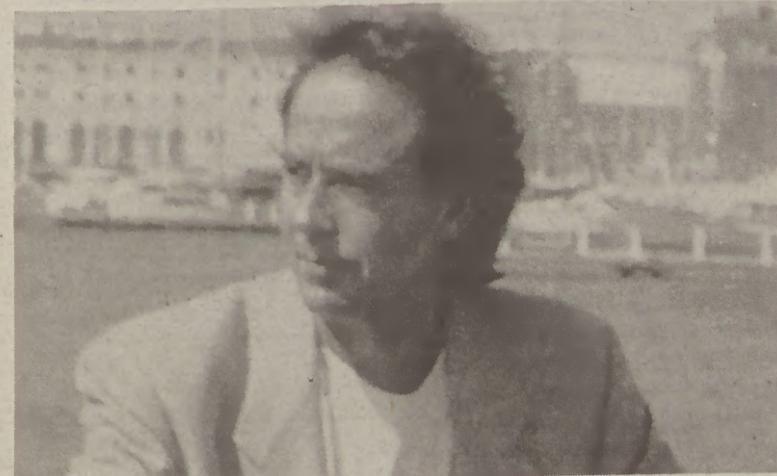
08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Táxi
09.30 O Show de John Larroquette
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Império de Cristal
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.20 Vizinhos
16.10 Infantil/Juvenil
17.25 Dias Úteis
18.20 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.45 Roseira Brava
21.30 Nico d' Obra
22.00 Prova Oral
23.45 24 Horas
00.15 Remate
00.30 O Rapto (ver «Filmes na TV»)
02.50 Longa Metragem

TV 2

16.30 Rua Sésamo
17.05 Um, Dó, Li, Tá
18.00 Desafios
18.35 Desporto - Andebol
20.15 Irei para Longe
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 O Mundo de Audubon
23.45 Marginalidades

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal



Juan Manuel Serrat, o catalão que continua a cantar a liberdade: sábado à noite na TV2

20.45 Os Trapalhões
21.20 A Próxima Vítima
22.20 Surprise Show
23.25 A Noite da Má Língua
00.45 Último Jornal
01.00 No Fim do Mundo

TVI

10.00 Jornal do Mundo
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 África Nossa
15.00 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Notícias
17.45 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 O Justiciero
21.40 Campanha Eleitoral
22.00 Miss Daisy (ver «Filmes na TV»)
23.45 TVI Jornal
00.15 Diário de Campanha
00.30 Rua Jump, 21

21.35 A Próxima Vítima
22.35 Luna Parque
00.35 Os Donos da Bola
01.50 Último Jornal
02.05 Playboy

TVI

10.00 Caixa de Perguntas
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.35 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.50 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Babylon 5
21.30 Fora de Jogo
21.40 Campanha Eleitoral
22.00 Diário de Campanha Especial
23.30 Grande Plano
00.05 Últimas Notícias
00.20 Confissões do Mal (ver «Filmes na TV»)

13.00 Jornal da Uma
13.25 Contra-Ataque
15.00 A Hora do Recreio
16.00 A Grande Aposta
17.35 Confiar em Mim (ver «Filmes na TV»)
19.30 Telejornal
20.10 Feita à Medida
20.50 Diagnóstico: Crime
22.00 Picket Fences
23.00 Campeonato Espanhol de Futebol
00.50 Lillith e o Seu Destino (ver «Filmes na TV»)

23.50 O Anjo das Sombras (ver «Filmes na TV»)

TVI

10.00 Clube da Manhã
11.00 O 8º Dia
12.00 Missa
13.30 Portugal Português
15.00 Jornal do País
15.40 Olho Popular
17.45 Especial Eleições
23.00 Despertares (ver «Filmes na TV»)

13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.50 A Próxima Vítima + Explode Coração
22.00 Ponto de Encontro
22.50 Na Pele de Uma Loira (ver «Filmes na TV»)
01.05 Último Jornal
01.20 Flash Back

TVI

10.00 Novos Ventos
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.35 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.50 A Fúria do Destino
18.35 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 O Justiciero
21.30 Fora de Jogo
21.40 Campanha Eleitoral
22.00 Instinto Criminoso (ver «Filmes na TV»)
23.45 TVI Jornal + Primeira Fila
00.50 Portugal Português

12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.30 Camilo & Filho, Lda.
21.00 A Próxima Vítima + Explode Coração
22.10 Não Se Esqueça da Escova de Dentes
23.35 Cross Fire
00.35 Último Jornal
00.50 No Fim do Mundo

TVI

10.00 Animais em Acção
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai Aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 África Nossa
15.35 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Notícias
17.50 A Fúria do Destino
18.35 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 O Justiciero
21.30 Fora de Jogo
22.00 Passado Aterrador (ver «Filmes na TV»)
23.45 TVI Jornal
00.15 Jornal de Negócios
00.50 Rua Jump, 21

13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.55 Barba e Cabelo
21.25 A Próxima Vítima + Explode Coração
22.35 Casos de Polícia
23.35 Minas e Armadilhas
00.50 Último Jornal
01.00 Toda a Verdade - «Hiroshima»

TVI

10.00 O 8º Dia
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai Aos Seus...
14.15 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.35 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Notícias
17.50 A Fúria do Destino
18.35 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 O Justiciero
21.45 Fora de Jogo
22.00 Models
24.00 TVI Jornal
00.30 Jornal do Mundo
01.00 Rua Jump, 21



«Reflexos de Fogo», a peça da norte-americana Anna Deavere Smith, aplaudida pelo público e pela crítica: terça-feira na TV2



«Irei para Longe», na TV2, uma série que tem por cenário a luta contra a segregação racial e os direitos civis nos EUA: último episódio quarta-feira

Por isto e por aquilo...

Miss Daisy (Quinta, 22.00, TVI)

Óscares para a Melhor Fotografia, Actriz Principal, Argumento e Caracterização, *Miss Daisy* foi, certamente um dos maiores êxitos cinematográficos de 1989 - embora, entre nós, a continuada repetição da sua transmissão nas nossas televisões se arrisque a banalizá-lo. Recorde-se, mais uma vez, que a realização cuidada do realizador australiano **Bruce Beresford** nos dá a conhecer a evolução das relações, no espaço de duas décadas, entre uma velha senhora e o seu motorista negro, o qual acaba por ser o seu melhor confidente e companheiro, no ambiente repressivo e racista da grande burguesia do Sul dos Estados Unidos. Aos oitenta anos de idade, **Jessica Tandy** arranca aqui uma das suas melhores interpretações (que lhe valeu o Óscar para a Actriz Principal) mas o actor negro **Morgan Freeman** não deixa de ser igualmente impressionante, tendo sido até contemplado com a nomeação para o mesmo galardão masculino.

César (Sexta, 00.00, TV 2)

Apesar dos diálogos, como sempre tocados pelo colorido e pela humanidade, este terceiro filme da trilogia de **Marcel Pagnol** (e primeiro realizado por este) resulta bem mais sofrível do ponto de vista técnico que os dois anteriores, já transmitidos pela TV 2, embora **Raimu**, **Orane Demazis** e **Pierre Fresnay** continuem a constituir os seus melhores trunfos, como intérpretes dos principais papéis.

O Agente Secreto 007 (Sábado, 16.30, SIC)

Primeiro exemplar (há muito ausente dos ecrãs televisivos) da série de aventuras do agente secreto de Sua Majestade, só por essa razão



John Torturro e John Goodman, num fotograma de «*Barton Fink*», um filme dos irmãos **Ethan e Joel Cohen**

aqui é destacado, pois já toda a gente sabe de cor as peripécias vividas por **Sean Connery** (ainda e sempre o melhor *Bond*) ao confrontar-se com o terrível *Dr. No* na tentativa, naturalmente coroada de êxito, de impedir de sabotar por completo experiências balísticas secretas americanas...

Cinco Dias, Um Verão (Sábado, 18.50, TV 2)

Durante umas férias de Verão nos Alpes suíços, **Douglas Meredith** e a sua jovem sobrinha **Kate** conhecem um jovem guia da montanha, **Johann**, por quem aquela se sente atraída a ponto de decidir não regressar a Inglaterra. Mas os dois homens fazem uma última subida às montanhas, uma subida trágica, de que resulta a morte de **Johann**... Um melodrama típico, ao que parece não muito bem resolvido por **Fred Zinnemann** na realização mas com uma esplendorosa fotografia de **Giuseppe Rotunno**.

Lilith e o seu Destino (Sábado, 00.50, TVI)

Um jovem médico apaixonado-se por uma das pacientes de um asilo mas, à medida que o contacto se reforça, é aquele que progressivamente é atacado pela loucura, a ponto de provocar verdadeiras catástrofes. Um filme dramático e apaixonante - último realizado por um excelente cineasta, **Robert Rossen** - mas cuja recepção na Europa foi bem mais acolhedora do que nos EUA.

Sem Aviso: A História de James Brady

(Sábado, 01.30, Canal 1)

Adaptação à televisão do romance *Thumbs Up* de **Mollie Dickerson**, este telefilme (que as referências distinguem da mediania habitual neste campo, em particular pela qualidade do argumento, escrito pelo dramaturgo britânico **Ro-**

bert Bolt) debruça-se sobre a odisseia de **James Brady**, secretário de imprensa de **Ronald Reagan**, gravemente ferido quando, servindo de escudo ao então Presidente dos EUA, frustrou o atentado contra ele perpetrado em 1981. Excelente interpretado por **Beau Bridges**, diz-se que o filme constituiu um influente e positivo elemento, essencial durante a discussão no Congresso da lei sobre a venda de armas.

Barton Fink

(Sábado, 01.40, TV 2)

Escrito pelos irmãos **Ethan e Joel Cohen** (e realizado por este último), o filme debruça-se sobre a trajetória de **Barton Fink**, um escritor e intelectual de esquerda que, atraído pelo dinheiro fácil, aceita o encargo de escrever um filme sobre um atleta da luta-livre e acaba por deixar envolver-se e mergulhar no mundo da falsa glória e corrupção da Hollywood dos anos 30/40 - um período que vem «a matar» em relação aos dois irmãos cineastas, se tivermos em conta o elevado sentido de *design* e de *sofisticação* na reprodução de ambientes e cenários de época a que ambos nos habituaram. Algo irregular, embora, o filme tem em **John Torturro** um intérprete à altura da personagem que cria - e parece ter caído em absoluto no goto do júri do Festival de Cannes de 1991, no qual que arrecadou não apenas a **Palma de Ouro** como mais dois prémios, o que, para um filme de origem americana, é absolutamente invulgar naquelas paragens.



Morgan Freeman e Jessica Tandy, em «*Miss Daisy*», de **Bruce Beresford**

Duas Mulheres, Dois Destinos

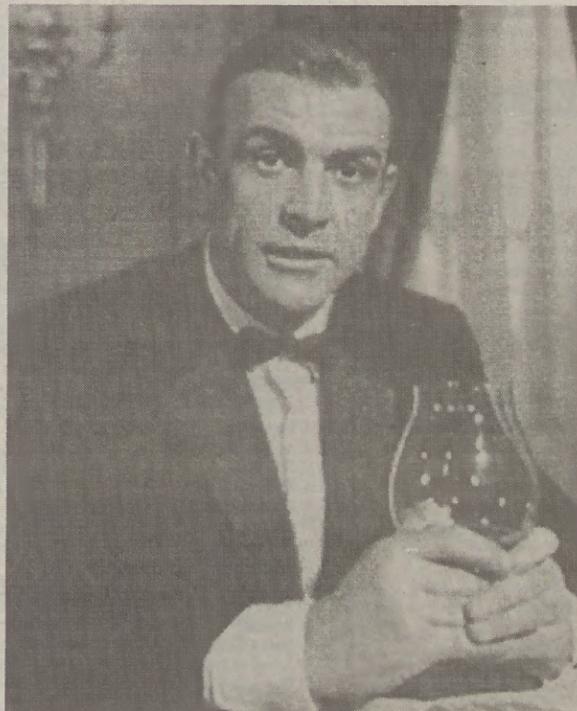
(Domingo, 17.00, TV 2)

Inspirado na vida de um dos primeiros grandes músicos brancos da História do Jazz - **Bix Beiderbecke** - *Duas Mulheres, Dois Destinos* é a história dramática e romaneada do grande trompetista, com argumento escrito a partir do romance homónimo de **Dorothy Baker**. Mas os cinéfilos e os ama-

dores de Jazz teriam ainda de esperar bastantes anos até que, com *Bird*, de **Clint Eastwood**, ou *À Volta da Meia-Noite*, de **Bertrand Tavernier** (um e outro de forma diferente), o cinema olhasse o Jazz com olhos de ouvir. Na banda sonora, **Harry James** dobra **Kirk Douglas**, o principal intérprete.

Despertares (Domingo, 23.00, TVI)

Muito badalado no ano da sua estreia (1991), o argumento de *Despertares* é baseado nas experiências levadas a cabo em finais dos anos 60 pelo médico neurologista **Oliver Sacks** (personagem interpretada no filme, com outro nome, por **Robin Williams**) nos tratamentos a pacientes da doença de Parkinson numa clínica psiquiátrica de Bronx. Debruçando-se, em particular, sobre o caso extremo de um dos doentes, o filme retrata a evolução positiva e, depois, o retrocesso no processo de cura que conduz, inclusive, a graves e violentos distúrbios de comportamento. Alternando entre um tom realista, mais adequado, e os tiques da comédia dramática, o filme diz-se ter falhado no campo da escrita dramática - o que terá



Sean Connery, o melhor **James Bond**, no primeiro filme da série: «*O Agente Secreto 007*», de **Terence Young**

deixado à deriva não apenas **Robert DeNiro**, a quem é apontada uma interpretação algo exagerada, como também **Robin Williams**, aparentemente incapaz de escapar à ideia estereotipada a que muitos dos seus anteriores papéis o agarraram.

Os Fantasmas Divertem-se (Domingo, 23.05, TV 2)

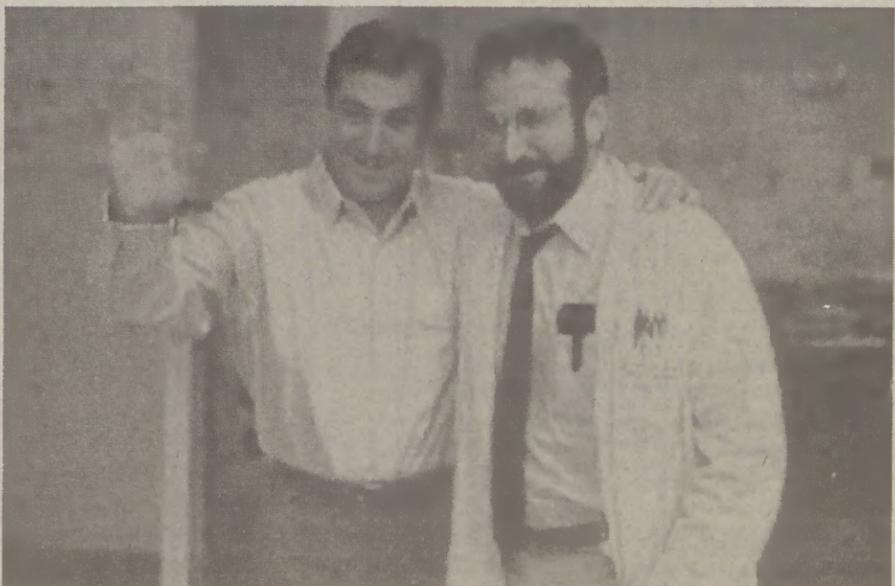
Considerado pelo seu realizador, **Tim Burton**, como «uma versão burlesca de *O Exorcista*, contada do ponto de vista de dois mortos», este filme ficou célebre, na época, pela desbragada invenção dos seus «efeitos especiais». Quanto à história, por vezes irresistível, dá-nos a conhecer um casal jovem que, após uma morte súbita, pretende continuar a «viver» na sua pitoresca casa de Connecticut, para tal fazendo apelo aos seus amigos fantasmas na tentativa de se verem livres de uma rica família de Nova Iorque que ali vem habitar...

Instinto Criminoso (Segunda, 22.00, TVI)

Contando a história de uma advogada que é perseguida por um assassino, este interessante *thriller* (realizado para a televisão) é referido positivamente como um *telefilme* acima da média. A confirmar.



A vida romaneada de **Bix Beiderbecke** é o pano de fundo de «*Duas Mulheres, Dois Destinos*», de **Michael Curtiz**



Robert DeNiro e Robin Williams, intérpretes principais de «*Despertares*», de **Penny Marshall**

■ Francisco
Costa

Murros no estômago

Cheguei a pensar falar-vos hoje de dois excepcionais momentos de televisão - ambos com a chancela da TV 2 - que na passada semana enriqueceram o nosso quotidiano de frequentadores por ofício do pequeno *écran*: um, no campo da fantasia e do divertimento, entendido como espectáculo da arte e da cultura; o outro, no campo do jornalismo de investigação, encarado como alavanca para o conhecimento *do onde estamos e do que somos*.

O primeiro, chamava-se «O Feiticeiro do Vento», e era inspirado numa lenda da Ilha do Corvo encenada, com a prodigiosa magia visual que se lhe conhece, por José Medeiros, numa cuidada produção da RTP/Açores. O segundo, foi um documentário sobre o Alentejo brilhantemente realizado por um repórter de excepção, Jacinto Godinho, e integrado no âmbito de uma notável co-produção da RTP/ARTE (o canal cultural franco-alemão), comemorativo do 10º aniversário da adesão de Portugal à União Europeia.

Mas o aproximar de um acto importante para o nosso futuro e o peso esmagador da denúncia que, sem qualquer acinte de demagogia, constituiu a emissão mais recente de um outro documentário - «O Mundo do Medo» - não me permitiram escapar à injustiça que sem dúvida representa a mera e parca referência, sem quaisquer desenvolvimentos, àqueles dois grandes momentos televisivos.

Segurança do trabalho vs. Segurança no trabalho

Igualmente iluminado pela paixão de uma profissão que ainda se não deixou esgotar e degradar nos baixos da mundanidade e do sensacionalismo a todo o preço, «O Mundo do Medo» foi transmitido, na última sexta-feira, no importante espaço de informação «Actual - Reportagem» coordenado por Barata Feyo na TV 2. Com pesquisa e documentação de Luísa Vaz, produção de Isabel Carvalho e realização de António Nobre Marques - três profissionais essenciais ao êxito da emissão - esta peça exemplar de «jornalismo de investigação» tinha à partida, aparentemente, um objectivo delimitado: debruçar-se sobre a problemática dos «acidentes de trabalho» e sobre a política vigente entre nós em matéria de Higiene e Segurança no Trabalho. Mas a impressionante cópia de casos e de exemplos dramáticos que a reportagem trouxe à luz do dia, ultrapassou em muito esses limites, porque do mesmo passo se mostrou sensível ao vasto rol de problemas que tocam de perto não apenas os milhares de acidentados do trabalho como, de uma forma mais geral, o mundo de exploração desenfreada que caracteriza esta sociedade do mercado e do lucro selvagens em que se consome o dia-a-dia de centenas de milhares de trabalhadores portugueses.

Melhor do que tentar sintetizar em alguns parágrafos o retrato assim feito de um país que, na União Europeia, é aquele cujos números (mesmo os das «estatísticas oficiais») caracterizam como sendo o de maior percentagem de sinistrados do trabalho - em média, 300 mil acidentes por ano e um morto por cada dia de trabalho - mais esclarecedor será aqui citar, entre muitos outros, alguns dos casos mais gritantes da injustiça e da desumanidade sofridas por aqueles a que o documentário justamente chamava:

«A nova escravatura: uma escravatura silenciosa»

Cacilhas. Lisnave. 7.15 horas da manhã. Enquanto os trabalhadores picam o «cartão do ponto», algumas dezenas de homens aguardam à entrada. São todos contratados à hora, por empreiteiros. Os trabalhadores africanos e os jovens são encarregados das piores tarefas. E embora em relação aos «trabalhadores precários» as leis em vigor lhes sejam também aplicáveis, eles trabalham nos estaleiros sem quaisquer condições de segurança pois os subempreiteiros lhes não fornecem o mínimo equipamento de protecção. Desde finais de 93, já houve uma redução de efectivos de 3000 pessoas - um processo que ainda continua. Mas, uma vez assegurado e controlado pela Lisnave o mercado das empreitadas (ela é proprietária da empresa responsável por estas), o preço da mão-de-obra foi substancialmente reduzido. Isto resulta claríssimo quando José Rodrigues, do Departamento de Recursos Humanos da empresa, argumenta com a mais fria das indiferenças: «os preços variam, também, conforme o mercado, a cada momento; há alturas em que a Lisnave se sente obrigada (sic) a pagar mais, se o mercado de contratação, em termos de oferta, rareia». Em bom português: para a Lisnave fica o melhor de dois mundos - por um

lado, vai mandando milhares de trabalhadores para o desemprego e a miséria e, por outro lado, quando deles precisa, são as empresas de subempreitada (que controla) que os contrata de forma «precária», à hora, sem aquela se considerar obrigada às contrapartidas das garantias e das regalias sociais.

Joaquim Ribeiro da Silva, pintor, 28 anos, outra vítima do «trabalho precário», do subempreiteiro e de si próprio porque, como tantos outros, «prefere» não descontinuar para ter trabalho. Ganha 70 contos por mês, sem Caixa, sem nada. Em Abril, sofreu graves queimaduras numa fábrica de garrafas, no Porto. Por parte da empresa, ninguém quis prestar declarações à equipa de reportagem, sendo-lhe recusada a entrada nas instalações. Como «trabalhador por conta própria», ao Joaquim é alheio o direito à segurança social, a tratamentos ou ao subsídio de desempre-

viço». Na cândida explicação de António Alvaleide, responsável da Associação Portuguesa de Seguradores, estes 5% destinam-se «a gastos, etc...». Mas os representantes dos sinistrados alegam que as seguradoras, no ramo do Trabalho, receberam 45 milhões de contos em 1989, dos quais apenas 21 milhões foram gastos na reparação de acidentes do trabalho.

Luís Machado, da Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados do Trabalho, recorda a propósito um dado essencial: «Se hoje um trabalhador tiver um acidente de trabalho com uma incapacidade de 100% e se, na altura do acidente, o seu salário era de 100 mil escudos mensais - a pensão vai ser calculada nessa base - ser-lhe-á atribuída uma pensão de 40/50 mil escudos que corresponde, portanto, a metade do salário, e essa pensão ficará congelada até ao ano 2000. E, no entanto, a incapacidade é de 100%. Essa pensão só será actualizada quando o "salário mínimo nacional" (que actualmente é de 52 contos) ultrapassar os 100 contos mensais.»

A legislação que tal assim dispõe vem já de 1965, sem alterações. Os «danos morais» nunca são pagos. E a Convenção nº 102 da Convenção Internacional do Trabalho, apesar de ratificada em 1994, tem sido completamente ignorada, nunca foi posta em prática. Só uma das alterações permitiria que os sinistrados tivessem o valor das suas pensões actualizado relativamente a outros pensionistas por doença natural.

E Luís Machado acrescenta: «A questão fundamental, no nosso modo de ver, é a filosofia da gestão do ramo Acidentes de Trabalho, que é uma filosofia mercantilista, gerida, como se sabe, por entidades privadas (as companhias de seguros) e que tem, como objectivo, o lucro, relegando para plano secundário os direitos e os interesses dos trabalhadores que são vitimados por acidente de trabalho.»

De novo a Lisnave, mas agora vista de um ângulo diferente. A empresa considera insuficiente o milhão de contos que recebe, a fundo perdido, para a chamada «formação profissional», argumentando que precisava de 3 milhões para o efeito. Na realidade, muitos dos trabalhadores «efectivos» dirigem-se diariamente à escola de formação. Parte deles têm entre 50 e 60 anos de idade, em alguns casos mal sabendo ler e escrever, mas chegam a receber... cursos de inglês, com a duração de dez dias. E, no fim do ano, são postos na rua! A este esbulho e vigarice sem nome, responde o já citado responsável pelos Recursos Humanos: «o que a empresa sente (...) é que deve minimamente apetrechar essas pessoas com alguns meios que lhes permitam vingar lá fora. O saber não ocupa espaço».

Quando os factos e as imagens falam por si

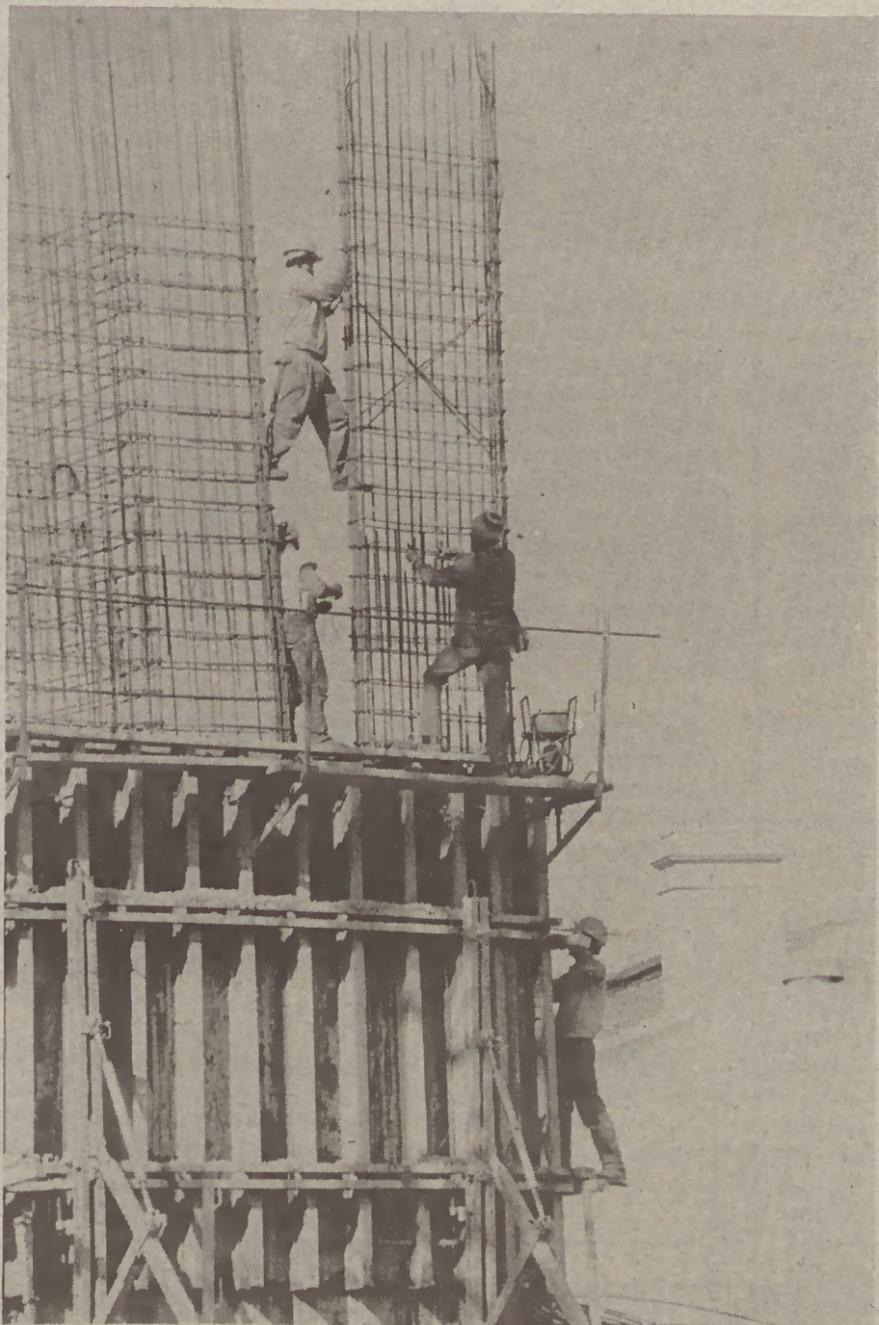
A exemplo do que já havia feito Jacinto Godinho no documentário sobre o Alentejo acima referido, também António Nobre Marques privilegiou no seu trabalho televisivo a fria e seca enumeração dos factos objectivos e das imagens e entrevistas esclarecedoras (e em mu-

tos casos comprometedoras) para nos dar a ver, em toda a sua simultânea clareza e contradição, a situação intolerável que substancia uma realidade que, nas vésperas do século XXI, em aspectos essenciais - habitualmente escondidos da opinião pública, mas amplamente denunciados pelas forças políticas e pelas organizações sociais mais consequentes, quantas vezes apelidadas de «paradas no tempo» e alheias à «modernidade» -, afinal mais se assemelha à de um país subdesenvolvido, terceiro-mundista, tropeçando ao arpejo mesmo das directrizes internacionais, até das oriundas da União Europeia.

Tal como salientava o texto final do documentário, como frontal corolário das imagens e dos factos apresentados, «neste mundo do trabalho, os valores inverteram-se: os infractores agem impunemente, enquanto os trabalhadores, a si próprios, impõem o silêncio. Para terem mais um dia com pão, os "novos escravos" humilham-se perante uma sociedade a que sentem deixar de pertencer. Porque o seu mundo é mesmo este: um Mundo de Medo».

Mas, em vésperas de 14 de Janeiro, é indispensável acrescentar que esta política não é anónima, tem rostos. Esta é, também, a verdadeira imagem da «mais-valia» e do «valor acrescentado» que um dos maiores responsáveis nos últimos dez anos por este estado de coisas se arroga transportar agora consigo para o Palácio de Belém, num desesperado esforço para recuperar para a Direita parte do poder perdido em 1 de Outubro.

O povo conhece de sobra, na sua própria pele, a «experiência» com que tal personagem pretende engalanar-se. E é também por isso que, no próximo Domingo, vai dizer NÃO às suas arrogantes pretensões. Porque «mais-valia» que, em definitivo, desaparecesse da cena política. Mesmo com uma reforma choruda. Mas, em ambos os casos, por inteiro.



de FOICE

O ayatollah das mil aldeias

As pessoas podem iludir com o que dizem, mas dificilmente enganam no que fazem.

É disto que Cavaco Silva não escapa, neste recta final da campanha para a Presidência da República.

Raspando o verniz das palavras e o arrazoado dos discursos, que actos ficam deste homem, na sua estratégia eleitoral?

Primeiro acto: desenterrar o passado dos outros com a ferugenta pá do anticomunismo, sem perceber que essa foi sempre a pá do fascismo e de todos os reaccionarismos seus derivados. Sobre tudo sem reparar que a exumação do antifascismo dos outros leva à exumação do seu próprio conformismo perante a ditadura, e isso é que cheira mesmo mal...

Segundo acto: a devassa da vida privada dos adversários, o que constituiu uma novidade nas campanhas eleitorais em Portugal. E que buscou a candidatura do professor de Boli-queime na intimidade dos outros? A extraordinária novidade de que Jorge Sampaio se divorciara de um primeiro casamento...

Confrontado pelo próprio Jorge Sampaio e em directo na televisão, Cavaco quase gaguejou na inevitável demarcação do ignóbil. Do que resulta o óbvio: ao ter vergonha de admitir que o divórcio é algo suficientemente «envergonhador» para ser - como o foi, pela sua candidatura - procurado para argumento eleitoral, Cavaco mostrou-se ele próprio uma vergonha.

Terceiro acto: a convocação dos credos religiosos de cada um e, nessa convocação, assumir-se por um lado como o guardião da fé na luta contra o ateu Jorge Sampaio, e, por outro, como um indefectível admirador do ateu Mário Soares. É obra! Por tão grossa infidelidade à coerência com os outros, fica Cavaco apenas fiel aos primarismos e incultura de si próprio.

Uma incultura, aliás, muito perigosa. A tragédia dos fundamentalismos religiosos está aí bem à vista nos tempos que correm, mas é preciso também conhecer um pouco a história de Portugal, saber das feridas que várias vezes também fundo se abriram neste país de «brandos costumes» - inclusivamente no primeiro quartel deste século - sempre que a religião foi brandida na luta pelo poder. Será bom que o candidato Cavaco Silva perceba que estas eleições não vão ungar o ayatollah das mil aldeias mas eleger o Presidente da República de Portugal...

Quarto acto: a teoria dos ovos e dos cestos. Há menos de um ano, o professor Cavaco redigiu e fez aprovar, no congresso do partido que acabara de abandonar, uma «moção de estratégia» que era um manual de instruções. Nela se pode ainda hoje ler o que Cavaco sempre perseguiu, no exercício do poder que ganhou em lotaria: a conquista simultânea, pelo PSD, da maioria parlamentar, do governo e da presidência da República.

Perdidos os dois primeiros devido à desgraçada política por si conduzida, eis Cavaco, com a Presidência na mira da sua ambição pessoal, a desmentir-se a si próprio, alertando para os perigos da concentração de poderes numa «única cor política».

O oportunismo é tanto que nem repara que, falando assim, se assume ele próprio como o «presidente» duma «outra cor política» - a que saiu vencedora nas últimas eleições legislativas - o que automaticamente o torna nada recomendável para um cargo abrangente como é o de Supremo Magistrado da Nação...

Tal como não repara que, nesta sua colorida visão da Presidência da República, ficam expressas tanto a «cor» a que pertence como a sua intenção em a defender a partir de Belém, ao arrepio das obrigações constitucionais do Presidente da República em representar todos os portugueses e da sua proclamada intenção de não ser «força de bloqueio» do governo da «outra cor»...

Posto isto, temos nos actos da campanha de Cavaco Silva um candidato reaccionário, alcoviteiro, fundamentalista e tão mentiroso que se desmente a si próprio.

Quanto às palavras, já nem sei o que ele disse. Também não faz mal.

Basta-me saber que este mullah de paróquia não serve para Presidente da República.

■ HC

PCP quer debate de urgência no Parlamento sobre integração plena de Portugal na Política Comum de Pescas

A realização de um debate de urgência sobre as consequências para as pescas da antecipação da integração plena de Portugal na Política Comum de Pescas da União Europeia foi requerida terça-feira pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República. O requerimento, assinado pelo deputado Lino de Carvalho, considera que a antecipação da integração plena de Portugal na Política Comum de Pescas «pode conduzir à completa rotura do importante sector pesqueiro nacional depois da frota de pesca já ter diminuído cerca de 40 por cento desde 1986».

O texto enviado ao presidente da Assembleia da República recorda ainda que a frota de pesca industrial foi reduzida em 70 por cento, a produção global de pescado diminuiu em mais de um terço, a importação cresceu mais de três vezes e disparou o desemprego no sector.

«Pela nossa parte, entendemos que a gravidade da situação exige que a Assembleia da República abra um debate urgente sobre a matéria», lê-se.

Nos considerandos deste requerimento recorda-se que a decisão de antecipar do ano 2002 para 1996 a integração plena de Portugal na Política Comum de Pescas, «somada a uma política de pescas que tem levado drasticamente à redução por abate da nossa frota pesqueira, à diminuição das capturas e ao aumento do desemprego entre os pescadores», obriga o nosso país «a ficar mais dependente das políticas comunitárias que visam reduzir a actividade

pesqueira em 30 por cento até ao final do século» e «condiciona a execução de uma política nacional de pescas já que futuras licenças passam a depender de distribuições feitas em Bruxelas, longe dos nossos interesses e realidades, numa evidente perda de soberania», diz o texto de Lino de Carvalho.

Ilusões

Para além das «consequências graves que tem na sobrevivência futura das pescas portuguesas», o PCP considera ser «ilusória a propalada ideia de um mais fácil acesso da frota nacional a pesqueiros do Norte da Europa já que estes países protegeram, antes da adesão de Portugal e Espanha à Comunidade, o acesso aos seus recursos através do princípio da «estabilidade relativa».

Por outro lado, «não está devidamente salvaguardado o acesso de outras frotas e desig-

Intervenção na Bósnia debatida no Porto

Uma numerosa assistência participou, na terça-feira, à noite, num Debate, realizado na Cooperativa Árvore, sobre a intervenção portuguesa na Bósnia.

Na mesa encontravam-se, além de Jorge Sarabando, membro da DORP, que dirigiu os trabalhos, João Amaral, membro da Comissão Parlamentar da Defesa, e José Goulão, jornalista, conhecido comentador de questões internacionais.

Na sua intervenção, João Amaral descreveu e caracterizou a missão das tropas portuguesas, classificando-a como «operação combatente» e não de paz, uma operação de alto risco baseada num Acordo defeituoso, e esclareceu, respondendo a uma pergunta, não haver nos tratados constitutivos da NATO qualquer disposição que obrigue juridicamente o

nosso país a este tipo de participação.

Na sequência de outra pergunta, esclareceu que a responsabilidade política da decisão tomada cabe inteiramente ao actual Governo.

José Goulão historiou o conflito e as suas razões políticas, étnicas e religiosas, o papel da Alemanha, da Turquia e dos Estados Unidos no seu desenvolvimento, os interesses económicos envolvidos, tendo considerado o Acordo de Dayton como um instrumento inadequado para uma solução pacífica e duradoura.

Analizou detidamente a duplicidade e a hipocrisia no campo das liberdades democráticas e dos direitos humanos, visível no tratamento informativo. Havendo responsabilidades repartidas entre as diversas partes em conflito é notória uma parcialidade anti-sérvia.



A frota de pesca nacional já diminuiu 40 por cento desde 1986

nadamente da frota espanhola ao acesso às águas territoriais portuguesas (Zona das 12 milhas) onde Portugal dispõe, no fundamental, dos seus recursos pesqueiros».

O requerimento cita mesmo um exemplo concreto dizendo que «já aí estão, aliás, os primeiros «sinais» desta situação: a frota espanhola de «palangreiros» que só pescava até ao paralelo de Peniche já está a

pescar nas costas do Algarve».

Apesar de recentemente a Assembleia da República ter discutido temas ligados às consequências para o sector de recentes acordos internacionais, o Grupo Parlamentar do PCP considera que a Política Comum de Pescas é uma «questão diferente e mais grave», justificando assim a solicitação para este debate de urgência.

Governo baralha negociações com Administração Pública

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública «condena veementemente» em comunicado divulgado terça-feira o que considera ser «uma súbita viragem» na atitude negociadora do Governo registada na reunião da véspera com o Secretário de Estado que, «contrariando frontalmente o previsto» em reuniões anteriores, nomeadamente no que diz respeito à resolução imediata das situações mais preocupantes de emprego precário e condições de trabalho, ao adiamento das negociações das carreiras profissionais e «à total ausência de abertura para procurar aproximações no

tocante aos aumentos de salários e pensões», em particular em relação ao salário mínimo da Função Pública.

A Frente Comum de sindicatos entende que as negociações com o Governo não devem ser encerradas sem estarem esgotadas todas as possibilidades de aproximação e entendimento, recusando qualquer tentativa de ruptura unilateral das negociações por parte do Governo, mas solicitou ao ministro Adjunto, antes de nova reunião agendada para ontem, que clarificasse a situação e garantisse a seriedade e utilidade deste processo negociador.

João Amaral visita cheias no Porto

João Amaral, deputado do PCP eleito pelo círculo do Porto e vice-presidente da Assembleia da República, esteve ontem no Porto ao fim da tarde em visita a algumas áreas atingidas pelas cheias do rio Douro, designadamente nas zonas de Massarelos, Miragaia e Ribeira do Porto.

O deputado do PCP procurou inteirar-se da situação junto dos moradores atingidos e dos bombeiros, expressando a solidariedade e o apoio do PCP. Junto do Comandante dos Sapadores Bombeiros e do Inspector Regional dos Serviços de Protecção Civil foi-lhe dado a conhecer a previsível evolução da situação bem como dos meios disponíveis à prestação dos serviços de socorro e apoio às populações

